

ITALIANOS DA VILA CARACOL



CARLOS EDUARDO ROVARON

ITALIANOS DA VILA CARACOL

A HISTÓRIA DA
IMIGRAÇÃO ITALIANA
EM ANDRADAS

1ª EDIÇÃO
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

R873i Rovaron, Carlos Eduardo, 1980-.
Italianos da Vila Caracol: a história da imigração italiana em
Andradas / Carlos Eduardo Rovaron. – Poços de Caldas, MG:
Circolo Italiano di Andradas, 2020.
223 p. : 14 x 21 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-990005-3-9

1. Andradas (MG) – História. 2. Italianos – Andradas (MG) –
História. I. Título.

CDD 981.51

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Projeto gráfico, arte, finalização e capa
Luiz José da Mota Filho
[+55 35 9 9147 4116]

Todos os direitos reservados.
Proibida a reprodução, no todo ou em parte, sem autorização pré-
via por escrito, sejam quais forem os meios empregados.

Direitos exclusivos de publicação são de propriedade do
CIRCOLO ITALIANO DI ANDRADAS
R. Maj. Bonifácio, 788 - Centro
Andradas - MG - 37795-000
que se reserva a propriedade literária desta obra.

Impresso no Brasil





*Dedico este livro
a todos os moradores de Andradas,
antiga Caracol.*





*Quando vim da minha terra,
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu, enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente enganado, enganoso.*

*A ILUSÃO DO MIGRANTE
Carlos Drummond de Andrade*



SUMÁRIO

Epígrafe.....	VII
Prefácio.....	XI
Apresentação.....	XIII
Agradecimentos.....	XVII
Introdução.....	XXI
PARTE I	
TATEANDO POR ENTRE AS NEBLINAS DA MEMÓRIA.....	27
O agendamento das entrevistas e a lista de sobrenomes italianos do Circolo Italiano di Andradadas	38
O que a lista de sobrenomes pôde revelar por meio das entrevistas	40
Quantos italianos chegaram em Andradadas e de onde vieram?	78
<i>Contexto Brasileiro</i>	79
<i>Contexto Italiano</i>	81
Do campo afetivo da memória para o campo analítico da história: do micro para o macro.....	88
PARTE II	
UM CARIMBO E UMA HISTÓRIA	95
A Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo.....	101
Pressões inglesas para abolição inspirando a Construção da máquina da imigração	103
A elite cafeicultora paulista e a sociedade Promotora de Imigração de São Paulo.....	108
Martinho Prado, 'homem forte da imigração'entre as décadas de 1880 e 1890 ...	128
Colorindo o passaporte de 1888 e o carimbo da Sociedade Promotora de Imigração	134
PARTE III	
CARTAS DO DR. JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO.....	139
Os Silva Prado e os Oliveira, café, ferrovia e imigração	141
A amizade e a política: Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira	147
Ferrovia, escravos e o homem forte da imigração às vésperas da abolição	154
Quem esteve por trás da construção do Ramal das Caldas.....	159
A indefinição e a fluidez das fronteiras entre Minas e São Paulo na região	181

Financiamentos do Governo Paulista para a vinda do imigrante europeu e desdobramentos.....	185
--	-----

PARTE IV

DE SUBSTITUTO MAIS BARATO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA

A EMPREENDEDOR.....	193
Dívidas da elite rural da Vila Caracol gerando vendas de terras aos imigrantes?.....	202
A aquisição de terras pelos imigrantes: exemplos e características	214
Imigrantes, descendentes e brasileiros unindo-se e investindo em ferrovias	240

INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....

Honra ao Mérito do <i>Circolo Italiano di Andradas-MG</i> e seus apoiadores	255
Anexo I.....	285
Anexo II.....	303
Anexo III.....	313
Fontes Impressas.....	319
Periódicos – Jornais	321
Documento do arquivo público do estado de São Paulo	323
Mapa	325
Referências.....	327
Notas.....	331

PREFÁCIO

DARIO SAVARESE^[1]



Andradas ou, até 1888, São Sebastião do Jaguari, ou ainda Caracol como alguns habitantes se referem até hoje à esta cidade que fica na mesma região de Poços de Caldas e que já tive o prazer de conhecer pessoalmente. Nessa “pequena joia do Sul”, emoldurada pela Serra do Caracol, posso garantir que se respira o mesmo ar das regiões vinícolas italianas como o Vêneto ou a Emilia-Romagna, de onde tantos emigraram, deixando a Itália durante o século XIX.

Espanhóis, gregos, libaneses, alemães, suecos e portugueses contribuíram para seu crescimento, mas foram os numerosos italianos que, com seu labor, empenho e força, deram a Andradas o epíteto de “Terra do Vinho”, tendo consolidado e potencializado a já existente vitivinicultura na cidade e que, até hoje, é um importante motor do desenvolvimento econômico da região.

Quando os imigrantes italianos chegaram na cidade encontraram a produção de café e do vinho, que já fazia parte da própria cultura.

Inicialmente a produção de vinho era feita “para o gasto”, ou seja, para o consumo da família, mas aos poucos, essa produção foi se ampliando para a escala comercial e algumas famílias passaram a se dedicar somente a produção de vinho, mesmo tendo as parreiras, na maioria dos casos, cultivadas ao lado das lavouras de café.

A obra de Carlos Eduardo Rovaron nos explica a origem da imigração italiana em Andradas, onde cada família, cada imigrante contribuiu de maneira efetiva para o crescimento da cidade. E hoje, seus descendentes têm muito orgulho disso: inesquecível foi para mim a emoção ao homenagear os mais anciãos descendentes que residem no município, com mais de noventa anos, durante o IX Seminário da Imigração Italiana que aconteceu em 2019. São eles, afinal, que ainda trazem na memória a história oral de seus antepassados vindos de longe para trabalhar por aqui.

Os documentos reais e depoimentos orais dos descendentes dos imigrantes italianos, recolhidos com o grande empenho pela Associação Circolo Italiano de Andradas-MG, que agradeço pelo empenho inestimável de cuidar desse legado tão valioso, nos permitem de conhecer e resgatar a saga de tantas famílias que chegaram a Andradas das fazendas de São João da Boa Vista, município vizinho.

A formação em história, com o Doutorado em História Econômica da USP, certamente contribuiu para que o Rovaron conseguisse construir uma obra com caráter documental e com a confiabilidade necessária para garantir uma memória fiel para as futuras gerações e para todo o povo mineiro. Por isso, tenho certeza que o trabalho de Rovaron é obra imprescindível para a edificação da memória dos italianos e ítalo-descendentes em Minas Gerais.

APRESENTAÇÃO

TECENDO OS FIOS ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

RAQUEL GLEZER^[2]

A obra que tenho o prazer e a honra de apresentar foi estruturada a partir dos depoimentos orais dos descendentes dos imigrantes italianos concentrados no município de Andradadas/MG, alguns dos quais estão parcialmente transcritos.

Nestes depoimentos encontramos as memórias afetivas dos depoentes, ilustrados com alguns objetos de cultura material e documentos como passaportes e certidões—restos aleatórios de um passado não tão distante, mas quase sempre meio esquecido nas correrias da vida diária e que está sendo recuperado e valorizado no livro.

O conhecimento do passado, do qual somos simultaneamente herdeiros e desconhecedores enquanto buscamos o futuro, é um elemento fundamental para a consciência histórica dos seres humanos e orientador do comportamento social. Conhecer o passado, partindo do sentido mais próximo, o do passado familiar, é parte do processo de reconhecer-se como indivíduo, entender a própria identidade social e compreender a sociedade em que vive. O texto, a partir dos itens de memória - lembranças e recordações dos descendentes dos imigrantes italianos que se estabeleceram na região sul mineira, na caminhada, que podemos considerar coletiva, de trabalhadores rurais com suas famílias para proprietários de terra, lança luz sobre

outros conjuntos de fatos históricos. Organizada a obra em círculos crescentes de informações e explicações do contexto histórico, que podem parecer desconectadas das trajetórias familiares, mas que são necessárias para a compreensão das narrativas, ligando o individual ao coletivo, ao social, integrando o que aparenta ser anedótico e limitado no todo das transformações econômicas, sociais e culturais das sociedades ocidentais na passagem do século XIX para o XX.

Das memórias familiares passamos à história, começando pelas lembranças das viagens até a chegada ao novo local de trabalho: os detalhes adquirem sentido ao serem integrados no circuito histórico mais próximo, que é o de como os imigrantes italianos foram recebidos e direcionados, no complexo jogo dos interesses econômicos e sociais de São Paulo no final do século XIX e início do XX, para a exploração do trabalho livre nas lavouras de café, o elemento mais importante da pauta de exportação do Brasil Império no final do século XIX e na Primeira República.

A questão do financiamento das viagens da península itálica para o porto de Santos, a partir de um carimbo no verso de um passaporte, permite ao autor fazer a discussão do jogo político dos grandes fazendeiros paulistas, detentores de lavouras de café nas regiões a oeste da Província e depois Estado em plena fase de ocupação, que criaram organizações que atenderam as suas necessidades de mão de obra, explorando recursos públicos. O caminho dos imigrantes italianos do porto de Santos/ SP para a Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo e depois até Andradas passa pela permanência de muitos anos nas lavouras de café da área de São João da Boa Vista/ SP e região próxima. A relação com o fazendeiro proprietário, contratante da mão de obra dos imigrantes, tem seus aspectos esclarecidos no jogo entre a memória e os documentos localizados. O estabelecimento de imigrantes em São Paulo possibilitou a ampliação

do foco do estudo permitindo a identificação das características mais gerais da sociedade brasileira do século XIX e início do XX, informando as questões de mão de obra através do escravismo e do assalariamento como forma de contratação de indivíduos livres. E a descrição das formas de aquisição de terras na região do sul de Minas Gerais em pequenas propriedades com trabalho familiar, que retoma uma tradição veneta, iluminou a relação com as questões econômico-sociais da Península Itálica no último quartel do século XIX.

As quatro partes que compõem o livro somam-se para esclarecer a trajetória dos imigrantes italianos, expulsos de suas terras no complexo imbricamento de questões econômicas e sociais do norte da península itálica no último quartel do século XIX até tornarem-se proprietários de terra novamente – em outro continente e em outras situações.

Folheando a obra encontramos uma pesquisa histórica sistemática e cuidadosa, de um historiador, Carlos Eduardo Rovaron, com olhos muito atentos aos detalhes, a partir dos materiais apresentados pelos depoentes, que parte do particular – das experiências vivenciadas pelos imigrantes contadas através das memórias familiares de seus descendentes moradores no município para o âmbito mais amplo, o do país e do mundo.

A História da Imigração Italiana em Andradas é o resultado de anos de atividade do Circolo Italiano di Andradas – MG, que obteve financiamento em 2016 para desenvolver um projeto sobre as famílias de imigrantes italianos que se estabeleceram no município de Andradas. O ponto de partida para o trabalho foi uma relação de descendentes de italianos, coletada a partir de uma memorialista local, a autora Nilza Alves de Pontes Marques, conhecida como Nilza Moreira, que obteve os dados iniciais percorrendo a área urbana e rural do município, visitando pessoas, cartórios, cemitérios e todos os locais onde poderia haver infor-

mação sobre os estrangeiros que haviam se instalado no município. Muitas outras pessoas deixaram suas contribuições para a realização do acervo de entrevistas, de fotos, de documentos, reproduzindo, em outro tempo, em outras realidades e com outras tecnologias, o esforço coletivo que foi a caminhada dos imigrantes italianos na região sul mineira.

Nas narrativas apresentadas há diversidade de situações do hoje diante do passado: muitas pessoas possuem a curiosidade pelo passado familiar e preservam as informações orais familiares; outras talvez tenham o interesse mais imediato, de localizar documentos para conseguir o reconhecimento da mesma cidadania dos antepassados, visando o presente ou o futuro, seu ou de seus descendentes. Pelas informações no texto percebemos que nas instituições cartorárias, religiosas e culturais das áreas do oeste paulista e sul mineira há ainda muito material a ser pesquisado – tarefa para muitos pesquisadores para muitos anos. Caminho generosamente indicado pelo historiador autor do texto.

Longa vida para o Circolo Italiano di Andradas e seus dirigentes na fundamental atuação de preservação da memória social coletiva, com tecnologias que permitam a atualização constante das informações sobre os imigrantes italianos, seus descendentes e suas atividades na sociedade brasileira. Laços com o passado são sempre muito significativos para a formação da consciência individual na sociedade contemporânea, em que o atual, instantâneo e momentâneo tende a obscurecer a complexidade do presente e as eventuais possibilidades de transformação.

E desejamos ao autor do livro que continue atento e diligente na tarefa de pesquisar no passado – aparentemente caótico e desorganizado, disperso em muitas instituições, os elementos que formaram e conformaram o presente.

AGRADECIMENTOS

Eis uma tarefa que pode ser considerada mais difícil do que escrever o próprio livro: fazer os agradecimentos. Principalmente no caso desse livro, que teve o auxílio de tantas pessoas.

Nenhuma obra é escrita de forma completamente autônoma e solitária. Sempre há aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua redação: seja com uma ideia, seja com um incentivo ou apoio, seja com indicações de leitura, com opiniões, com o fornecimento de material de pesquisa (documentos, mapas, imagens), com uma indicação bibliográfica ou mesmo com os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento.

No caso desse livro, fruto de pesquisa histórica, por exemplo, houve gastos com deslocamentos, viagens e estadias - durante a fase das buscas de documentos e levantamento da tradição oral - gastos com material de digitalização de documentos, in locu e etc.

Portanto, escrever esses agradecimentos é, do meu ponto de vista, agonizante, porque dado o grande número de pessoas e instituições que contribuíram para a redação desse livro, é quase impossível incluir todos, para além do risco, quase inevitável, de esquecer alguém. Por essa razão, desde já deixo os meus sinceros pedidos de desculpas para aqueles que contribuíram, mas que não estão citados de forma expressa nestas linhas. Por questão de espaço e estética, faremos alguns agradecimentos pontuais, referentes aos mais diretamente envolvidos no processo de pesquisa, finalizando os gerais.

Em primeiro lugar, devo agradecer ao *Circolo Italiano di Aldradas-MG* e à sua proativa diretoria, que entre 2018 e o momento atual esteve

ao meu lado. Foi a partir do projeto do desenvolvimento de um site – intitulado História da Imigração Italiana em Andradas – com conteúdo e materiais históricos sobre imigração italiana no município, que começou o processo de pesquisa em que gerou este livro, não importando que ele não estivesse previsto no referido projeto de um “arquivo digital e on-line”.

Devo, também, meus agradecimentos aos financiadores desse projeto: o Governo de Minas Gerais, ao Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Por consequência é necessário agradecer ao autor do projeto do site, Bruno Pastre, por ter conseguido captar verba para o seu desenvolvimento, por meio do edital de 2016, do referido Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais.

O capital necessário para pagar os custos de editoração, diagramação, revisão e impressão desse livro foi levantado pela doação de representantes de inúmeras famílias de descendentes de italianos de Andradas, que devemos citar, porque sem eles a materialização dessa obra não seria possível:

Kátia Teixeira (representante da família Basso), Gervasio Bellotto (representante da família Bellotto), Alcides Buzatto (Representante da família Buzatto), Marcia Carlin (representante da família Carlin), Benedito Eduardo Casarotto (representante da família Casarotto), Danilo Marcon (representante da família Marcon), Beto Mosconi (representante da família Mosconi), Luiz Carlos Mutterle (representante da família Mutterle), José Antonio Stivanin (Representante da família Stivanin), Daniel Trevisan (Representante da família Trevisan), Iremilson Trevisan (representante da família Trevisan), Marcel Tonon (representante da família Tonon). Reforçando os às famílias doaram os recursos financeiros para a diagramação e impressão dessa obra, nós também inserimos o brasão de cada uma delas ao final, informando a procedência na Itália.

A parte estes agradecimentos, há, nesta obra, um elogio espacial, intitulado Honra ao Mérito, direcionado à diretoria do Circolo Italiano di Andradas, que vai em anexo, ao final; à população da cidade de Andradas, que abriu as suas portas para a realização das pesquisas de História Oral e digitalizarmos seus documentos e fotos familiares; à Ponte Entre Culturas e ao Consulado Italiano em Minas Gerais.

Com relação ao povo de Andradas, reitero repetitivamente o meu “MUITO OBRIGADO”, esse livro foi feito principalmente para vocês, embora tenha conteúdo de interesse também acadêmico. Contudo, algumas pessoas que inspiraram e apoiaram esse trabalho, devem ser citadas, a despeito do risco de esquecer alguém:

O Cônsul da Itália em Minas Gerais Dário Savarese, que deu apoio institucional do Consulado Italiano em Minas Gerais e escreveu o prefácio da presente obra;

Raquel Glezer, Professora D.ra Emérita, titular do Departamento de História da USP, que foi minha orientadora de mestrado e, hoje, como amiga, leu e deu opiniões valiosas para esse trabalho, além de ter escrito a apresentação do livro;

Rosa Guadalupe Udaeta, que, além de colega de pós-graduação e grande amiga, fez uma brilhante dissertação de mestrado sobre as hospedarias de Imigrante de São Paulo, que nos inspirou na redação desse trabalho, tendo também dados opiniões e ideias valiosas;

Dr. Joaquim de Oliveira Neto, advogado e jornalista, proprietário do jornal O Município, de São João da Boa Vista, que nos deu acesso a relevante documentação familiar e histórica, de acervo pessoal, fundamental para escrever este livro;

Nilza Alves de Pontes Marques, carinhosamente conhecida como Dona Nilza Moreira pelos andradenses, outra amiga e pesquisado-

ra, autora que deu o pontapé inicial sobre os estudos sobre imigração italiana no município.

Luiz Vallin, parente, amigo e agrônomo, que de longa data tem me dado informações da tradição oral, sobre a História do desenvolvimento do café, no município e sobre a adoção de seu cultivo pelos italianos e outros estrangeiros;

Giusi Zamana, que viu potencialidades nesse trabalho, incentivou sua redação e deu-lhe visibilidade, por meio da Ponte Entre Culturas, além de ter revisado a lista de sobrenomes italianos;

Benedito Eduardo Casarotto e Luiz Carlos Mutterle, que alternaram na presidência do Circolo Italiano di Andradas e que me acompanharam e auxiliaram pessoalmente, em vários momentos do processo de pesquisa.

Luiz José Mota Filho, amigo e artista plástico que admiro, o qual, além do apoio moral, aceitou cuidar da diagramação dessa obra e do melhoramento estético das imagens coletadas ao longo da pesquisa - muitas delas digitalizadas sem grandes recursos tecnológicos e as pressas, com baixa resolução. Obrigado Luiz, você fez milagres com as imagens.

Todos os entrevistados durante o processo de pesquisa, entre 2018 e 2019, que permitiram os registros de seus depoimentos e permitiram a digitalização de documentação particular, entre fotos e documentos de época;

Meus pais, Edívar Rovaron e Selma Burguês Rovaron;

Por fim, agradeço a todos, absolutamente todos os demais colaboradores e apoiadores, diretos e indiretos, que certamente não caberiam nessas páginas.

INTRODUÇÃO

Este ensaio histórico e literário apresenta alguns resultados das pesquisas feitas para desenvolver o projeto História da Imigração Italiana em Andradas, o site do Circolo Italiano di Andradas. Este projeto, elaborado em 2016, foi financiado pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais, pela Secretaria de Cultura de Minas Gerais e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

Foram os dados e investigações feitas para o desenvolvimento do site que possibilitaram a produção deste livro, que podemos considerar como uma espécie de “efeito colateral” do projeto.

Todas as entrevistas transcritas nesta obra então disponíveis em áudios ou vídeos no site do Circolo Italiano di Andradas, que também é depositário da digitalização da maioria dos documentos citados^[3].

Buscando preservar as características linguísticas regionais, mantivemos a fala coloquial na transcrição das entrevistas, que muitas vezes foge das normas cultas gramaticais e ortográficas.

Para os linguistas da atualidade, os falares locais têm uma sintaxe e características próprias, encarando os julgamentos pejorativos com relação a eles como “preconceito linguístico”^[4].

As transcrições das entrevistas foram feitas dentro desta perspectiva, embora isso não signifique que não reconhecemos o valor da norma culta como elemento importante na padronização da língua.

A metodologia usada para a realização das entrevistas – e coleta da tradição oral – embasa-se no manual acadêmico História Oral:

Possibilidades e Procedimentos, de Sônia Maria de Freitas, e no livro *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosí^[5].

Com relação aos documentos de época, impressos e manuscritos, os seus textos tiveram a sua ortografia atualizada, com exceção dos nomes próprios e dos títulos de obras do século XIX e começo do XX, que foram usados como fontes.

O presente ensaio conta com quatro partes:

1 – *Tateando por entre as neblinas da memória*: esta primeira parte mostra o início da pesquisa para o projeto, com a coleta da tradição oral dos descendentes de imigrantes italianos no município.

A princípio, tudo levava a crer que permaneceríamos no campo da história oral, baseada nas memórias familiares, nas representações, ideias e imagens que a comunidade de descendentes italianos faz de si mesma. Algo mais ligado a uma ‘psicologia coletiva’ e às emoções da lembrança.

Nossa pretensão de levantar rapidamente as províncias e *comunes* italianas de origem de cada família se frustrou logo. A prospecção dos registros do Arquivo do Estado de São Paulo, que guarda a documentação relacionada ao desembarque da maioria dos imigrantes de Andradas, seria um trabalho demorado.

Teríamos que começar com o básico: coletar as indicações e dados da tradição oral e digitalizar os documentos dos ancestrais italianos dos entrevistados, caso ainda os tivessem.

Apesar disso, nessa primeira fase tivemos uma feliz surpresa: encontramos um passaporte de 1888, de um italiano chamado Ângelo Basso, que nos trouxe um dado precioso.

Por meio de um carimbo no verso deste passaporte, pudemos descobrir os agentes e poderes políticos e econômicos responsáveis

por gerar o fluxo de imigrantes italianos que, por inúmeras contingências, vieram parar em Andradas.

Isso nos possibilitou trabalhar o fenômeno demográfico por um viés que não apenas o das imagens e representações da memória e da tradição oral.

2 – *Um carimbo e uma história*: aqui, exploramos o que foi possível descobrir a partir desse passaporte. Ele nos forneceu indicações que nos permitiram chegar a inúmeros outros documentos. Poderíamos descrever esse processo investigativo com a expressão ‘reação em cadeia’, na qual um carimbo, num passaporte, foi o catalisador, ou o impulso inicial. Poderíamos, também, compará-lo a um efeito dominó. O passaporte foi a primeira peça a cair.

Esta parte dedica-se basicamente a descrever esse percurso investigativo e os resultados que possibilitou, mais especificamente a suspeita de que os imigrantes que se fixaram em Andradas, foram trazidos para as fazendas dos municípios paulistas vizinhos, graças à associação de Martinho da Silva Prado Júnior com algum personagem da família Oliveira, de São João da Boa Vista.

Essa suspeita foi levantada pelo fato de Martinho ter sido o presidente da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, instituição criada para trazer o imigrante para as lavouras de café com verbas do Governo de São Paulo – e cujo carimbo figurava no verso do passaporte de Ângelo Basso.

3 – *Cartas do Dr. Joaquim*: nesta parte comprovamos nossa suspeita anterior com a documentação do Dr. Joaquim de Oliveira Neto, de São João da Boa Vista. Além de jornalista, o Dr. Joaquim é advogado, mestre e doutor em Direito do Estado pela USP. Sua tese, defendida em 1989, intitula-se *São Paulo e a Vontade Nacional*^[6].

Mas o que nos levou a procurá-lo foi o fato dele ser descendente do coronel Ernesto de Oliveira, proprietário das fazendas mais lembra-

das pela tradição oral dos entrevistados de Andradas, que as apontam como os locais de onde vieram inúmeros vênetsos para o município, principalmente na primeira fase da imigração, nas décadas de 1880 e 1890.

Tal documentação consiste, principalmente, em quatro cartas de 1882, escritas por Martinho da Silva Prado a Joaquim José de Oliveira, irmão do coronel Ernesto de Oliveira, também ancestral do dono do acervo. As cartas são reveladoras.

Mostram como, em 1882, Martinho Silva Prado Júnior e Joaquim José de Oliveira orquestraram a extensão de um ramal da Estrada de Ferro Mogiana, saindo de onde hoje é Aguaí e indo até Poços de Caldas, passando por São João da Boa Vista no meio do caminho.

Além de grande acionista da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, Martinho estava envolvido com a montagem da máquina da imigração no Estado, que culminou em 1886 com a fundação da Sociedade Promotora de Migração de São Paulo.

No mesmo ano foi fundada a Estação Ferroviária de Poços de Caldas, iniciativa dele e de seu amigo sanjoanense.

Martinho controlou o fluxo de imigrantes no final do século XIX, o que explica a grande quantidade de imigrantes que veio para São João da Boa Vista e transbordou as fronteiras, indo parar no território vizinho do Sul de Minas.

4 – *De substituto mais barato da mão-de-obra escrava a empreendedor*: esta parte demonstra o processo de aquisição de propriedades pelos imigrantes italianos e seus descendentes, em Andradas.

Busca, também, demonstrar as suas estratégias de desenvolvimento de empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais, que geraram considerável expansão econômica no município.

A colônia italiana chegou a ser apresentada como elemento de riqueza e progresso na imprensa local de 1917.

No começo dos anos 1920, os descendentes se uniram financeiramente aos brasileiros locais para fundar uma companhia de estrada de ferro, ligada à Companhia Mogiana, que só não levou um ramal para Andradadas, provavelmente, por conta da crise de 1929.

Por fim, esclarecemos que o presente trabalho, por se tratar de um ensaio, não será exaustivamente referenciado como na academia.



Parte I

TATEANDO POR ENTRE AS NEBLINAS DA MEMÓRIA

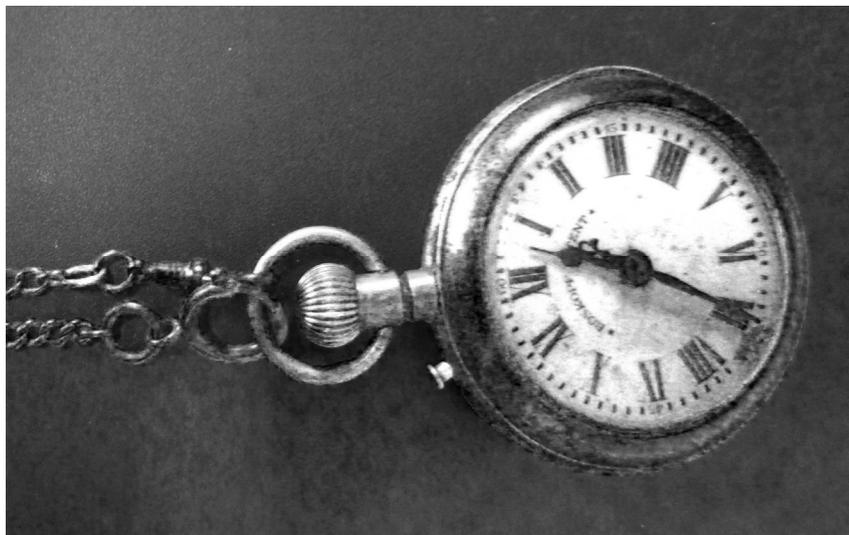


Quando começamos a desenvolver o projeto “História da Imigração Italiana em Andradas”, estávamos mais focados no levantamento das histórias familiares e nos depoimentos sobre a partida da Itália e a chegada ao Brasil. Nosso foco era o levantamento das *comune* de origem de cada sobrenome das famílias italianas e a documentação particular dos entrevistados que pudesse comprovar tal origem.

Alguns entrevistados possuíam guardados passaportes originais dos seus ancestrais e dispensas do serviço militar italiano, datados do final do século XIX; outros haviam levantado certidões de nascimento, de casamento e de óbito em arquivos cartoriais e paroquiais do Brasil e da Itália durante o processo de pesquisa para requerer a cidadania italiana.

Houve, também, os que investiram esforços em pesquisas genealógicas pelo simples prazer de conhecer as origens familiares.

Para além desses documentos, deparamo-nos, para nossa surpresa, com cartas, relógios, joias, quadros de santos, devocionários, catecismos, rosários e vários outros objetos trazidos para o Brasil nos barcos a vapor, guardados como relíquias pelos familiares e exibidos com orgulho. O relógio de bolso da família Mutterle é um desses testemunhos materiais.



Relógio de bolso, trazido da Itália pelo patriarca da família Muterlle: Acervo pessoal de José Flávio Muterlle, fotografado na Adega de Vinhos Muterlle em 4 de julho de 2018, Andradas-MG.

Muitos dos artefatos familiares que nos foram mostrados misturam-se com as narrativas da tradição oral, como o baú da família Cassetari. Tal baú traz um compartimento secreto oculto por um perfeito encaixe de madeira, onde teria sido trazido ouro da Itália no navio.

A família Stella, por sua vez, guarda dois quadros com postais de Padova, trazidos no século XIX pelo patriarca. Tendo iniciado os estudos em sua cidade natal, ele poderia ter se tornado padre ou advogado, mas se viu obrigado a abandonar a escola por falta de recursos econômicos.

Mor. U del Reg. sul reclutamento,
N. 34 del catalogo.

Categoria 1^a (9)
Classe di leva 1872 (9)
Anno di nascita 1872

In caso di chiamata alle armi
Corpo cui fu trasferito *indirettamente*
dopo o successivamente *indirettamente*
alla sede del 7.° Regio Battaglione
di Lucca in Spezia

REGIO ESERCITO ITALIANO

DISTRETTO MILITARE DI LUCCA

Foglio di congedo illimitato
per (9) *Sign. S. Ferraro*

che si rilascia a (9) *Cassetari Carlo*
(1) *Soldato* N.° di matricola (9) *17587* in questo
corpo (9) *il quale prende domicilio nel*
Comune di *Caruggine* Mandamento
di Camporeale No. 1.° Distretto militare di Spezia

(2) *Durante il tempo passato nelle armi ha sempre tenuto
consuetudine ed ha servito con fedeltà ed onore*

di *Lucca* addì *5 Maggio 1890*

Il Comandante del Corpo
Il duplicato dell'altro smarrito, che fu ritirato in data 5 Agosto 1895

Visto - Al Distretto militare di _____
Il Comandante del Distretto
G. G. G.

Comune di _____
Primo il presente foglio al militare interpellato.
Addì _____ 188 _____
Firma del Titolare _____ Il Sindaco

SAVONA - TIP. DEL REG. ESERCITO MILITARE.

Dispensa militar de Carlos Cassetari: italiano chegado ao Brasil em 1903, vindo da província de Lucca, direto para Espirito Santo do Pinhal-SP, deixando na Itália a esposa Verônica Bonini e filhos: Alberto Cassetari, Silvio Cassetari e Sebastião Cassetari. Depois de um

ano no Brasil, voltou para buscar a esposa e filho e afiou-se na antiga Caracol, onde comprou terras no Capão do Mel, do Senhor Marcolino Simão. Documento e texto do acervo pessoal de Rita Cassetari Cachoeira.

Nesse caso, os quadros servem para lembrar e enaltecer um bem intelectual, pertencente a um ancestral que dominava até o latim e que, por saber ler, escrever e calcular, foi empregado como administrador de fazendas de café no Brasil. Caso parecido é o da família Borghese, que enaltece as origens nobres da família. Há, ainda, histórias de objetos que se perderam, como o jogo de talheres de ouro do patriarca da família Sibila, que teria sido roubado no navio.



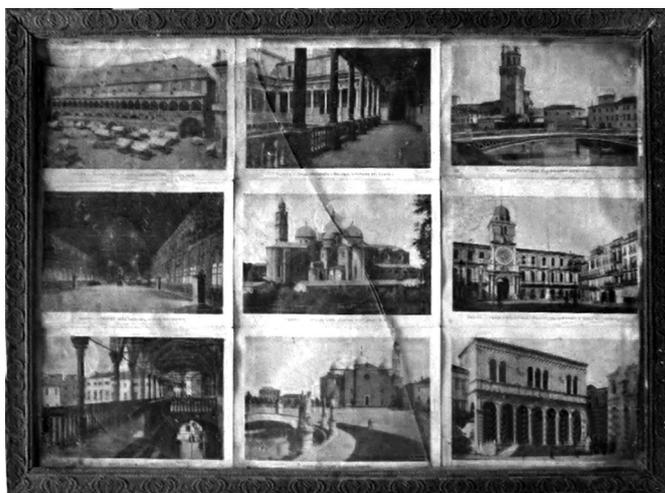
Sebastião Cassetari e Justina Tonholo Cassetari



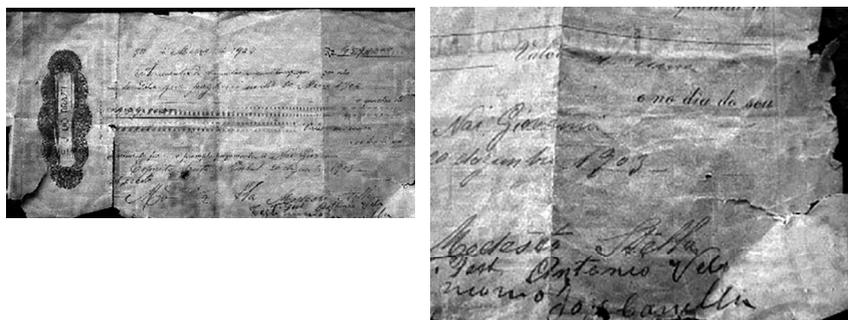
Modesto Stella nasceu em Aziago 6, por necessidade de sobrevivência sua família mudou-se para Bolzano, mais próximo de Veneza, região de Viceza, Província do Vêneto, em busca de trabalho. Casou-se na Itália com Judita Tonhato, de família de origem austríaca. Desembarcado no Brasil em 1888, no Porto de Santos-SP, rumo para a fazenda do Juca Procópio, em São João da Boa Vista-SP, onde foi empregado como administrador por ter instrução. Local na divisa com o Bairro do Óleo, pertencente ao território de Andradas-MG.



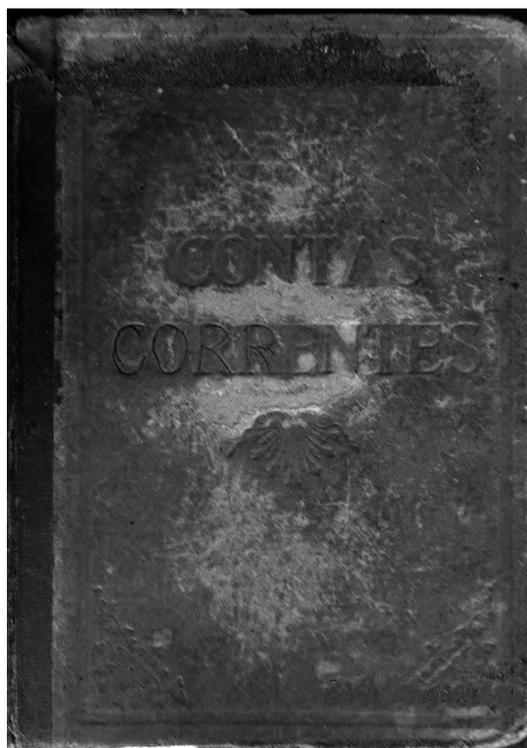
Família Stella



Modesto Stella juntou vários postais de Padova na década de 1870, quando cursava o Colégio de Padova. Transformou os postais em três quadros, que trouxe para o Brasil em 1888. A moldura e o vidro são originais. Não foi possível tirar da moldura para digitalizá-los.



Recibo de pagamento de transação imóvel, aquisição de propriedade rural pela família Stella em Andradas-MG, no ano de 1903.



Livro contábil das atividades econômicas desenvolvidas pela família Stella.

Porém, o bem mais valioso ainda guardado com carinho pelos entrevistados são mesmo as narrativas ‘dos antigos’: uma tradição oral que, na maior parte das vezes, testemunha uma história de penúria, escassez e esforço dos ancestrais que “sono venuti a fare l’America” (que vieram fazer a América).

Esta história se manifesta nas casas quase como uma ladainha de glorificação ao trabalho e à economia, entoada e repetida inúmeras vezes para engrandecer os ancestrais e a família.

Estes sobrenomes, e outros mais ao longo deste ensaio, são apenas alguns exemplos dos muitos que existem em Andradas.

Citá-los não significa que estamos lhes dando qualquer *status* de maior importância em relação às das outras famílias de descendentes de italianos no município.

Desde já nos desculpamos pela impossibilidade de citar todos os sobrenomes neste livro.

O fato é que a comunidade de descendentes de italianos de Andradas é muito grande e que as pesquisas realizadas até o momento são ainda incipientes.

De qualquer forma, os 450 sobrenomes coletados pelo *Circolo Italiano di Andradas* estão mencionados numa lista, que é o anexo I deste trabalho.

Também esclarecemos que a história detalhada de cada sobrenome daria inúmeros volumes, sendo humanamente impossível contemplar todos neste único e humilde ensaio.

Questões de *status* social e riqueza das famílias também não nortearam a escolha dos casos dos sobrenomes que aparecem neste livro, se há casos de imigrantes e descendentes bem sucedidos financeiramente, também há casos de imigrantes que trabalharam como humildes carroceiros, no transporte de mercadorias.



Alfredo Sibilla, vindo de Padova, casado no Brasil Luiza Pasinatto, também italiana, proveniente de Nápoles, já viúva de Joanin Tromina, quando se casou com Alfredo Sibilla, também viuvo. Antes de vir para Andradadas ambos trabalharam primeiro em São João, antes de vir para Andradadas. Segundo Adelaide, seu pai, Alfredo Sibilia, trabalhava no palácio de uma família nobre na Itália, da qual haveria ganhado um jogo de talher de ouro, quando decidiu vir para o Brasil.

Esse foi um dos motivos pelos quais o foco da pesquisa acabou deslocando-se do campo exclusivo da memória familiar para o campo da análise das forças econômicas e políticas que estiveram por trás da corrente migratória italiana que veio parar em Andradas.

Os casos das famílias citadas neste ensaio não foram escolhidos só por serem pitorescos, mas também por permitirem ilustrar e entender um processo mais amplo da imigração italiana regional, que vai muito além de memórias familiares individualizadas, atingindo aspectos políticos e econômicos de escala nacional, e quiçá, internacional.

O AGENDAMENTO DAS ENTREVISTAS E A LISTA DE SOBRENOMES ITALIANOS DO CIRCOLO ITALIANO DI ANDRADAS

Esta lista de sobrenomes foi a ferramenta principal para nortear a escolha dos entrevistados.

No atual momento ela é fruto de um esforço coletivo: começou a ser elaborada para a primeira Festa Italiana de Andradas, a pedido da então prefeita Margot Pioli, com base no livro *Os Estrangeiros na Construção de Andradas*^[7], da memorialista Nilza Alves de Pontes Marques, conhecida carinhosamente como Dona Nilza Moreira.



Gravura de Santo Antônio trazida da Itália, no barco a vapor, por Luiza Pazinatto, datado de 1870, por Adeilaid de Silbilla, a única ancestral sobrevivente desta família.

Seu livro foi o primeiro esforço de levantamento genealógico e sistemático das famílias descendentes de italianos no município, fruto de quatro anos de trabalho de pesquisas em registros paroquiais, jornais do começo do século XX e cemitérios, para além de incontáveis entrevistas orais feitas casa por casa, em peregrinações pela área urbana e por todas as zonas rurais de Andradas.

Esta primeira lista, depois de elaborada, foi enriquecida por colaboradores como Delcio José Martins, advogado que, por vários anos, prestou serviços para pessoas de Andradas interessadas em pleitear a cidadania italiana.

Dentre suas fontes de pesquisa, ele salienta a importância das listas telefônicas italianas.

Além de Dona Nilza Moreira e de Delcio Martins, esta lista também conta com a contribuição de vários dos associados do *Circolo Italiano di Andradas* e de pessoas não vinculadas à associação. Essa pesquisa é, por fim, fruto de muitas mãos e não está acabada; é um empreendimento ainda em construção.

O QUE A LISTA DE SOBRENOMES PÔDE REVELAR POR MEIO DAS ENTREVISTAS

Numa entrevista para a realização de uma pesquisa, a escolha das perguntas a serem feitas faz toda a

diferença no resultado obtido. Isso é óbvio, mas deve ser lembrado.

Essa escolha é parcial e subjetiva, pode lançar luz sobre uma questão e ocultar muitas outras, o que inevitavelmente produz resultados que, se não são verdades absolutas, muito menos imparciais, geram uma percepção, um ponto de vista, que pode ser sustentado com argumentos embasados pela pesquisa feita.

Em nosso caso, a pergunta-chave foi: De onde vieram os imigrantes que se afixaram em Andradas? Essa pergunta não se restringiu somente à *comune* de origem na Itália, mas ao trajeto do imigrante no Brasil até chegar a Andradas.

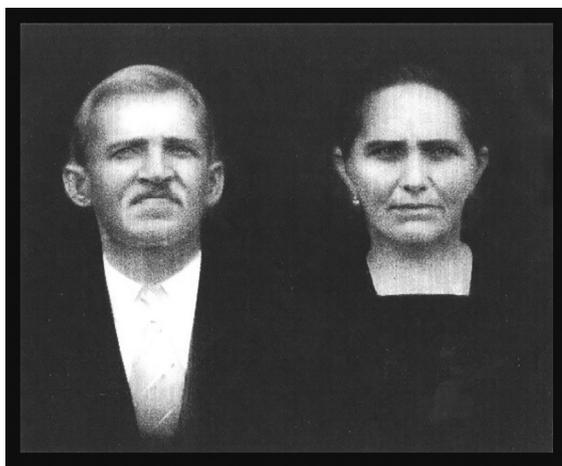
De qualquer forma, as respostas geradas podem, em alguma medida e ao longo do tempo, ser averiguadas e testadas. E que bom se elas forem contraditas por novas fontes, discutidas em novos trabalhos, que permitem alterar o que aqui está dito por abrirem uma perspectiva que nos escapou.

Há outra experiência advinda da pesquisa que vale a pena compartilhar. Muitas vezes, diante do questionamento sobre de onde vieram os primeiros imigrantes italianos, recebemos informações que não estávamos esperando, como, por exemplo, sobre a escravidão na região. Muitas vezes atiramos no que víamos e acertamos o que não víamos.

Sobre o trajeto do imigrante no Brasil, antes de chegar nas terras andradenses, para quem não é natural de Andradas e que, por algum motivo, manifeste interesse em ler este trabalho, a resposta não é objetiva, exigindo um esforço de pesquisa crítico e analítico, para que se chegue a alguma conclusão.

Mas, se ela for feita para qualquer andradense, a resposta automática é que a maioria dos italianos veio das fazendas de São João da Boa Vista-SP, município vizinho, e esse consenso reproduziu-se nas entrevistas e fundamenta-se na autoridade de uma tradição oral coletiva.

Autoridade que, é óbvio, precisou e precisa ser questionada e testada.



Santi Borghese e sua esposa Eufêmia Dringoli



Parte do passaporte de Eufêmia Dringoli

Para além do “conto dos antigos”, houve entrevistados que romperam com as limitações da tradição oral: os que obtiveram cidadania italiana pesquisaram a documentação comprobatória para tanto, em muitos casos encontrada nos arquivos paroquiais e do Registro Civil de São João da Boa Vista, onde muitos casaram-se e tiveram seus filhos antes de mudarem-se para Andradadas. É o caso da família Burguês (Borghese), por exemplo.

Porém, maioria não significa totalidade. Encontramos alguns casos em que italianos desembarcaram na estação da Estrada de Ferro Mogiana, em Espírito Santo do Pinhal (SP), próximo a São João da Boa Vista, na linha de divisa com Minas e também vizinha de Andradadas.

Com relação aos casos de imigrantes provenientes do Rio de Janeiro, encontramos apenas dois até o

momento: as famílias Risso e Bensi. Lucimar Girzendi, durante o XIX Seminário de Imigração Italiana em Minas Gerais^[8], apresentou caso de imigrantes que vieram para Poços de Caldas e Ouro Fino, saídos da Hospedaria Horta Barbosa, localizada em Juiz de Fora, na zona de fronteira com o Rio de Janeiro.

Apesar de o estudo de caso feito por ela, com base na documentos do barco a vapor Les Alpes, não ter detectado imigrantes vindos desta hospedaria para Andradas, identifica um impressionante e extenso deslocamento de imigrantes vindos da fronteira com o Rio de Janeiro, por território mineiro até as vizinhanças de Andradas, em áreas não servidas de ferrovias, provavelmente quilômetros e quilômetros foram transpostos a pé por homens, mulheres e crianças italianos. Portanto, mesmo que a maioria dos casos de imigrantes italianos de Andradas tenham vindo pelo Porto de Santos, em São Paulo, não podemos desprezar e descartar algum impacto da imigração italiano desembarcada no Poro de Rio de Janeiro.

O patriarca da família Risso, segundo a tradição oral, veio do Rio de Janeiro e é apontado como o primeiro caso de imigrante italiano em Andradas. Ou seja, apesar da importância do porto de Santos para explicar a imigração da maior parte dos italianos que fixaram-se em Andradas, o primeiro italiano teria vindo pelo porto carioca. Por essa razão, vamos começar a contar a história da imigração italiana em Andradas com ele.

Seu nome completo era Innocêncio Jerônimo Risso^[9]. O desembarque no porto do Rio de Janeiro faz bastante sentido, pois ele chegou antes da década de 1880, quando a malha das estradas de ferro vindas de São Paulo - e que se conectavam com o porto de Santos - ainda não havia chegado até Espírito Santo do Pinhal/SP e São João da Boa Vista/SP, fronteiriços de Andradas. Nesta época, São Paulo ainda estava no caminho de tornar-se uma potência do café.

É importante entender que os caminhos e picadas de mula, trilhados por Innocêncio Jerônimo Risso, fazem parte de um tempo anterior e bastante diferente dos imigrantes italianos que chegaram em Andradas pelos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana. E é com o desmoronamento da realidade desse tempo anterior, que muitos outros italianos como ele tornaram-se ansiosamente desejados pela elite brasileira. Que desmoronamento é esse?

A resposta, complexa, passa pela perda de importância tanto das rotas tropeiras, como da centralidade do Rio de Janeiro na economia brasileira na segunda metade do século XIX. Essas mudanças representaram o fim de todo um contexto histórico, social e econômico no Brasil, e aconteceram por dois fatores principais e interligados: a expansão da malha ferroviária paulista e o crescimento da importância do café, que deu à cidade de São Paulo um lugar de destaque na economia nacional.

A expansão ferroviária desativou as tropas de mula do Sul de Minas para o Rio, fazendo muitas cidades do sul mineiro caírem na pobreza e no esquecimento^[10]. Por fim, a abolição da escravidão foi o golpe fatal para o desmoronamento integral do antigo tempo.

Para evidenciar essa radical ruptura, favorável à vinda do imigrante italiano, vamos por ora esquecer Innocêncio Jerônimo Risso e avançar no futuro dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana e do café, para depois retornarmos ao passado das picadas de mula que ele trilhou.

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, também conhecida como “cata cafés”, foi se expandindo na fronteira do Oeste Paulista com Minas, ligando as cidades paulistas da fronteira como um fio que perfila contas de um rosário. Foi por ela que a esmagadora maioria dos imigrantes italianos chegaram à Andradas.

Desde o século XVIII, o fluxo de pessoas e mercadorais entre os territórios mineiro e paulista, somado à indefinição das divisas - afixadas definitivamente só em 1936 - deu à área as características de fronteira, a estrada de ferro e a riqueza do café, vinda do oeste paulista, só as intensificaram^[11].

Dada a íntima relação entre a Estrada de Ferro Mogiana e o café, para entender sua aproximação

da região, é necessário também entender o desenvolvimento do café nas terras mineiras da fronteira com São Paulo. Além disso, foi o cultivo do café o que motivou o esforço de muitos fazendeiros em trazer os italianos para as vizinhanças paulistas de Andradas, e foi nas lavouras de café andradenses que o imigrante italiano transitou da categoria de mão-de-obra barata para a de produtor e proprietário.

Data de 1869 a primeira notícia documentada do cultivo do café na área que se tornou Andradas, ou seja, antes da “cata cafés” ter chegado a São João da Boa Vista e Poços de Caldas, o que aconteceu só em 1886. Segue o trecho da escritura de 1869:

Dizemos nos abaixo assinados, eu João da Costa e Silva e m. m.er Theodozia Maria do Nascimento, que entre os mais bens de que somos senhores e possuidores, com livre e geral administração, é bem assim (que) possuímos dois mil réis da restante décima parte de Matos de Culturas na Fazenda denominada Lagoa Dourada, nos Matos do Caracol e uma parte de trinta mil réis (de) cafezal nas mesmas terras cujas partes havemos por compra [...] ^[12].

Esse mesmo trecho de escritura particular de compra e venda de terras está transcrito na dissertação de mestrado que defendemos em 2009, intitulada Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços

de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX)^[13]. Nela, constam as seguintes observações:

Não é mencionada a idade do cafezal, mas caso estivesse produzindo poderíamos recuar o seu plantio para pelo menos quatro ou cinco anos no passado. A expressão “...parte de Mathos de Culturas...” indica que o desmatamento nesta região também foi comum para obter-se área fértil para culturas, dentre as quais, o café.

Os “Mathos do Caracol” indica que se tratava da área do vale do Jaguari-mirim de Andradas, no exterior da Caldeira. Zona bem mais fértil que seu interior, os planaltos de campos. O fato é que a cultura do café começou a se generalizar na década de 70 do séc. XIX na região^[14].

Entre os anos de 1870 e 1890, a cultura de café tornou-se cada vez mais frequente nas escrituras de compra e venda de terras e principalmente nas de hipotecas, indicando o alto valor que o produto assumiu, pois ele aparece como a principal garantia das dívidas^[15]. Portanto, como a Mogiana seguia o café, não é acidental a aproximação dela das regiões de Poços de Caldas e Andradas, em Minas.

No caso de Andradas e das cidades do entorno, podemos dizer que esta estrada de ferro não foi somente a “cata cafés”, como também a “traz imigrantes”.

A Companhia Ferroviária Mogiana foi criada em 1872 com capital cafeeiro paulista. Com sede em Campinas, provocou entusiasmo nos municípios da divisa, não só do lado de São Paulo, como também em Minas. Tanto que, em 1874, em um abaixo-assinado endereçado à Câmara da Vila de Mogi Mirim, os moradores da freguesia de São Sebastião do Jaguari (hoje Andradas), manifestavam o desejo de deixar de fazer parte do termo^[16] da Vila de Caldas, em território mineiro, e passar a fazer parte da província de São Paulo, como freguesia pertencente ao termo de Mogi Mirim. E por que esse desejo separatista?

Porque já tinham a notícia da aproximação dos trilhos da Mogiana, que já estava sendo construída; porque a maior parte de seus negócios era com as praças comerciais da província de São Paulo, e porque sentiam-se ‘deserdados’ do Governo de Minas, que não investia em estradas e no desenvolvimento local^[17].

O fato de, ao menos desde 1869, já haver cultivo de café na região de Andradas, é um dado que também pode complementar a explicação desse movimento, pois, ainda que cultivado em pequena quantidade, provavelmente o café era exportado pelo porto de Santos, que era mais próximo.

O movimento separatista da freguesia de São Sebastião do Jaguari, iniciado onde hoje é o bairro do Óleo, foi abafado pelas forças da vila de Caldas, que

ainda tinha grande conexão com as praças comerciais do Rio de Janeiro, pois nela e em Ouro Fino entroncavam-se inúmeras rotas de tropas de mulas que destinavam-se à Corte, levando e trazendo mercadorias. Estas rotas foram sendo desativadas com a aproximação da estrada de ferro, que teve seu primeiro trecho concluído em 3 de maio de 1875, ligando Campinas a Jaguariúna (na época, Jaguari).

Mas o declínio das rotas de tropas de mula, acentuou-se de fato após 1886, data da inauguração de um ramal da Estrada de Ferro Mogiana em Poços de Caldas.

Por que essas informações são relevantes para entender a imigração italiana da região? E o que o ancestral italiano da família Risso tem a ver com isso?

Voltamos, agora, a falar desse personagem italiano mencionado páginas atrás: Innocencio Jerônimo Risso chegou ao Brasil na primeira metade do século XIX^[18], época em que ainda não havia eclodido a rica cafeicultura de São Paulo, e em que ainda não existia a Estrada de Ferro Mogiana.

Nesse momento da História, o Rio de Janeiro ainda era o centro econômico do Brasil e a economia do Sudeste ainda era esquentada pelas rotas de tropas de mulas entre as praças comerciais cariocas, fluminenses e mineiras.

Por esse motivo é compreensível esse italiano Risso ter escolhido aportar no Rio de Janeiro e não em São Paulo. Naquele momento o Rio oferecia as melhores oportunidades.

Do Rio de Janeiro ele chegou à região de Andradadas por ter se inserido no comércio de tropas de mula que ligavam o Sul de Minas à cidade da Corte do Império Brasileiro, o que indica que provavelmente veio por conta própria e que logo pôde se ocupar da atividade de sua escolha.

Escolha que os italianos vindos posteriormente, no período da grade imigração, na maioria das vezes não tiveram, foram trazidos para trabalhar na lavoura^[19].

Como Inoccencio chegou num período escravista anterior à década de 1880, o que veremos mais adiante, também é compreensível ser um caso isolado: veio antes de ter se intensificado a demanda por mão-de-obra imigrante, antes do peso do fim da escravidão ter sido de fato sentido no Brasil.

Todos estes motivos reforçam a hipótese de que provavelmente Inoccencio Jerônimo Risso foi o primeiro imigrante italiano da região de Andradadas.

E justamente por ter vindo em período anterior à abolição, sua história é reveladora sobre o contexto ‘apocalíptico’ de transformações sociais e econômicas

por que o Brasil estava passando e no qual o imigrante italiano ‘cairia de paraquedas’.

Dizemos ‘apocalíptico’ imaginando a reação da sociedade escravista da época, que não conhecia outra forma de ser e existir.

Era o ocaso de um sistema social e econômico que, embora cruel de nosso ponto de vista atual, durou mais de 400 anos, gerando padrões arraigados de relações sociais, que teriam que mudar radicalmente do dia para a noite, principalmente no tocante às relações de trabalho.

Segue reproduzida a tradição oral coletada com seu descendente, Gocca Risso, em entrevista gravada no dia 23/06/2018, em Andradas:

- ▮ **Gocca Risso:** *Minha família, é o seguinte, meu pai nasceu, acho que em Caldas, não sei, eu não tenho muita certeza. O pai do meu pai, meu avô, que eu não conheci, veio do Estado do Rio, ele mascateava sal.*
- ▮ **Entrevistador:** *Ele era italiano?*
- ▮ **Gocca Risso:** *Ele era italiano, veio da Itália. O pai do meu pai veio da Itália.*
- ▮ **Entrevistador:** *Ele veio da Itália e aportou no porto do Rio?*
- ▮ **Gocca Risso:** *No porto do Rio. Ficou no Rio. Ele negociava sal, trazia sal do Rio de Janeiro aqui*

pra ... a parada dele era no Corgo Fundo, perto de Andradas.

- ▮ **Entrevistador:** *Passava por Caldas?*
- ▮ **Gocca Risso:** *É (...).*
- ▮ **Entrevistador:** *Em que época ele veio mais ou menos da Itália? Ele veio antes da abolição dos escravos? Tinha escravos ainda na época em que ele veio?*
- ▮ **Gocca Risso:** *Tinha! Meu pai trabalhou com escravo!*
- ▮ **Entrevistador:** *Então não tinha abolido a escravidão ainda não, então ele veio antes de 1888?*
- ▮ **Gocca Risso:** *É.*
- ▮ **Entrevistador:** *E o senhor disse que ele foi criado por uma escrava, não foi?*
- ▮ **Gocca Risso:** *Foi criado. Depois libertou os escravos. Tinha uma preta que lavava a roupa pros outros, pra ganhar, pra criar eles, eram três irmãos, era meu tio Clínico e minha tia Colombina e meu pai, chamava Alfredo.*
- ▮ **Entrevistador:** *Qual era o nome desse seu avô que veio da Itália? Esse Risso que veio da Itália, qual que é o nome dele?*
- ▮ **Gocca Risso:** *O nome do vô eu não sei.*
- ▮ *Intervenção do neto de Gocca Risso, Gustavo Risso: Inocência Risso.*
- ▮ **Gocca Risso:** *Inocência, acho que é Inocência Risso.*

▮ **Entrevistador:** *E o teu pai Alfredo?*

▮ **Gocca Rizzo:** *Alfredo Inocêncio Rizzo.*

A entrevista é longa. Gocca Rizzo conta que a atividade de mascate de sal, exercida por seu ancestral italiano, foi desenvolvida pelos caminhos comerciais de tropas de mula, que ligavam a região do Sul de Minas ao Rio de Janeiro.

Mais tarde, seu avô resolveu mudar-se para Caldas, município vizinho de Poços de Caldas e Andradadas: “depois eu acho que ele mudou para Caldas (...) porque eu ouvi dizer, não sei, porque eu não havia no mundo ainda, eu ouvi dizer que a mãe do meu pai foi enterrada em Caldas”.

O pai de Gocca Rizzo perdeu seu progenitor italiano cedo, tendo sido criado pela mãe doente e por uma escrava, que depois ficou forra.

Sem a ajuda dessa escrava, que era lavadeira de roupas, a mãe, sempre acamada, não teria conseguido criar os filhos ítalo-brasileiros.

O avô italiano de Gocca Rizzo e seu pai viveram num período transicional: entre a escravidão e seu fim.

Em outro trecho de entrevista, Seu Gocca, como é conhecido em Andradadas, diz o seguinte sobre o seu pai, que era filho de italiano nascido no Brasil: “...ele

trabalhou com escravo (...) ele trabalhou na enxada junto com escravo (...) trabalhava com café, capinar, roça de milho, naquele tempo tinha muito milho, porque não tinha óleo, era gordura de porco”.

Com isso ele quis dizer que era necessário produzir o milho que alimentava o porco, que fornecia a gordura.

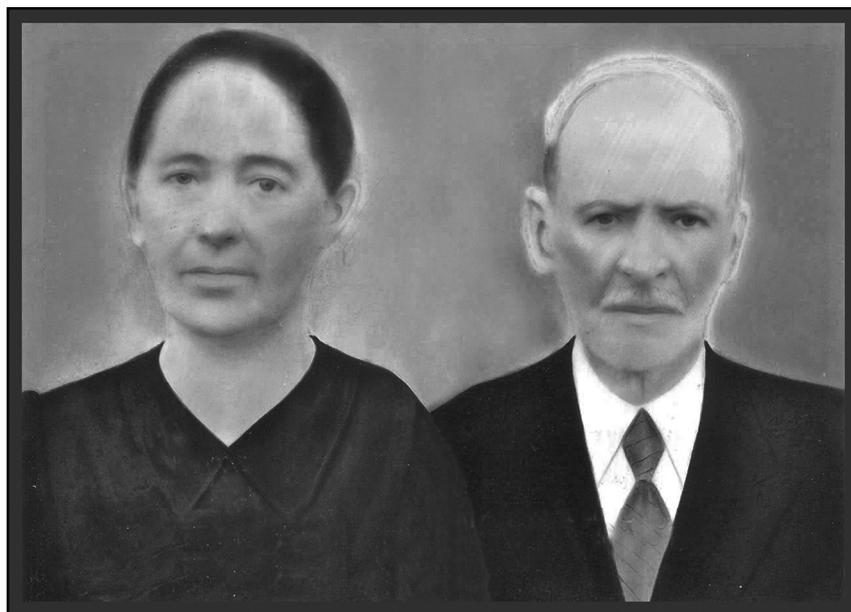
Nessa época, Andradas, então São Sebastião do Jaguari, ainda era uma freguesia pertencente ao termo da Vila de Caldas, já que se desmembrou como município independente apenas em 1888, ano da abolição da escravidão.

Innocêncio Jerônimo Risso teria morrido no meio da viagem de uma tropa de mulas, quando ainda mascateava sal, e teria sido enterrado na beira da estrada em local desconhecido, provável razão de seus descendentes não encontrarem o seu assento de morte nos livros de óbito da Matriz de Caldas, quando pesquisavam documentação para pleitear a aquisição da cidadania italiana.

O pai de Gocca Risso continuou as atividades do progenitor italiano, comercializando sal, só que trocou o lombo da mula pelo carro de boi e, ao invés de buscar sal no Rio de Janeiro, passou a buscar o que era produzido em São Paulo e vinha por

trem do porto de Santos até a estação da Mogiana, em Espírito Santo do Pinhal.

Esta mudança provavelmente indica que Alfredo Inocência Risso, o filho do italiano, criado pela mãe doente e por uma escrava, comerciava sal na década de 1880, época em que os trilhos da Mogiana já ‘lambiam’ as divisas do Sul de Minas e adentravam seu território (Estação de Poços de Caldas). Indica, também, o despontar de São Paulo como novo centro econômico, desbancando as praças comerciais do Rio de Janeiro.



Elvira Teodoro Martins e Alfredo Inocência Risso
(1ª geração)

O caso da família Risso, além de ser o mais antigo registro de presença italiana em Andradas até o momento, é significativo por dar noção da confusão desse contexto transicional, antes e depois da abolição da escravidão.



Acervo pessoal de Priscila Risso:

Personagens da foto identificados em folha avulsa escrita à mão: Família Risso: 1 Artur Risso (vinicultor), 2 Alberto Teixeira Risso (fazendeiro e coletor), 3 Aldegundes Mesquita Risso, 4 Irma Escarp Risso, 5 Alfredo Teixeira Risso (Médico), América Risso da Silva (domestica), 7 Maria Felia Risso (fazendeira), 8 Alfredo Domingos Risso (tabelião de Cartório), 9 Alfredo Inocência Neto (comerciante), 10 Alfredo Risso Filho (sitante e viticultor), 11 Lurdes Risso Caseli (comerciante), 12 Maria José Risso Galhardo (pro-

fessora), 13 Alfredo Onofre Riso (contador – escritório de contabilidade), 14 Alfredo Daniel Riso (contabilidade), 15 Caricles Riso de Carvalho (escriturario), 16 Alda Riso de Sousa (professra), 17 José Celso Riso (fazendeiro), 18 Alziro Riso (avicultor e vitiviniculotr), 19 Sebastião Riso (industrial), 20 (Augusto Riso de Carvalho, 21 Merceder Riso Sensi, 22 Catarina Riso Oliveira (professora), 23 Alice Riso da Silveira, 24 Milton Riso (dentista), 25 America Riso Vieira (diretora), 26 não identificado, 27 Alfredo Inocência Riso (fazendeiro), 28 Elvira Martins Riso, sua mulher, 29 não identificado, 30 não identificado, 31 não identificado, 32 Carlos Caseli Riso, 33 Maria Isabel Ricçe. Notações não identificadas ao final: José Riçço, Domingos Ricce, Maria Rosa Ricde, Maria Tereza Ricce.





S T Q Q S S D _ / _ / _

- Que 1 Arthur Pizzo Agricultor
 - 11 2 Alberto Pereira Pizzo Fazendeiro e boboto
 - 11 3 Albuquerque dos Espilto Pizzo
 - 11 4 Irma Escarp Pizzo
 - 11 5 Alfredo Teixeira Pizzo Médico
 - 11 6 America Pizzo da Silva Domestica
 - 11 7 Maria Falia Pizzo Fazendeira
 - 11 8 Alfredo Damascos Pizzo ex barbeiro
 - 11 9 Alfredo Innocencio Neto Comerciante
 - 11 10 Alfredo Pizzo Filho Sítiante e Agricultor
 - 11 11 - Luíza Pizzo base B. comerciante
 - 11 12 Maria José Pizzo Galvão Professora
 - 11 13 - Alfredo Onofre Pizzo Escritor contabilidade
 - 11 14 - Alfredo Daniel Pizzo = contabilidade
 - 11 15 - Carlos Pizzo de barbação Escultor
 - 11 16 - Alda Pizzo de Sousa Professora
 - 11 17 - José Belco Pizzo - Fazendeiro
 - 11 18 - Albino Pizzo Agricultor, e Agricultor
 - 11 19 - Sebastião Pizzo Industrial
 - 11 20 - Augusta Pizzo de barbação
 - 11 21 - Abel Carlos Pizzo ~~base~~ Sonzi -
 - 11 22 - Catarina Pizzo - Oliveira Professora
 - 11 23 - Rlice Pizzo da Silveira
 - 11 24 - Milton Pizzo - Dentista
 - 11 25 - America Pizzo Vieira Areatora
 - 11 26
 - 27 Alfredo Innocencio Pizzo Fazendeiro
 - 28 - Líria Martins Pizzo sua Mãe
 - 29
 - 30
 - 31
- IMPORTANTE: 32 - Carlos base Pizzo =

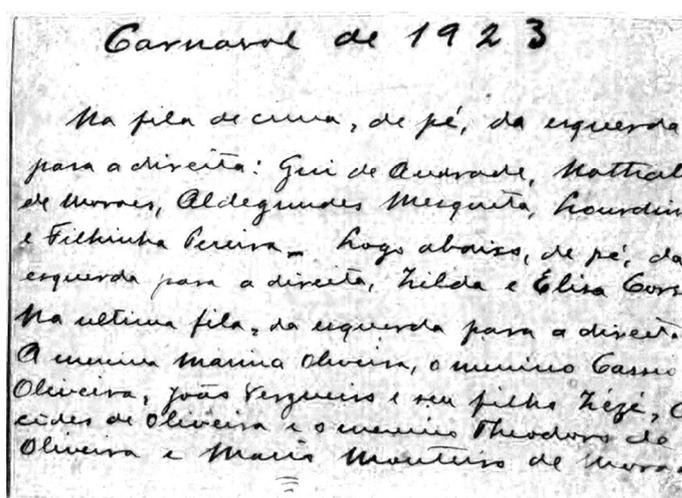
33 - Maria Galvão

34 - - - - -> Pizzo

34 - - - - -> Pizzo



Carnaval de 1923 com trajes em estilo italiano, acervo pessoal de Priscila Risso, neta de Goca, tratam-se de membros da elite local brasileira, quando continuava a chegada de italianos.



Anotação no verso: “Carnaval de 1923: na parte de cima, de pé, da esquerda para a direita: Gui de Andrade, Nathalia de Moraes, Aldegundes Mesquita, Lourdinha e Filhinha Pereira. Logo abaixo, de pé, da esquerda para a direita, Zilda e Elisa Carvalho, na última fila, da esquerda para a direita, a menina Marina Oliveira, João Vergueiro e seu filho Zezé, Alcides de Oliveira e o menino Theodoro de Oliveira e Maria Monteiro de Vieira”.

A tradição oral de Gocca Risso, situando o seu patriarca italiano ainda no período da escravidão, sustenta-se, pois sua neta, Priscila Risso, encontrou o assento de casamento do italiano Innocencio Jerônimo Risso com Maria Floriana de São José, lavrado no Livro No 5 de Casamento da Igreja Matriz da Vila de Caldas, no ano de 1859. Portanto, é perfeitamente possível o avô e o pai de Gocca Risso terem vivido ainda no período da escravidão^[20].

Supondo que essa história não tenha sofrido nenhuma das distorções comuns à tradição oral, ela provavelmente provocaria perplexidade no leitor estrangeiro. Um italiano chegou no Brasil escravista da primeira metade do século XIX, tornando-se tropeiro e mascate de sal no Rio de Janeiro. Depois, foi parar no interior do país, no Sul de Minas, por caminhos ora lamacentos, ora poeirentos, que nessa época ainda abasteciam o Rio de Janeiro, principalmente após a carestia de alimentos agravada pela chegada de D. João VI em 1808 e sua corte, fugidos da invasão de Portugal pelo exército de Napoleão, conforme Alcir Lenharo demonstra em

Tropas da Moderação^[21]. Neste período, as fazendas do interior do Sul de Minas ocuparam um lugar de destaque e centralidade econômica (abasteciam a Corte carioca e adjacências fluminenses), centralidade econômica que depois foi deslocada para as fazendas de café do Oeste Paulista, juntamente com o deslocamento de eixo econômico do Rio para São Paulo.

À primeira vista, esta história pode parecer um tanto absurda, mas não é impossível nesses ermos do Sul de Minas, durante o século XIX, e dá notícias de um passado escravista que existiu em Andradas, que foi substituído pelo trabalho livre do imigrante italiano e que foi esquecido. Até hoje, muitos andradenses ignoram os livros de batismos e óbitos de escravos de seus registros paroquiais e, quando lhes são mostrados, se espantam.

O censo do Império de 1872 dá notícia de 31^[22] moradores na freguesia de São Sebastião do Jaguari (Andradas), que são divididos em 1730 brancos, 706 pardos e 655 negros. Com a relação da divisão do total da população nas categorias 'livres' e 'escravos', havia na freguesia 2713 livres e 408 escravos. No tocante à nacionalidade, havia um italiano e cinco portugueses. Quiçá não era esse Innocencio Jerônimo Risso? Afinal, ele havia casado com uma brasileira de Caldas em 1859.

A situação não melhorou para os negros na localidade, mesmo depois da abolição. Um artigo corográfico, publicado pelo Arquivo Público Mineiro em 1900, nos informa que os antigos escravos estavam sendo praticamente expulsos. No texto também é clara a discriminação do negro, descrito como avesso ao trabalho, ao passo que os imigrantes italianos, que aumentavam na região, são exaltados como trabalhadores:

Os principais ramos da lavoura são o café, o fumo, a cana, as videiras e os cerraes (sic.). Os instrumentos e os processos são os da antiga rotina - machado, foice e enxada, sem que se note tendências para reforma, adaptando-se sistemas aperfeiçoados e convenientes. As exportações são feitas para as praças de São Paulo e Santos, do Estado de São Paulo. Os preços dos gêneros alimentícios aumentam com a população do município, cujo desenvolvimento tem sido notável no último quinquênio. *Há no município grande número de trabalhadores estrangeiros, de nacionalidade italiana em sua quase totalidade, que vencem o salário de 2\$ a 4\$ com ou sem alimentação fornecida pelos proprietários. A emigração para fora do município nos últimos tempos, quer para outros pontos deste Estado, quer para o do São Paulo, consiste apenas de ex-escravos, cujo número estima-se em 1500, e que abandonaram esta localidade por não quere-rem submeter-se às justas e previdentes exigências*

da autoridade policial no sentido de obriga-los a empregar-se. Esse movimento, porém, cessou, com a saída da população ociosa e inútil^[23].

É perfeitamente compreensível o negro não querer trabalhar para os brancos em 1900, apenas doze anos após a abolição da escravidão no Brasil, já que os próprios brancos brasileiros eram avessos ao trabalho braçal.

É claro que o trabalho como um ‘antivalor’ social é fruto da cultura escravista, com laivos de Antigo Regime – a nobreza não trabalha manualmente – e que foi implantada pelo branco português no Brasil e reproduzida pela elite luso-brasileira, mas isso sequer era cogitado pelo autor deste artigo - provavelmente branco - em 1900. Certamente lhe era impossível ter essa consciência: teorias racistas que sustentavam esse pensamento tiveram força do século XIX até 1930^[24].

Até mesmo Caio Prado Junior não escapou delas. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor fala de “levas de negros em estado de semi-barbárie”, que ajudaram a formar uma sociedade colonial decrepita e corrupta.

Isso não é absurdo se entendemos que ele é um “homem de seu tempo”, frase clichê conhecida e repetida no meio dos historiadores.

Não se pode desprezar o poder das ‘ideias’ e dos ‘pensamentos’, tanto para o bem quanto para o mal (valores culturais condicionantes de comportamentos sociais, inclusive preconceitos). Deve-se, também, entender que ideias podem ser mudadas, mas que, no caso de uma sociedade inteira, essa mudança nem sempre é rápida.

De qualquer forma, a desvalorização do trabalho está impressa no próprio preconceito da elite branca escravista: -trabalho manual é coisa de escravos, gente inferior.

Aliás, a humanidade do escravo se perdia em várias situações, já que era tratado como um bem semovente, coisa negociável até mesmo como garantia de hipotecas^[25].

Trazer o ‘espírito do trabalho’ para o Brasil, importando europeus, foi um dos argumentos que sustentou a política de branqueamento da população discutida nas sessões do Legislativo^[26].

Para alguns de nós, pode soar estranho e contraditório este autor usar implicitamente a noção de “vagabundo”^[27] como forma de preconceito contra esses negros expulsos da Vila Caracol, apenas 12 anos depois da abolição da escravidão, época em que fazendeiros brasileiros e brancos se desesperavam para trazer o previdente e trabalhador italiano para suas

lavouras, justamente para manter o status de senhor que faz o trabalho intelectual de administrar ('nobre'), e não o trabalho braçal.

Uma das percepções possíveis do artigo acima é a de que o trabalho duro e disciplinado passou então a ser um valor, mas um valor para que alguns continuassem somente administrando e mandando sob a sombra de seus caros chapéus panamás ou de feltro, que cobriam o rosto do sol quente.

Qual a relação disso com o imigrante italiano? Toda. Foi por força desses pensamentos que ele foi trazido da Europa para substituir o escravo no Brasil. É obvio que provavelmente não houve qualquer tentativa humanizada de reintegração do ex-escravo na sociedade de Caracol nos anos de 1900, e que possivelmente houve resistência e rancor por parte do negro em continuar trabalhando para o antigo opressor.

De qualquer forma, este triste episódio de nossa história deixou o lugar de mão-de-obra vago para os imigrantes italianos, os quais, desde os anos de 1880, transbordavam as fronteiras de São Paulo e se afixavam em território andradense. Apesar do comportamento escravocrata ainda estar latente na elite dessa época, inclusive na local, vários entrevistados indicam que, tanto em São João da Boa Vista como em Andradadas, os imigrantes tiveram um tratamento respeitoso e não excessivamente exploratório por parte

dos fazendeiros, como é o caso do testemunhado da entrevista feita com Senhor Ricardo Sasseron em 2003, na qual ele elogia o tratamento dado aos seus ancestrais - e aos demais colonos italianos - pelo Coronel Ernesto de Oliveira, dono da Fazenda do Refúgio, em São João da Boa Vista:

▮ **Pesquisador:** *E como vocês conseguiram comprar terra em Andradas?*

▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Ah! Ele foi economizando um dinheiro, porque quando ele chegou no Refúgio, eu já falei antes que o dono da fazenda emprestou um carro de mio e uma vaca de leite. E a comida deles era polenta e leite. Depois eles foram ganhando dinheiro, e ele comprou um terreno aqui por 8 conto. O Ernesto emprestou os 3 que faltaram. Ficou devendo 3 conto. Mas tinha café, já. No primeiro ano ele colheu bastante café, no primeiro ano ele conseguiu pagar os 3 conto.*

▮ **Pesquisador:** *Então esse Ernesto era bom patrão?*

▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Bom patrão. Ele emprestou uma vaca de leite e um carro de milho quando nosso povo chegou.*

▮ **Pesquisador:** *Dava a casa?*

▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *A casa.*

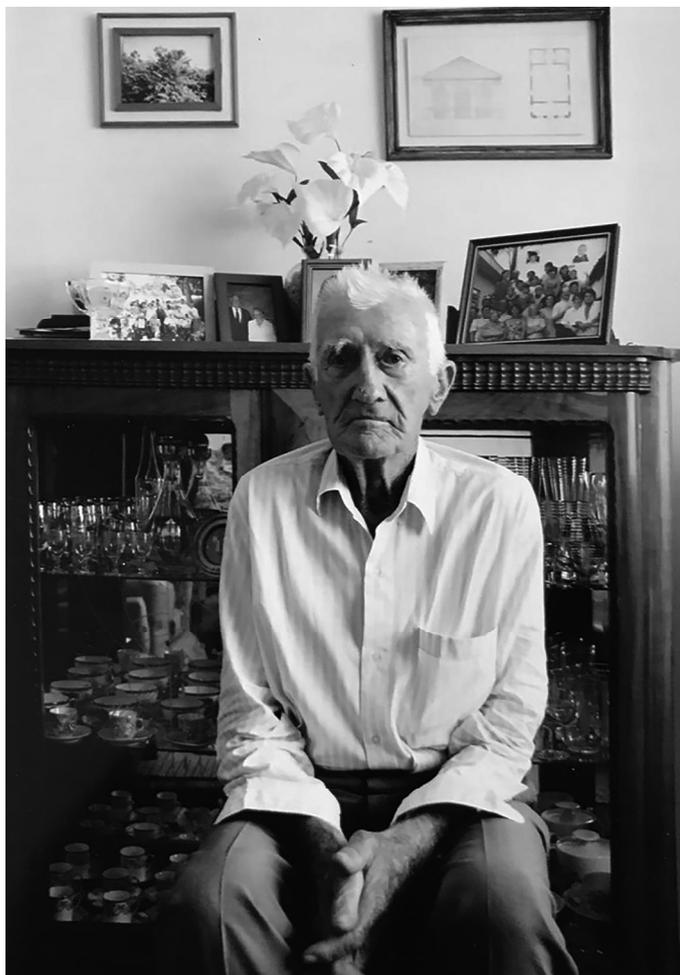
▮ **Pesquisador:** *Não cobrava nada da casa, nem do carro de milho, nem da vaca?*

▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Nada, nada. A vaca era emprestada.*

- ▮ **Pesquisador:** *Mas o milho era dado?*
- ▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Pagava depois. Mas o milho foi preciso pra se sustentá, pra comê, né? Porque ele não tinha nada, ele chegô sem nenhum tostão. Porque ele tinha cinco lira quando embarcou em Gênova, mas ele com-prô bolacha pra minha avó que era doentia e ficô sem nenhum tostão.*
- ▮ **Pesquisador:** *Então esse fazendeiro não deixava as pessoas endividadas?*
- ▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Não, ele num era car-rasco não. Tanto que quando ele morreu, o pai mandô meu irmão no enterro dele. Daqui foro a cavalo lá pra fazenda do Refúgio, foi no enterro do Ernesto de Oliveira. Os italiano aqui queria muito bem o Ernesto^[28].*



Fazenda do Refúgio – Acervo pessoal de Ana Sasseron.



Senhor Ricardo Sasseron (grafia original em italiano – Zazzeron): Nasci em 22 de março de 1917. Nasci aqui no Caracó [Andradas] porque meu pai veio em 10 e eu nasci em 17 [anos do século XX]. Ele acabou a casa em janeiro de 17 e eu nasci em março de 17. Minha família da Itália, meu pai veio em 1.893. Ele veio para trabalhar em lavoura de café. Veio solteiro. A minha mãe veio um pouco depois. Foi mora na fazenda, fazenda do Refúgio, fazenda do Ernesto de Oliveira, Lá eles se casaram, tiveram oito filhos. Em 1910 o meu pai veio morar aqui em Andradas procurano terra aqui, veio mora aqui, onde é minha até hoje

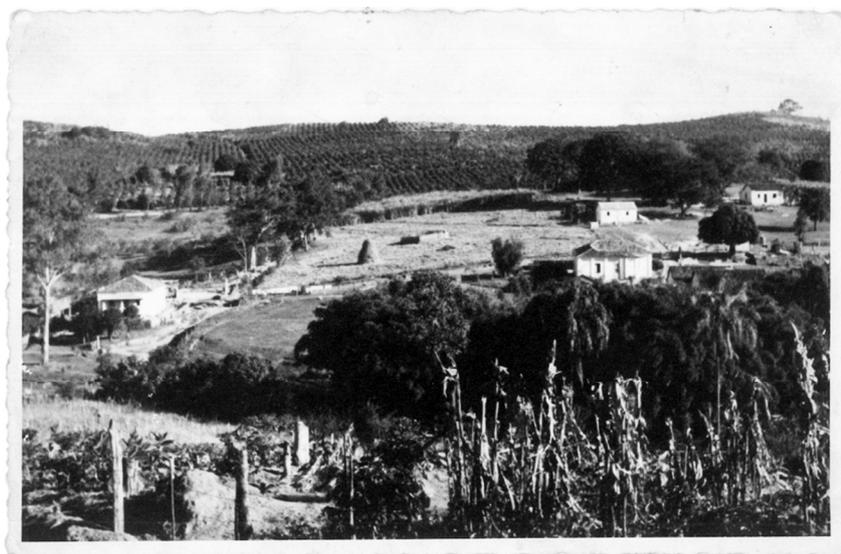
essa terra. Fonte: entrevista transcrita em: ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo: 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica)



Foto do pai e mãe do Senhor Ricardinho Sasseron, cerca de 1937: o sobrenome na Itália era grafado como Zazeron, portanto o nome original do patriarca é Luigi Zazeron, que no Brasil teve a grafia alterada para Sasseron. Luís Sasseron Maria Zavanin Sasseron vieram da região de Vicenza, Comune di Bressanvido, na Província do Vêneto, desembarcou no Brasil em 1893. Acervo pessoal de Ana Sasseon.



Maria Zavanin Sasseron e seu filho, Ricardo Sassern, década de 1920. Acervo pessoal de Ana Sasseron.



Propriedade que conseguiram comprar em 1910: Sítio na zona rural da Palestrina, comprado pelo pai de Seu Ricardinho Sasseron. Milho a frente, café ao fundo, no pasto a “caeira”, uma espécie de rola de capim seco, feito em tondo de uma estaca de madeira, em forma de cone, para alimentar o gado no período das secas. N fato também há a “vasca”, como era chamada a caixa d’água destinada a fazer a distribuição. As casas ao redor são de vizinhos de famílias italianas, que foram comprando as terras perto, avisados pelos que conseguiram adquirir sua terrinha antes. Configuração de pequena propriedade com policultura, tocada por mão de obra familiar. Acervo pessoal de Ana Sasseron.

Ana Sasseron, filha de Ricardo, conta que seu pai dizia que a colônia de italianos da Fazenda do Refúgio era grande e que, no tempo do Coronel Ernesto de Oliveira, havia apenas uma casa habitada por negros, que acabaram obrigados a aprender vêneto para se comunicar com os vizinhos.



Ricardo Sasseron já idoso, cultivando uva na propriedade comprada pelos pais italianos em 1910.

Dentre os descendentes de imigrantes que vieram da Fazenda do Refúgio e que foram entrevistados, a imagem do Coronel Ernesto de Oliveira é sempre descrita como a de um patrão benevolente e justo.



Caixote que os pais do Senhor Ricardinho Sasseron trouxeram da Itália em 1893 e que se encontra na propriedade comprada em 1910, que até hoje é da família. Foto retirada pelo agrônomo Rafael Alberto de Souza e Silva.



Cel Ernesto de Oliveira

Caso parecido é o testemunho oral de Edivar Rovaron e Iolanda Rovaron, de família oriunda da *comune* di Albettone, região de Vicenza, no Vêneto, onde o sobrenome era grafado como Roveran. Também saídos da Fazenda do Refúgio, os Rovaron teriam conseguido comprar terras com dinheiro emprestado pelo Coronel Ernesto de Oliveira.

O empréstimo também foi pago com a produção de café das lavouras existentes na propriedade comprada, localizada no Bairro do Óleo, próxima ao Pico do Gavião e à antiga Fazenda do Refúgio. Da mesma forma que os Sasseron, as memórias que esta família guarda sobre o Coronel são positivas – ele é descrito como um “homem de bom coração”, nas palavras de Edivar Rovaron.



Antonio Rovaron (sentado a direita) - Banda da Faz. Refúgio



Famílias Rovaron (a direita) e Leonni (a esquerda)
Peregrinação a Igreja Velha - Aparecida do Norte/SP

Contudo, o caso deste coronel destoa do de outros em outras partes de São Paulo e do Brasil, onde os imigrantes sofreram maus-tratos e foram vítimas de escravidão por dívidas, como é salientado em estudos brasileiros e italianos sobre imigração italiana^[29].

Felizmente, pelo que pudemos perceber nos testemunhos das entrevistas, esse não foi o caso dos fazendeiros dessa região.



Antônio Rovaron.
Acervo da família.



Angelina Bruno Rovaron,
esposa de Antônio Rovaron.

QUANTOS ITALIANOS CHEGARAM EM ANDRADAS E DE ONDE VIERAM?

Quantos italianos entraram em Andradas? Qual o impacto do imigrante desta nacionalidade na demografia local? Quando ele começou e em qual período tornou-se mais expressivo? Qual o seu impacto na cultura e na economia local? São perguntas que demandarão ainda alguns anos de pesquisa séria e sistemática para serem respondidas com o mínimo de exatidão, mas, na atualidade, há um consenso geral de que se trata de um elemento expressivo que criou uma identidade local de ‘a cidade dos italianos’, presente em manifestações culturais como a festa anual mais conhecida e esperada da cidade, a Festa do Vinho, em pratos e receitas típicas, alguns adaptados aos ingredientes disponíveis no Brasil, mas apontados como de origem italiana. No caso do vinho, além de elemento cultural, também se tornou uma atividade econômica que fez história no município e atingiu seu auge nos anos de 1950.

Os censos demográficos que até agora encontramos, com exceção do de 1872, não nos permitem saber o número de indivíduos de etnia italiana que paulatinamente integraram-se à população da região, porque o imigrante italiano é colocado de forma indiferenciada na categoria ‘brancos’. É provável que o controle policial dos imigrantes, criado e executado na era Vargas, provavelmente tenha produzido algum tipo de do-

cumento censitário e demográfico com os dados que precisamos, mas ainda não os localizamos. As contabilizações das populações no país foram e são feitas, geralmente, nas três conhecidas categorias: pretos ou negros, pardos e brancos. Por esse motivo, é difícil apontarmos o número exato de imigrantes italianos que entraram e se fixaram no município. Dados mais precisos estarão disponíveis quando os livros de registros paroquiais de casamento, óbito e morte, que já foram digitalizados, forem transcritos e tiverem os seus dados sistematizados estatisticamente. Esses documentos permitem contabilizações e análises do número de italianos e descendentes de duas formas: 1 – pelos sobrenomes; 2 – pelas indicações de origens, comuns neste tipo de documento. Por ora, temos uma noção por amostragem. A lista do *Circolo Italiano di Andradas* indica que a esmagadora maioria veio do norte da Itália, principalmente da região do Vêneto. O que é condizente com o casamento de acontecimentos que se desenrolavam em paralelo no Brasil e na Itália, entre os anos de 1880 e 1890:

CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, a escravidão desmoronava e a elite defrontava-se com a necessidade de implantar um sistema de trabalho livre e assalariado, quase uma completa novidade para eles. Essa necessidade de importação de

mão de obra imigrante fazia-se sentir mais seriamente na Província e depois Estado de São Paulo, que não contava com tantos negros como as áreas próximas aos centros mineradores de Minas Gerais Minas Gerais, que possuía o maior plantel de escravos do Brasil, financiado pela riqueza do ouro e das pedras preciosas.

Por esse motivo, os políticos das regiões mineiras com mais cativos, defendiam nas Assembleias Provinciais de Minas o aproveitamento da mão de obra do ex-escravo e a do nacional, em caso de eclodir o fim da escravidão.

Essa defesa não fundamentava-se na preocupação humanitária de reinserir o antigo escravo na economia, mas sim na preocupação de evitar gastar grandes somas com a montagem de uma dispendiosa máquina de imigração, como a que São Paulo montou^[30].

Já os políticos do Sul de Minas - região com menos escravos e também produtora de café, dentre outras atividades, e mais ligada aos mercados paulistas - aproximaram-se do modelo paulista de política para transição da mão de obra escrava para a assalariada, ou seja, defendiam a importação do imigrante^[31].

No final dessa queda de braço entre políticos do centro e do sul, Minas acabou entrando tardiamente na promoção de políticas e infraestruturas para importação de mão de obra europeia^[32].

CONTEXTO ITALIANO

Na Itália, os conflitos e as guerras no processo de unificação do território fragilizavam a economia, pauperizavam a população e provocavam insegurança, principalmente nas regiões fronteiriças do norte, vizinhas do então poderoso Império Austro Húngaro, que chegou a dominar o Vêneto e Trento.

Os conflitos do processo da unificação italiana - *Risorgimento* - são geralmente apontados como o motivo principal da emigração de italianos para a América. Porém, é um erro, a grande imigração aconteceu depois do fim da unificação, em geral marcada pela anexação de Roma nos anos de 1870, que passou a ser a capital.

Entretanto, há autores que estendem o processo de unificação da Itália com até a anexação de Trento após a Primeira Guerra Mundial, até então a região estava sob o poder do Império Austro Hungaro.

O fato é que a grande emigração da Itália para várias partes do mundo, aconteceu entre os anos de 1880 e 1920, graças à transformações econômicas e sociais ocorridas após a unificação, com a inserção do recém formado Estado Italiano no sistema capitalista e graças à mecanização agrícola no Norte da Itália, que promoveu endividamento dos pequenos proprietários, por não conseguirem competir com os grandes, capazes de mecanizar a produção e reduzir os custos.

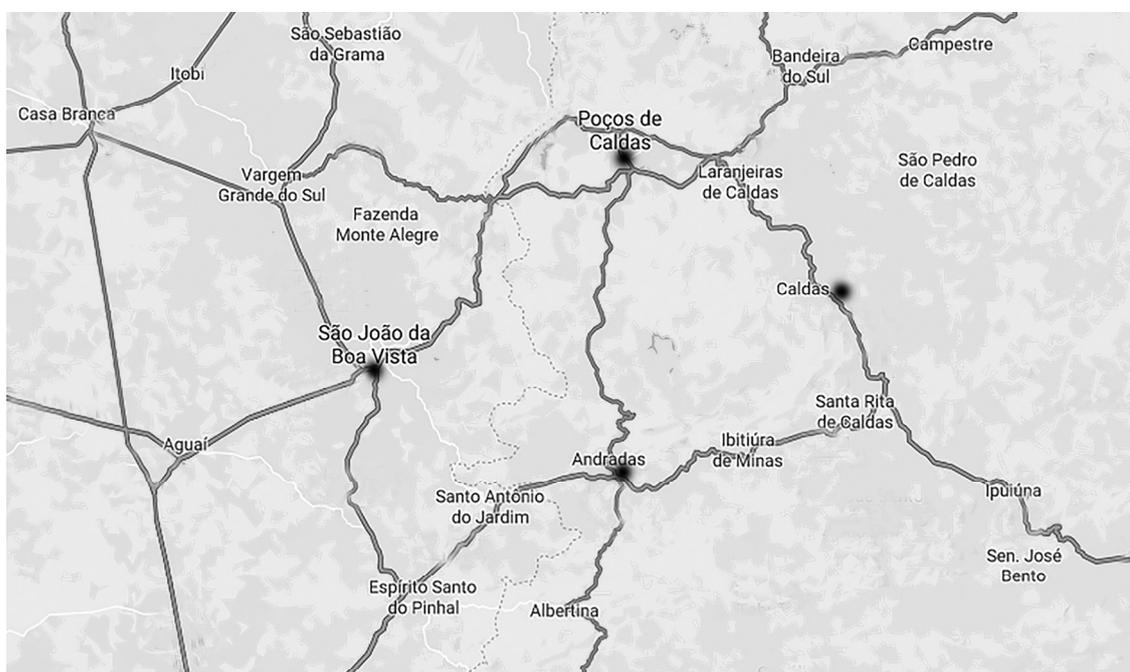
Isto gerou uma reconcentração fundiária no norte, falta de empregos na zona rural e um êxodo de camponeses para os centros urbanos, que se tornaram num problema social, já que as nascentes fábricas das cidades também não conseguiam absorver toda a mão de obra emigrada dos campos.

Embora a emigração tenha continuado depois de 1920, ele paulatinamente diminuiu. Esses dois contextos, brasileiro e italiano, são as duas “metade da laranja”. Esse quadro Brasil-Itália torna compreensível o fato de a maior parte da amostra de italianos e descendentes em Andradas ser do Vêneto, do norte da Itália.

Uma população que trouxe sua cultura de pequenos agricultores (camponeses), com diversificação produtiva promovida por mão de obra familiar. O que esse italiano do norte mais queria, era um pedaço de terra. Admitimos, no entanto, que, com o crescimento da amostra de sobrenomes com origens estudadas e comprovadas, esse perfil de preponderância de italianos do norte pode mudar.

Com relação às 27 entrevistas até o momento feitas com descendentes de italianos, em sua maioria a sistematização de seus dados dá indicações precisas do porto de entrada no Brasil, do caminho percorrido no território até chegar em Andradas e, também, das cidades e províncias italianas de origem. As entrevistas, no geral, excetuado o caso da família Risso

e da família Bensi, apontam fazendas do Estado de São Paulo como o local no Brasil de onde vieram seus ancestrais para Andradas, tanto de São João como de Espírito Santo do Pinhal.



Obs.: os pontos em destaque indicam as localidades principais nessa discussão

Imigrantes continuaram chegando na primeira década do século XX na região da fronteira, mesmo depois do Ministro Exterior da Itália, Giulio Prinetti, ter redigido, em 26 de março de 1902, a Portaria que proibia a

emigração subvencionada para o Brasil (com passagens pagas pelo governo brasileiro).

O governo italiano justificou a ação alegando maus tratos sofridos pelos imigrantes italianos no Brasil, mas provavelmente a medida também se relacionou ao fato de o braço italiano estar começando a fazer falta na própria Itália: o excedente populacional 'incômodo' já havia sido expelido.

Mesmo após esse evento, imigrantes continuaram chegando, mas principalmente por meio das famosas *cartas de chamada*, que abundam no acervo documental do Museu do Imigrante de São Paulo.

Tais cartas foram um mecanismo de entrada do imigrante, legalizado pelo governo brasileiro pelo Decreto nº 9.081, de 3 de novembro de 1911^[33], que em seu capítulo II, artigo 5, determinava:

Art. 5º Enquanto não for suficiente a entrada de imigrantes espontâneos no país, a União fornecerá gratuitamente passagens aos estrangeiros que exerçam a profissão de agricultores e queiram vir acompanhados de suas famílias, ou a chamado das mesmas, uma vez que estejam nos casos de ser acolhidos como imigrantes, no termos do art. 2º, e venham estabelecer-se como proprietários rurais:..^[34].

O parágrafo único também é revelador quanto à intenção desse mecanismo de imigração, que era estimular a vinda de imigrantes em idade ativa, ou seja, capazes de trabalhar. O foco do investimento no financiamento de passagens era na vinda destes, que seriam reembolsados ao apresentarem a carta de chamada na alfândega. No caso dos velhos e inválidos, havia ressalvas:

Parágrafo único. Os maiores de 60 anos e os inaptos para o trabalho só serão admitidos quando acompanhados de suas famílias, ou quando vierem para a companhia destas, contanto que haja da mesma família, pelo menos, um indivíduo válido, para outro inválido, ou para um até dois maiores de 60 anos.

Tratava-se de um dispositivo do Governo Brasileiro para a continuidade da imigração, financiando as passagens dos imigrantes que viessem ao Brasil por meio de carta de chamada escrita por parentes ou amigos.

Nas entrevistas identificamos alguns casos de imigrantes que vieram dessa forma, diretamente das estações ferroviárias para Andradas.

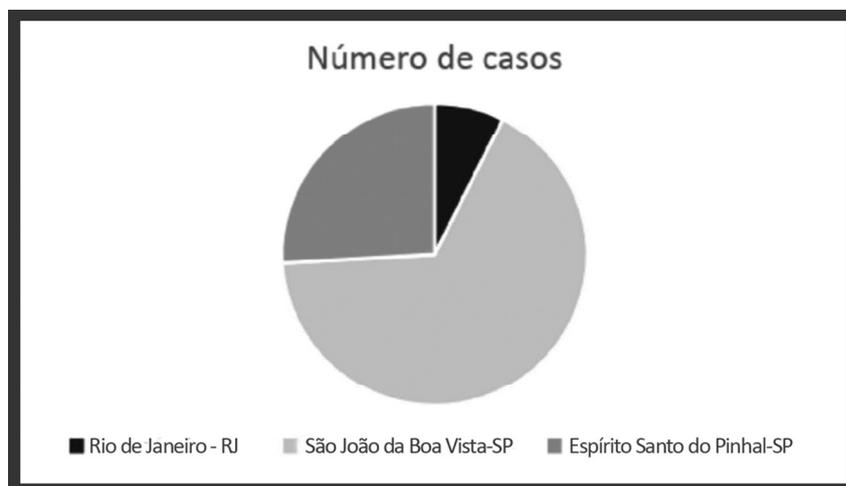
Trata-se de uma imigração mais tardia, situada no começo do século XX, sendo a porta de entrada mais comum para esses casos a Estação da Estrada

de Ferro Mogiana em Espírito Santo do Pinhal, o que é compreensível, como vinham direto para a casa de parentes e amigos em Andradas e não para trabalhar na lavoura de uma fazenda predeterminada ou determinada na hospedaria de imigrantes, não fazia sentido ir até São João da Boa Vista, estação um pouco mais distante da Vila Caracol.

Também não ignoramos que houve alguns casos de italianos que trabalharam em fazendas de Espírito Santo do Pinhal antes de vir para Andradas, mas os casos das fazendas de São João são bem mais frequentes e antigos.

Por ora, podemos dizer que, no geral, a amostragem indica que essa região do Sul de Minas teve forte impacto demográfico da imigração italiana desembarcada no Porto de Santos, ao contrário do que acontece na Zona da Mata mineira e nas proximidades de Belo Horizonte, que receberam italianos desembarcados no Rio de Janeiro e hospedados na Hospedaria de Juiz de Fora.

Análises pormenorizadas das informações das entrevistas feitas, e da documentação a elas relacionadas, nos permitem apresentar apenas um gráfico das localidades, no Brasil, em que imigrantes italianos residiram ou de onde vieram, antes de se afixarem definitivamente em Andradas:



O gráfico foi feito com base numa planilha desenvolvida para coletarmos informações e dados das entrevistas. Ele está disponível no site do *Circolo Italiano di Andradas*. Trata-se de um banco de dados em construção, portanto dinâmico.

Além disso, a quantidade de dados que os registros paroquiais prometem é volumosa e podem ser integrados à planilha.

De qualquer forma, quantificações à parte, cada um dos sobrenomes italianos da lista do *Circolo Italiano di Andradas* é uma potencial entrevista. Portanto, ela ainda pode desdobrar-se em miríades de histórias, pedaços de vidas a serem costuradas como numa colcha de retalhos, o que é perfeitamente possível, porque muitos

descendentes de famílias italianas casaram-se entre si, construíram laços de solidariedade e fizeram negócios.

De início, foi uma comunidade bastante tradicional e fechada, embora haja alguns casos de casamentos com brasileiros, como o de Manoel Alves dos Santos com Maria Buzato, filha de imigrantes. Manoel Alves dos Santos era filho do capitão português Cirylo Alves dos Santos com a escrava Leopoldina Bastos.

O Capitão Cirylo teria se desentendido com a esposa branca, que era da localmente poderosa família Oliveira, como o processo de divórcio era difícil e caro, deixou de viver com esposa e fez da escrava a dona da casa grande, uma história a lá Chica da Silva.

Mas essas duas mulheres não bastaram na vida do capitão, que é descrito na tradição oral como um mulherengo de primeira, cheio de filhos ilegítimos.

Cirylo foi um dos fazendeiros que venderam terras parceladamente para os imigrantes italianos. Voltaremos a falar dele mais adiante.

DO CAMPO AFETIVO DA MEMÓRIA PARA O CAMPO ANALÍTICO DA HISTÓRIA: DO MICRO PARA O MACRO^[35]

Por vezes, nas falas de descendentes diversos, os mesmos fatos e eventos repetem-se em perspectivas diferentes.

De repente, revelam-se os italianos carroceiros, que faziam o vaivém das mercadorias trocadas com São Paulo pela Estação da Estrada de Ferro Mogiana de Espírito Santo do Pinhal: para São Paulo mandavam o que era produzido na região (cartolas de vinho de cem litros, café, queijo e etc.). Da capital paulista, importavam o que o interior não tinha (sal, bacalhau, azeite, fazendas de chita e etc.).

Em seguida surgem os imigrantes instruídos, inserindo-se na economia local como administradores de fazendas de antigos coronéis.

Depois aparecem os imigrantes que conseguiram tornar-se fazendeiros de café, donos de máquinas beneficiadoras de café, corretores do produto, donos de adegas, comerciantes... Diante disso tudo, vai se revelando a inserção do imigrante na complicada política regional do começo do século XX, cheia de coronéis, jagunços, emboscadas e assassinatos - política essa que, ainda hoje, é tabu em Andradas, proibida.

Todo entrevistado que mencionou os italianos assistindo as disputas políticas da época entre os Barbosa e os Oliveira, as jagunçagens, as tocaias e as juras de morte, sempre diz: 'isso não conte!!!!'. Essa reação é ilustrativa das censuras e do caráter seletivo da memória.

De qualquer forma, as múltiplas histórias tecem circuitos comerciais e revelam contextos econômicos, dão notícias sobre a crise de 1929, que frustrou o sonho dos moradores locais, inclusive dos imigrantes, de trazer às suas portas os cobiçados trilhos de ferro...

Entrevistas a parte, o mais encantador da lista de sobrenomes do Circolo é justamente o fato dela ser um esforço coletivo da comunidade de descendentes de italianos de Andradas e de ainda ser capaz de mobilizar e envolver esta comunidade no sentido de preservar a memória da imigração italiana no município.

Podemos afirmar, portanto, que esta pesquisa começou com um enfoque histórico em escala micro, local, descolado de um contexto nacional e mundial. Uma história ligada mais ao campo afetivo da memória familiar do que ao analítico da história, mas que não parou por aí.

A palavra 'memória' se aplica bem ao trabalho de coleta de entrevistas orais, uma vez que vem do verbo latino *memorare*, que significa lembrar. Toda lembrança, de qualquer entrevistado que seja, é cheia de forte carga afetiva, porque o sujeito não traça muito bem o limite entre o passado que está sendo lembrado e o presente.

O processo de lembrança é como reviver as experiências afetivas novamente, mesmo que seja de algo

experimentado quando a criança estava ouvindo uma história contada por seu avô, por exemplo.

Neste sentido, é mais do que acertado o provérbio “recordar é viver”, mesmo que seja viver o que foi imaginado ao ouvir o conto/lembrança do pai, mãe, avô, tio, tia, irmão mais velho e etc.

Em síntese, há uma ligação direta entre lembrar e reviver a afetividade da emoção vinda do passado como se fosse presente^[36].

Antoine Prost, especialista francês em Historiografia e Teoria da História, considera que a memória se difere da história por trazer em si uma forte carga afetiva sobre os fatos ou sobre aquilo que os lembra (uma foto, uma casa, uma paisagem), ao passo que a história tem uma dimensão mais fria, analítica, racional. Porém, a fronteira entre as duas é tênue e, não raro, cruzada e entrecruzada^[37].

A origem latina da palavra ‘emoção’ também ajuda a entender essa experiência de lembrar: a emoção vem do verbo latino *emovere*, que significa colocar para fora, ou seja, colocar para fora o que está dentro do *ego sum* (eu sou).

Em outras palavras, o processo de lembrar-se de algo é sempre um processo de emocionar-se, de colocar para fora a afetividade, algo significativo que está

dentro do eu/sujeito, seja uma experiência agradável e nostálgica ou uma experiência desagradável, traumática, dolorosa e mal dita/maldita, que deve ser, quando não omitida, pelo menos retirada do baú das lembranças amaldiçoadas pelo Eu, para ser mostrada e reprovada, como exemplo moral daquilo que não deve ser repetido.

No caso dessa pesquisa, os processos de lembrança que buscamos captar vão além de 'eu(s) individual(is)'. Atingem um Eu Maior, coletivo, correspondente à comunidade de descendentes de italianos de Andradas, que tem forte ligação afetiva com suas origens.

O início desta pesquisa, por meio dos depoimentos orais registrados em áudio e vídeo, foi uma experiência que poderíamos traduzir como tatear por entre as neblinas da memória através de fotos, passaportes, cartas, e mesmo lugares, entendemos que a memória está, por vezes, ligada ao *monumentu* (monumento), aquilo que serve para *memorare*, lembrar.

Fomos tateando, no nebuloso universo das lembranças, pontos que nos permitissem, de alguma forma, uma averiguação documental.

E quando dizemos nebuloso, não estamos o fazendo desqualificando a memória, mas apenas salientando seu encantador aspecto de sonho: daquilo que

é imaginado pelo descendente que recebeu a tradição oral passada pelos mais velhos.

Como vimos no caso da entrevista com Gocca Riso, isso é em alguma medida possível. Porém, durante esse processo, em uma entrevista feita com Rogério Basso, esbarramos em um documento familiar que nos permitiu fazer a conexão da microescala com a macroescala, transitando, também, pelo campo analítico da história.



Reunião da Família Tonon



Parte II

UM CARIMBO E UMA HISTÓRIA



Em nossas peregrinações pelas casas dos descendentes de imigrantes, fomos, em 14/04/2018, à Adega dos Vinhos Basso, entrevistar o proprietário, Rogério Basso, sobre as origens de sua família. Durante a entrevista, ele nos mostrou um passaporte de 1888, ano da abolição da escravidão. Este documento tornou-se emblemático para nós e mudou os rumos da pesquisa, não só pela data simbólica – que representou o fim da mão-de-obra escrava que o imigrante veio substituir – mas principalmente por causa de um carimbo em seu verso.



Passaporte de Ângelo Basso – 1888.



Detalhe do carimbo, no verso do passaporte.

Seria apenas um carimbo e nada mais, que teria passado despercebido se o historiador responsável pela pesquisa não tivesse acompanhado o processo de pesquisa de um mestrado sobre imigração e hospedarias em São Paulo, desenvolvido por Rosa Guadalupe Udaeta^[38], sua colega de pós-graduação na USP, no grupo de pós-graduandos orientado pela Prof.a D.ra Raquel Glazer.

Este historiador sempre havia se perguntado sobre quem, ou qual poder político e econômico, esteve por trás da importação da mão-de-obra imigrante italiana que veio parar em Andradas.

É senso comum, na comunidade local, que a maior parte dos imigrantes italianos veio das ricas fazendas de café de São João da Boa Vista, município paulista vizinho, principalmente das fazendas do Coronel Ernesto de Oliveira e de sua sobrinha, Dona Tita de Oliveira, sendo a mais famosa delas a Fazenda

do Refúgio, embora várias outras fazendas e famílias de cafeicultores também sejam citados^[39]. Entretanto, a questão é: como os Oliveira, os Junqueira, dentre outras famílias de cafeicultores de São João da Boa Vista, conseguiram um número de mão-de-obra imigrante tão expressivo, haja vista que só no município de Andradas a lista de sobrenome italianos conta com o número de 450?

Como já mencionamos, é verdade que parte destes 450 sobrenomes entrou em Andradas também pela estação ferroviária do município de Espírito Santo do Pinhal.

Mas, até o momento, as pesquisas indicam São João da Boa Vista como a mais antiga e principal porta de entrada do italiano para as terras andradenses, principalmente nas primeiras levas, durante as décadas de 1880 e 1890. Até porque, a estação ferroviária de Espírito Santo do Pinhal foi inaugurada três anos depois da de São João, o que veremos na parte três deste livro, intitulado Cartas Do Dr. Joaquim De Oliveira Neto.

Portanto, Espírito Santo do Pinhal, enquanto porta de entrada para o italiano em Andradas, parece ter ganhado relevância numa imigração mais tardia - na virada do século XIX para o século XX, em especial no XX.

Feitas estas observações, repetimos a pergunta, com leve alteração: como os Oliveira, dentre outras fa-

mílias de cafeicultores de São João da Boa Vista, foram os pioneiros em conseguir um número de mão-de-obra imigrante tão expressivo para suas lavouras?

A pergunta é pertinente, porque toda imigração que chega a um país é uma questão de Estado e, por essa razão, o fluxo imigratório passava inevitavelmente por trâmites burocráticos do poder governamental, para além das negociações diplomáticas.

Mas só essa diferença de data de abertura de estações não nos parece ser o principal fator da preponderância de São João como origem das famílias de imigrantes que foram para as paragens do vale ao pé da Serra Caracol.

Na época, a suspeita do historiador responsável pela pesquisa era a de que algum dos representantes da elite cafeeira de São João da Boa Vista contava com um contato político de peso na Província de São Paulo e, talvez, no Governo Imperial (depois Estado e Governo Federal Republicano), contato este ligado ao controle da mão de obra imigrante que chegava ao Brasil.

Essa suspeita começou a se tornar maior depois de uma entrevista com Ana Sasseron, filha do Senhor Ricardo Sasseron, descendente de vênnetos, que lembrou que os Silva Prado tinham um escritório em Gênova, dedicado a conseguir mão-de-obra imigrante.

Ao perguntarmos a fonte de tal informação para Ana, ela respondeu que se baseava em leituras de livros sobre a família Silva Prado e no contato com descendentes dos Silva Prado, residentes em Campinas.

A entrevista com Ana Sasseron e o passaporte de Ângelo Basso, com seu carimbo, foram as primeiras pistas para encontrar quem esteve por trás da imigração que veio parar Andradas, mesmo que acidentalmente.

A SOCIEDADE PROMOTORA DE IMIGRAÇÃO DE SÃO PAULO

Nossa primeira pista – o carimbo do passaporte de 1888 – indica que Ângelo Benedetto Basso, 42 anos, e sua esposa, Catarina Albiero, 40 anos, mais os três filhos, naturais de Bolzano Vicentino, no Vêneto, tiveram suas passagens financiadas pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, o que pode ser traduzido por subsídios governamentais da província de São Paulo da época, já enriquecida pelo café. Os atores que estiveram por trás dessa imigração revelam-se assim que conhecemos o que foi a tal sociedade, qual a sua finalidade e quais foram os seus fundadores e diretores:

Depois da década de 1850 surgiram várias associações de imigração que tinham por intuito trazer imigrantes para trabalhar no Brasil. Entre elas, Vassilief cita a

Associação Auxiliadora de Colonização, criada na década de 1870, e a Sociedade Promotora de imigração, criada na década seguinte. (...) Uma dessas, a Associação Auxiliadora de Imigração para São Paulo, surgiu na década de 1860. Esta pretendeu buscar mão de obra nos Estados Unidos, entre os sulistas que haviam perdido a Guerra Civil, visando manter opções de diversificação da mão de obra livre, não necessitando contar apenas com os escravos e os nacionais.

Estavam à frente da Associação, representantes das famílias cafeicultoras anteriormente citadas, os Souza Queiroz e os Silva Prado^[40].

Devido aos interesses da Associação Auxiliadora não é de se estranhar que à sua frente estivessem os maiores interessados na obtenção de mão de obra livre, os Souza Queiroz e os Silva Prado. Da diretoria composta por cinco membros que atuavam sem receber nenhum pagamento, o Barão de Souza Queiroz assumiu a presidência, enquanto Antônio Silva Prado a vice-presidência^[41].

Udaeta indica que a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo foi fundada na década de 1880, como um empreendimento que se desdobrou da Sociedade Auxiliadora de Imigração acima citada, fundada na década de 1870. Em sua dissertação ela demonstra, com clareza, que quem dirigiu a sociedade foi uma poderosa e rica elite agrária diretamente

interessada em mão-de-obra para suas propriedades. Ambas as associações estiveram ligadas ao aumento da pressão inglesa para o fim da escravidão no Brasil, a partir da década de 1850, e às poderosas famílias que participaram da montagem da máquina da imigração durante o Segundo Império Brasileiro: os Silva Prado e os Souza Queiroz.

Essas duas famílias possuíam grande peso econômico e político na sociedade. Eram interessadas na continuidade da produção agrícola de suas fazendas, caso o sistema de mão de obra escravista viesse a ruir, o que para eles poderia acontecer a qualquer momento: a continuidade da escravidão era algo incerto e nebuloso diante de um contexto antiescravista internacional, que começou a confrontar o Império Brasileiro a partir de 1830^[42].

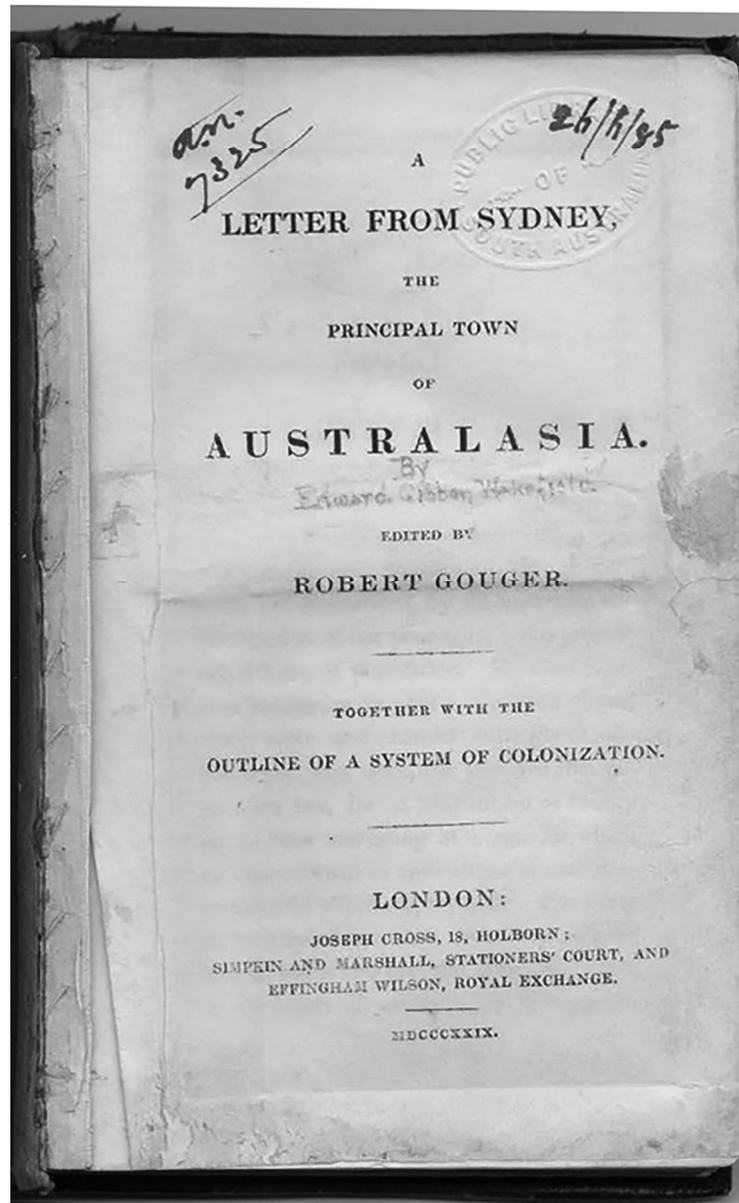
PRESSÕES INGLESA PARA ABOLIÇÃO INSPIRANDO A CONSTRUÇÃO DA MÁQUINA DA IMIGRAÇÃO

Após 1830, o prolongamento do sistema escravista foi tentado de todas as maneiras por meio da chamada política abolição gradual de extinção da escravidão. As leis para esta finalidade começaram com a extinção do fim do tráfico em 1850, depois veio Lei

do Ventre Livre em 1871, Lei do Sexagenário em 1885, até que não houve mais alternativa e a escravidão foi abolida em 1888, tendo sido o Brasil o último país do mundo a aboli-la^[43]. É nesse contexto de décadas de medo e incerteza da elite agrária, quanto à continuidade ou não de suas ‘fábricas agrícolas’, por falta de mão de obra, que começou o interesse pelo imigrante^[44].

Até a abolição em 1888, uma das principais preocupações da elite era conseguir uma forma de garantir que o imigrante – ou o ex-escravo, pessoa negra livre – fosse obrigado a trabalhar em suas terras, pois havia abundância de terras ainda virgens, passíveis de serem ocupadas na vastidão dos sertões. Para resolver a questão, no Legislativo do Império Brasileiro foi expressamente discutido um projeto de colonização da Austrália, escrito pelo inglês Edward Gibbon Wakefield, com sua teoria do *sufficient price* (‘preço justo’, no Brasil).

No projeto, a venda das terras seria feita pelo Estado, transformando-as em propriedade privada, por um preço caro o suficiente para ficar longe do alcance da massa pobre, imigrante ou do ex-escrava. Esta teria, então, que se converter em trabalhadores livres obrigados a vender sua mão-de-obra, porque expropriados do meio de produção da terra. Esta condição daria às Companhias de Comércio do Império Britânico a possibilidade de explorar comercialmente esta colônia sem usar escravos^[45].



Projeto de colonização da Austrália, escrito por Edward Gibbon Wakefield, primeira publicação em 1829. Intimamente ligado à políticas de imigração. Disponível em: <<<https://digital.collections.slsa.sa.gov.au/nodes/view/2651>>>.

As discussões do Império Brasileiro a respeito podem ser encontradas nas Faldas do Trono^[46]. O projeto de Wakefield teria sido, aliás, inspiração para Marx em várias ideias de *O Capital*^[47].

O fato é que o projeto colonial inglês para a Austrália, caía como uma luva para a elite luso-brasileira, sempre confrontada pela Inglaterra com o fim da escravidão e com a possível falta de mão-de-obra, a ponto de servir de base para a elaboração da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601 de 18 de setembro), mesmo ano em que foi extinto o tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós. Porém, o Governo do Império, apesar de suas tentativas, até o final da escravidão não conseguiu elevar muito o preço da terra no Brasil e muitos menos evitar os apossamentos de terras do Estado (devolutas)^[48].

Em outras palavras, os núcleos de colonização – terras disponíveis e com preço acessível para o imigrante – deveriam ser, ao final das contas, apenas um chamariz para o imigrante. Na verdade, elas deveriam estar longe do alcance dele. No geral, o que observamos é o esforço coletivo dos membros de cada família imigrante para juntar o capital necessário à compra da tão sonhada terra, o que levava alguns anos.

No caso de nosso personagem, Ângelo Basso, com o passaporte carimbado pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, o tempo de trabalho

necessário para sua família juntar esse dinheiro foi de dez anos.

As entrevistas indicam um intervalo de tempo entre 10 e 17 anos de trabalho, necessários para as famílias acumularem capital suficiente para comprar terras: a família Stivanin levou 16 anos. As famílias Sasseron e Rovaron levaram, cada uma, 17 anos^[49].

Voltando ao caso da família Basso, seus membros agiram de modo semelhante ao de tantos outros italianos, que, na maior parte das vezes, conseguiram comprar, parceladamente, pequenas terras de latifundiários da elite luso-brasileira. O resultado observado hoje, tanto em Andradas quanto em várias outras partes do país onde houve imigração, é que o italiano tornou as regiões aonde chegou minifundiárias, policultoras e de agricultura familiar.

A elite local, por sua vez, teve suas fazendas estilhaçadas não só nas partilhas entre herdeiros, como também nos inúmeros pequenos lotes vendidos aos imigrantes, como é o caso da maior parte dos bairros rurais de Andradas hoje: Bairro do Óleo (antiga Fazenda Óleo), Bairro Bela Cruz (antiga Fazenda Bela Cruz), Bairro Grotão (antiga Fazenda Grotão)... e assim por diante^[50].

Estudos pormenorizados a respeito – nos cartórios de Registro de Imóveis, de Notas e no Fórum de

Andradas – aguardam candidatos a analisar sua documentação para ampliar o conhecimento desse processo.

A ELITE CAFEICULTORA PAULISTA E A SOCIEDADE PROMOTORA DE IMIGRAÇÃO DE SÃO PAULO

Em meio a este torvelinho de acontecimentos, os irmãos Silva Prado, diretamente ligados à Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo – a mesma do nosso carimbo – foram visionários. Mesmo ocupando lados opostos na política, eles desempenharam esforços em conjunto para promover a imigração: um, Antônio Silva Prado, era conservador e monarquista; o outro, Martinho Silva Prado, era liberal e republicano. A este respeito, Udaeta ressalta os seguintes trechos de Levi^[51]:

Dado o ceticismo compartilhado pelos Prado quanto à monarquia e sua preocupação comum com o desenvolvimento de São Paulo, não é de causar surpresa que seu comportamento político tenha refletido um alto grau de cooperação familiar^[52].

O mais significativo de todos os fatores que uniam os Prado politicamente foi sua promoção de ferrovias, imigração, e, finalmente, a abolição, elementos do liberalismo brasileiro do século dezenove que, especialmente em São Paulo, transcendem filiações partidárias formais^[53].

[...] a solidariedade política familiar foi uma expressão do interesse econômico comum, sendo que a maior evidência disso é a ampla cooperação de Antônio e Martinico [...] na questão Abolição-Imigração^[54].

Muito provavelmente, as pressões inglesas para o fim da escravidão estiveram ligadas à pressão para a modernização econômica do país. A Inglaterra esperava que o Brasil se encaixasse nas mudanças do sistema capitalista que se operavam nessa época.

Em outras palavras e no final das contas, tais pressões visavam converter o modo de produção escravista brasileiro num sistema completamente capitalista, em todos os seus aspectos.

Certamente foi o que fez o ministro do Império Brasileiro, Bernardo de Souza, ponderar sobre as vantagens do trabalho assalariado para viabilizar o crédito agrícola, que só foi possível depois da promulgação da lei de liberação geral da cobrança de juros, em 1838.

Foi ela que permitiu o início da montagem de um sistema financeiro no Brasil (leia-se crédito com cobrança de juros e maior segurança jurídica para as transações de crédito)^[55].

Em seu livro *Os Bancos do Brasil*, publicado em 1848, Bernardo de Souza Franco buscou demonstrar como o trabalho escravo era bem mais caro e desvan-

tajoso para a montagem de um sistema de crédito agrícola, do que o assalariado:

No Brasil há também motivos especiais ou mais exagerados circunstâncias (para as dificuldades do agricultor obterem crédito), e que consistem. - 1º. Em que a agricultura cativa maior soma de capitais pela compra de braços escravos. 2º. Em que oferece menos seguras garantias a esses capitais em razão - do baixo preço dos estabelecimentos agrícolas (está falando do preço da terra aqui) - dos menores lucros que produzem - e das dificuldades da liquidação judiciária ou execução de dívidas rurais.

Um estabelecimento, que exige o trabalho de cinquenta braços, faz nos países onde eles são livres a despesa diária de 20\$ rs., orçando em 400 rs. O termo médio dos jornais, e precisa cerca de 500\$ rs. por mês e de 6.000\$ rs. por ano. Este é, pois, o máximo que o cultivador se vê obrigado a tomar emprestado no ano, e nem todo de uma só vez.

No Brasil exigiria o mesmo estabelecimento a despesa imediata de 25 a 30.000\$ rs. com a compra de cerca de cinquenta e cinco escravos para ter disponíveis cinquenta, e de 2 a 3.000\$ rs. com o sustento diário. E este avultado capital, reduzido a fixo, fica cativo por longos anos, e não pode ser pago senão por prestações ou anuidade. A consequência é, portanto, maior dificuldade ainda em obter (crédito) do encontram os lavradores daqueles outros países^[56].

Bernardo de Souza Franco não explica quais são as bases de seus cálculos, o que nos faz pensar que se tratam da sua experiência de vida na sociedade da época. Mesmo mostrando que o trabalho escravo era mais caro, ele defende a escravidão como necessária^[57], o que não é de se estranhar.

Ele é um homem marcado pelos valores vigentes na época, imerso numa sociedade elitista e com avultadas somas investidas em escravos, que eram comprados não somente para o trabalho, mas também para ostentação de riqueza e autoafirmação de *status* social. Essa contradição de Souza Franco reforça nosso ponto de vista, de que a manutenção do sistema escravista foi mais uma questão cultural do que prática.

Essas reflexões do ministro, sobre as vantagens do trabalho livre, certamente circulavam e não foram ignoradas pelos Silva Prado, o que pode ter pesado no fato de, a partir da década de 1860, eles e os Souza Queiroz terem investido e apostado na importação de mão-de-obra imigrante, para além do estímulo do medo da falta de mão-de-obra, gerado pela pressão inglesa para o fim da escravatura.

O que reforça a viabilidade dessa hipótese é a assinatura de Antônio Prado presente na lei Eusébio de Queiroz e o seu envolvimento na elaboração da Lei Áurea. Em paralelo, gastaram recursos, esforços e energia na montagem da “máquina da imigração” descrita por Udaeta.

Com relação à imigração, os esforços foram continuados com a criação da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, fundada em 1886, ano em que o ramal da Estrada de Ferro Mogiana foi estendido do Oeste Paulista (Aguai e São João da Boa Vista) para o Sul de Minas (Poços de Caldas), todos municípios vizinhos de Andradas. Ou seja, a Sociedade Promotora (parte da máquina da imigração), mais o ‘caminho de ferro’, que o imigrante percorreria até as fazendas no Oeste Paulista, estavam sendo empreendidos ao mesmo tempo e em paralelo pelos Silva Prado^[58]:

A Promotora era responsável em introduzir imigrantes que vinham através de um “programa de subvenção para a imigração, [e] somente por meio dela [...] o subsídio seria pago” (PETRI, 20010, p.52). Explícito em seu estatuto de formação era “uma sociedade civil com o fim de instigar o movimento imigratório para esta província” (de São Paulo) e “promover a imigração estrangeira em larga escala” (SANTOS, 2007, p.3-4).

Quem promovia este subsídio era o Governo Provincial através de contratos renováveis: Apesar de declarar-se em seus documentos como sociedade privada, suas fontes de recursos eram exclusivamente as verbas públicas e as subvenções, estas duas realidades com as concessões de serviços públicos prestados ao Governo de São Paulo e ao governo geral. Sua existência devia-se a uma concessão feita pelo governo paulista [...] desde início, de sua fundação em 1886 até

pelo menos 1892, fez em nome do governo paulista, o papel de agência pelo governo paulista em assuntos relacionados à imigração [...] (SANTOS, 2007, p.10)^[59].

Dada o precoce investimento dos irmãos Silva Prado no ativismo políticos para acabar com a escravidão e promover a imigração europeia, acreditamos que a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, cuja fundação foi protagonizada por Martinho da Silva Prado, foi um modelo de política de imigração que inspirou iniciativas parecidas em todo território brasileiro, servindo como uma espécie de modelo, como o caso da Sociedade Auxiliadora da Imigração de Juiz de Fora/MG, que também liga o imigrante europeu à necessidade de mão de obra para a produção cafeeira da Zona da Mata:

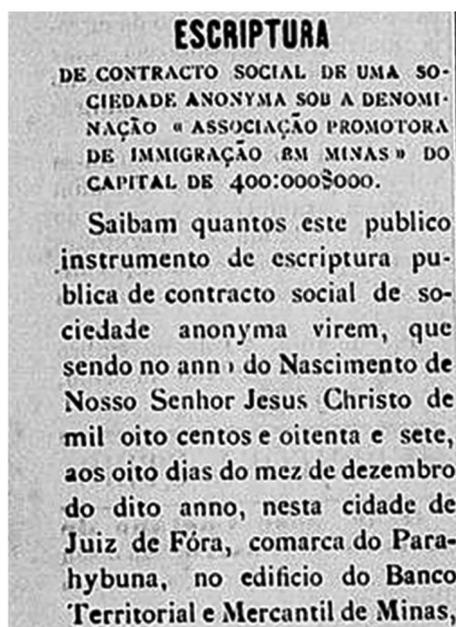
Em 1887, cafeicultores e empresários industriais organizaram a Sociedade Promotora de Imigração em Minas Gerais, com um capital de 400 de reis, tendo por objetivo a introdução e estabelecimento de imigrantes na Província^[60].

Sobre a atuação dessa instituição em Juiz de Forma, coligada à Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa, Lucimar Grizndi vem desenvolvendo estudos, averiguando, dentre outras coisas a dispersão desse imigrante pelo território de Minas^[61].

A imagem do jornal com a ata da fundação, que segue, foi-nos por ela cedido:



Jornal O Pharol – Diário da Tarde. Ano XXI, número 282 – Segunda-feira, 12 de dezembro de 1887.



Jornal O Pharol – Diário da Tarde. Ano XXI, número 282 – Segunda-feira, 12 de dezembro de 1887.

Supondo que nossa hipótese se confirme, quantas mais instituições de fomento à imigração teriam

sido inspirada na iniciativa paulista? Essas instituições de fomento a imigração europeia sempre estiveram ligadas ao café, a grande riqueza de então? Essa última pergunta procede, porque os políticos de áreas não cafeeiras das Gerais, próximas às antigas minas, que contavam com grande plantel de escravos antes da abolição, optaram por defender a utilização do negro liberto e do nacional, dentre outros motivos, porque consideravam a importação do imigrante uma saída cara^[62].

Outra pergunta procedente: é possível estabelecer uma ligação geral entre imigração italiana e café?

O fenômeno da imigração italiana em solo brasileiro, em termos absolutos, não foi homogêneo na forma e no propósito. Obviamente, nem todos os italianos que vieram para o Brasil foram destinados para o cultivo de café, com perfil do agricultor do norte da Itália, homem do campo afeito ao trabalho laboral^[63], pontualmente buscado para formar uma massa de mão de obra agrícola, ou seja, com um propósito diverso do de colonizar.

Basta observar as especificidades do caso da imigração no Sul do Brasil e em Belo Horizonte-MG, salientando o caráter mais tardio do caso da capital mineira^[64].

A cidade de Belo Horizonte, por exemplo, recebeu mão de obra especializada, com um capital cul-

tural técnico diferenciado - e mesmo intelectualizado, em alguns casos - trazidos para ajudar na sua construção. Algo parecido aconteceu na zona urbana de Juiz de Fora-MG.

Foi de acordo com o jogo entre os interesses do Governo Central e os interesses dos governos regionais, que se moldou o perfil do imigrante a ser buscado na Itália. Ou seja, diante da pergunta “que tipo de italiana é bem vindo?” a resposta variou conforme as necessidades regionais/locais e os projetos políticos e econômicos de suas elites e governos.

Completa essa complexidade os casos de italianos usados como mão de obra em fábricas e sua atuação nos primeiros movimentos de greve no Brasil^[65].

Será trazido para colonizar ou para trabalhar? Outra pergunta cuja resposta variou, de acordo com a região e com casos específicos.

No entanto, durante a grande imigração, o café foi o principal commodity, que sustentou o poder do Governo Central entre o final do Império e a República Velha.

Basta lembrar a famosa “política café com leite”, em que a elite cafeicultora paulista se alternava com a mineira na presidência da Primeira República.

Por essa razão, não é espantoso o fato de que grande parte da política migratória do governo central do país orbitou em torno do café.

Também não é nada espantoso a hipótese de que a elite cafeicultora paulista teve enorme influência na elaboração da legislação disciplinadora das políticas nacionais de importação de mão de obra europeia, o que Udaeta nos permite vislumbrar em seus estudos^[66].

Por essas razões, em termos gerais, dentro do período da grande imigração, estudos feitos até o momento indicam uma maior incidência de imigrantes italianos em áreas cafeeiras, relacionadas à zonas das divisas interestaduais entre Minas e estados que possuem litoral e portos: Juiz de Fora (divisa com o Rio, porto carioca) e Sul de Minas (divisa com São Paulo, porto de Santos). Em Juiz de Fora-MG o café prosperou na Zona da Mata Mineira, no Sul de Minas ele prosperou em conjuntamente com lavouras do Oeste Paulista vizinho.

O mesmo aconteceu na zona interestadual Minas-Espírito Santo, onde novamente é observável a relação entre imigrante italiano e a cafeicultura, o litoral e os portos do estado vizinho, no caso, Espírito Santo. Acerca do perfil da imigração italiana nessa região, o

trabalho de Sandra Nicoli é indicativo: do lado mineiro da divisa, a pesquisadora estudou as localidades Itueta-MG e Santa Rita do Itueto-MG, ambas partes integrantes da região de Aimorés, na mesorregião do Vale do Rio Doce. Nos dois casos por ela estudados, a imigração ligou-se ao café, porém, com a diferença de ter sido fomentada com o propósito de colonizar e desbravar o território, estimulando-se a implementação da cafeicultura nas áreas desmatadas^[67].

Em todas essas regiões é possível perceber o impacto da presença italiana na formação de pequenas propriedades com agricultura tocada por mão de obra familiar e a adaptação do café como cultura desenvolvida por descendentes de imigrantes.

A explicação é simples, aprenderam o manejo da cultura e processamento dos frutos trabalhando nas fazendas brasileiras e, além disso, a cultura foi lucrativa e o mercado foi amplo o suficiente para absorver também as pequenas produções imigrantes.

A localização nas proximidades das divisas com Estados portuários e a presença de ferrovias ligadas aos portos, garantiram, em todas essas zonas interestaduais, o escoamento do café tanto de imigrantes, quanto de brasileiros. Novamente observa-se o movimento sai café, chega imigrante, lembrando que hou-

ve casos de exceção, como foi o de Belo Horizonte, já mencionado. Acreditamos que, na sua grande maioria, em Minas Gerais e São Paulo o imigrante italiano veio foi trazido para trabalhar no café e, em muitos casos, conseguiu tornar-se pequeno proprietário e produtor da rubiácea, cujo plantio, cultivo e manejo aprendeu nas fazendas em que trabalhou.

Desse ponto de vista, é possível encarar a produção de café de Andradas, tocada por grande maioria de famílias descendentes de italianos, em especial do Vêneto, como um patrimônio não só paisagístico e cultural, mas também histórico.

É neste contexto que se insere a Sociedade Promotora de São Paulo foi fundada em 1886 e a de Juiz de Fora em 1887. Fica aqui apontada a hipótese do pioneirismo e influência de São Paulo na montagem de uma máquina da imigração em escala nacional. Ficam ela e as questões acima a espera de averiguação e de respostas.

Voltando novamente o foco para a Sociedade Promotora de imigração de São Paulo, como dissemos antes, Ana Sasseron menciona em sua entrevista um escritório que os Silva Prado possuíam em Gênova, para arregimentar os imigrantes. Não pudemos averiguar, ainda, com os descendentes Silva Prado de Campinas que ela nos indicou, e pode até ser que já haja alguma pesquisa a respeito que nos escapou.

De qualquer forma, é muito provável que o escritório de fato tenha existido e que fosse uma extensão da Sociedade Promotora de Imigração em território italiano. Há, ainda, a possibilidade de que os Silva Prado não tenham sido os únicos, afinal não ficaram eternamente na direção da Sociedade.

Durante a Primeira República, ela parece ter se transformado no Patronato Agrícola do Estado de São Paulo, instituição ligada ao Ministério da Agricultura. O que nos leva a sustentar essa probabilidade é o caso de uma família de italianos de Este, em Padova, que havia emigrado para Bélgica e da Bélgica foi com destino certo para a Fazenda do Refúgio em São João da Boa Vista, partindo do litoral francês da Normandia. Ou seja, alguém estava agenciando a mão de obra na Europa diretamente para fazendas brasileiras conhecidas e pré-determinadas. Nesse caso, Ernesto de Oliveira nem precisou ir, ou mandar alguém ir, até a hospedaria de imigrantes de São Paulo procurar a mão-de-obra que precisava. Alguém fez isso diretamente na Europa para ele^[68].

Quanto ao uso do erário público do governo de São Paulo para prover a imigração, foi possível detectar subvenções provinciais paulistas captadas por esta Sociedade, em contratos do Governo de São Paulo com companhias de navegação, como a Re Umberto. Muitos destes contratos encontram-se reproduzidos a mão em cartas

de bordo do Porto de Santos, como esta, de 1896, onde está registrada a família Casarotto – que, antes de seguir para Andradas, foi para São João da Boa Vista trabalhar em lavoura de café com verba pública paulista.



Identificação (da esquerda para a direita):

em cima:

- Giacomo Casarotto (filho);
- Agostinho Casarotto (filho);
- Leonardo Casarotto (filho);

Em baixo adultos:

- Ninela (nora);
- Maddalena Prandino (Matriarca da familia);
- Lucia Vicentin Casarotto (Nora);

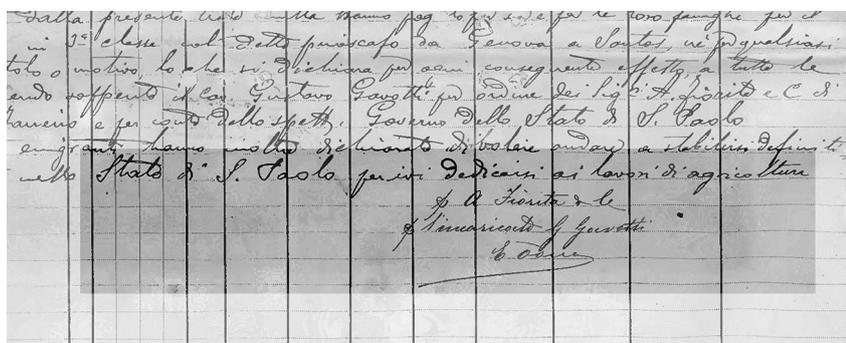
As crianças:

- Luiz Casarotto;
- Demétrio Casarotto;
- Irma Casarotto;
- Oscar Casarotto;
- Alzira Casarotto;
- Gilda Casarotto;



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, documento: BR_ APESP_MI_LP_000239

os imigrantes para o trabalho agrícola, ou seja, o imigrante italiano já possuía um futuro pré-determinado: “*nello Stato di S. Paolo per ivi dedicarsi ai lavori d’agricoltura*” (“no Estado de São Paulo para dedicar-se ao trabalho da agricultura”)^[69]



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, documento: BR_APESP_MI_LP_000239

Essas informações mostram que os Silva Prado e os Souza Queiroz, tomando a iniciativa frente à elite agrária paulista, instrumentalizaram os recursos do Governo Provincial de São Paulo para trazer mão-de-obra para suas lavouras de café e “para a de seus amigos”, como Udaeta diz informalmente nas suas comunicações em congressos e seminários:

A Sociedade Promotora de Imigração era uma Associação de fazendeiros e para fazendeiros. Sendo as-

sim, a promoção da imigração era voltada aos seus interesses. A prioridade era para a vinda de imigrantes camponeses que viessem com a família, assim multiplicaria a mão de obra, afinal, no eito, o trabalho de todos os integrantes era desejado^[70].

Como já indicamos, os Silva Prado e os Souza Queiroz iniciaram processo de montagem dessa peça da importação da mão-de-obra em São Paulo. Essa ‘máquina’ foi desenvolvida entre a crise do sistema escravista e o contexto pós-abolição – décadas de 1860 a 1880. Portanto, o carimbo do passaporte do italiano Ângelo Basso apontava para uma intervenção política - ou dos Silva Prado ou dos Souza Queirós. Porém, uma monografia corográfica escrita em 1896, exaltando Poços de Caldas, indicou a presença dos Silva Prado na região Sul de Minas, o que sugere essa família como o contato político que possibilitou à elite de São João da Boa Vista conseguir expressivo contingente de mão-de-obra para suas lavouras de café, uma vez que o ramal da Estrada de Ferro Mogiana saía de São João da Boa Vista e ia para Poços de Caldas:

O progresso de Poços de Caldas, que se pode datar do dia 22 de outubro de 1886, porque naquele dia se inaugurou o Ramal de Caldas, pertencente à linha Mogiana, com a assistência dos Soberanos do Brasil, naquela época, tem sido extraordinário, e, podemos dizê-lo, em inteira contraposição como que se nota nas

outras povoações do sul de Minas. E qual será a razão do rápido desenvolvimento da Villa de Poços de Caldas? Será porque esta povoação é um ponto terminal de um ramal de estrada de ferro, o Ramal de Caldas, feito exclusivamente, seja dito de passagem, à custa de capitães paulistas? Será porque este clima, situado a cerca de 1.200 metros acima do nível do mar, quase constantemente varrido pelos ventos do noroeste ou sueste, com uma média de temperatura de 14º, com uma máxima de 28º e com uma mínima de 6º abaixo de zero, rivaliza com os melhores do mundo? Será porque Poços de Caldas é a sede de uma importantíssima estância de águas termais sulfuradas, cujo débito em 24 horas é de 415.872 litros?

Tudo isso vale muito sem dúvida; mas para nós outros o que vale mais é a vizinhança de S. Paulo, cujo enorme progresso transbordou para aqui: os paulistas fizeram de Poços a sua Petrópolis. É certo que nada disto se daria, si este belo torrão de Minas não tivesse valor próprio; mas seríamos ingratos se desconhecêssemos a grande importância que os paulistas nos têm dado, por amor deles mesmos.

Como quer que seja, vamos em progresso, por amor do influxo sugestivo de S. Paulo. Na fazenda do Barreiro, graças à intervenção do Dr. Martinho da Silva Prado Junior, há bois, vacas, cavalos, jumentos, porcos, carneiros e cabritos de superior qualidade, o que sem dúvida

muito tem melhorado a nossa ronceira indústria pastoril. Nas fazendas do município empregam-se o arado, as máquinas de debulhar milho e de preparar o fubá, assim como excelentes engenhos de serra, movidos a vapor ou à água, para o beneficiamento da madeira^[71].

O texto é explícito. Em 1896, Martinho Silva Prado Júnior estava na Fazenda do Barreiro, da família Junqueira. Neste mesmo ano ele havia acabado de construir uma casa de veraneio em Poços de Caldas, inclusive com materiais vindos do Porto de Santos como as colunas de aço da varanda. O prédio, posteriormente, foi vendido para a família Junqueira, e é hoje tombado e sede do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.



Conclui-se que a presença desse Silva Prado na região era bastante frequente. Dada a proximidade entre Poços de Caldas e São João da Boa Vista e os laços de parentesco entre as famílias Junqueira (de Poços de Caldas) e Oliveira (de São João da Boa Vista), levantamos forte suspeita de que foi Martinho Silva Prado Júnior o contato da elite de São João da Boa Vista que agenciou uma expressiva vinda de imigrantes para São João^[72]. Por essa razão, voltamos nosso foco para a atuação dos Silva Prado na Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, algo que já havia sido trabalhado por Udaeta, o que nos poupou enorme trabalho.

MARTINHO PRADO,
'HOMEM FORTE DA IMIGRAÇÃO'
ENTRE AS DÉCADAS DE 1880 E 1890

A primeira diretoria da Sociedade Promotora foi composta em julho de 1886, por nada mais nada menos que Martinho da Silva Prado, Raphael Aguiar Paes de Barros e Nicolau de Souza Queiroz. Em 1886, aliás, a estação ferroviária de Poços de Caldas foi inaugurada^[73].

Entre os três diretores, Martinho Prado foi escolhido como presidente, cargo que ocupou de 1886 a 1892^[74]. Como também a cargo da Promotora estava a administração da Hospedaria de Imigrantes de São

Paulo, Martinho Prado também tinha enorme influência e poder sobre ela nesse período^[75].

Portanto, apesar de nenhum dos componentes dessa sociedade receberem remuneração, o ganho era indireto: o controle de uma reserva de mão de obra preciosa para seus negócios.

Apesar de curto período, a hospedagem foi uma importante peça dentro do mecanismo de importação de europeus para as fazendas. Afinal, como os grandes fazendeiros paulistas empenhavam tempo, esforço e dinheiro para trazer o imigrante, não queriam correr o risco de ver o mesmo seguir viagem para outra província ou país. Manter os imigrantes e direcioná-los para as suas fazendas se tornou crucial para o sucesso deste processo^[76].

Em outras palavras, quem controlava as hospedarias controlava o fluxo de imigrantes para as fazendas. Se uma das atribuições da Sociedade Promotora de Imigração era, também, administrar a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, então Martinho Prado, presidente da Sociedade, podia controlar o fluxo de imigrantes para as fazendas. Isso quer dizer que Martinho Prado foi o ‘homem forte da imigração’ nessa época, responsável pela cooptação da mão de obra imigrante e sua distribuição. O fato de ter estado por trás da construção da ferrovia até Poços de Caldas, o que veremos

na próxima parte, reforça a hipótese elaborada por Levi: a de que os negócios dos Silva Prado integravam imigração e ferrovia, para além da produção e comercialização do café em várias instâncias^[77]. Em síntese, a primeira composição da Sociedade Promotora, em 1886, e a segunda, em 1888, integravam uma poderosa elite, tanto em termos econômicos quanto políticos^[78]. Em ambas composições, repetiram-se as famílias que estavam em seu controle, os Silva Prado e os Souza Queiroz, com o acréscimo dos Paes de Barros. As duas primeiras, porém, continuaram tendo destaque^[79].

O poder dos Souza Queiroz e dos Silva Prado se manifestava de formas diferentes na Promotora, como Udaeta chama a sociedade. O poder do Barão de Souza Queiroz se manifestava pelo número de sócios que eram familiares: “todos os seu filhos na época eram integrantes da Promotora, incluindo as mulheres através de seus respectivos maridos”. Quanto a Martinho Silva Prado, apesar dos poucos representantes familiares, emanava poder do grande patrimônio econômico e capital político que sua família possuía^[80], que resumidamente apresentaremos^[81]. Martinho Prado e Antônio Prado eram filhos do Barão de Iguape. Sua família transitou dos negócios do açúcar para o do café no Oeste Paulista na década de 1840, iniciando os investimentos na rubiácea em Mogi-Mirim. Essas terras, com os primeiros investimentos dos Silva Prado em café, ficaram com Antônio, o filho mais velho do Barão de Iguape. Nos anos de 1860, o filho mais novo,

Martinho, adquiriu terras virgens que se estendiam do norte do Rio Mogi-Guaçu até Casa Branca, zona de fronteira entre Minas e São Paulo, que engloba São João da Boa Vista, Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal e Santo Antônio do Jardim, municípios vizinhos de Andradas e Poços de Caldas.

Na década de 1870, Martinho Prado estendeu a produção do café até a região de Ribeirão Preto, onde fundou as maiores fazendas da época. Esclarecemos que essas terras não formavam uma extensão contínua, mas várias propriedades no Oeste Paulista, nas áreas com o melhor solo para produzir o “ouro verde”.

PRINCIPAIS FAZENDAS DE CAFÉ DOS SILVA PRADO	
Conselheiro Antônio da Silva Prado	Fazenda Santa Veridiana
Martinho da Silva Prado	Fazenda São Marfatinho (atual Pradópolis-SP) Fazenda Guataparã

Fontes: Nazareth Prado e nos demais indicados: PRADO, Nazareth. Antônio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1929._____. Centenário do Conselheiro Antônio Prado. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1946. Biografia de Antônio Silva Prado, disponível no site do Senado Federal.

Ainda na década de 1870, Antônio Prado ocupou o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização em São Paulo, cargo político do Governo Provincial do Estado, responsável pela imigração e colonização^[82]. Em 1885, Antônio se tornou Ministro da Agricultura do Império, com pasta ligada à imigração e à coloni-

zação. Nessa mesma época o poder e a influência dos Silva Prado se estendeu também a São Paulo, por meio de Antônio Queiroz Teles, Barão de Parnaíba e primo de Antônio e Martinho, que ocupava o cargo de presidente da Província^[83].

Em 1888, o Conselheiro Antônio Prado fez parte do gabinete de João Alfredo Correia de Oliveira, que, dentre outras coisas, foi responsável por elaborar o projeto da Lei Áurea. Os Prado também estiveram por trás da fundação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, com objetivo de transportar café, mas que acabou também sendo importante no transporte de carnes^[84]. O proprietário e presidente da Companhia por 30 anos foi Antônio Silva Prado. Conhecida por sua eficiência e pontualidade, a Companhia Paulista construiu uma sofisticada infraestrutura de grandes armazéns na estação de Jundiaí (SP).

Este município foi a base estratégica para a expansão da malha ferroviária pelo Oeste Paulista cafeeiro, feita, dentre outras, por meio da fundação da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana^[85]. Esta também contou com o toque da mão influente dos Silva Prado. Passava próximo a todas as suas fazendas, reduzindo custos de transporte até o litoral e aumentando as possibilidades de lucro. Além das fazendas cafeeiras, das estradas de ferro que escoavam a produção de suas fazendas no Oeste Paulista e da cooptação e redistribuição da mão-de-obra imigrante, estes irmãos tam-

bém controlavam parte dos negócios de exportação de café., Com a fundação da Companhia Prado & Chaves Exportadora, chegaram a deter 16,82% das exportações de café do Porto de Santos entre 1908 e 1923, em meio às inúmeras exportadoras estrangeiras. Por fim, também investiram em negócios bancários. Antônio da Silva Prado foi proprietário do Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, com o nome depois alterado para Banco Comind.

O poder e amplitude dos negócios dos Silva Prado impressiona, foram praticamente os “donos do mundo” de sua época: concentraram em suas mãos o domínio sobre as melhores terras, sobre expressiva produção de café, sobre o escoamento do produto e sua comercialização no exterior, via Porto de Santos, e sobre a mão-de-obra imigrante que, desse mesmo porto, seguia o caminho de volta que o café havia feito, até as fazendas do Oeste Paulista, inclusive as de São João da Boa Vista. E foi esse o caso de Ângelo Basso, que desembarcou no Porto de Santos em 1888 e que, na alfândega, teve o carimbo da Sociedade Promotora de Imigração impresso no verso do seu passaporte, sem saber que futuramente sairia da fazenda de café do Paraíso, em São João, e plantaria raízes em Andradas.

Apesar da aparente obviedade de todo o processo, não deixamos de sentir certa perplexidade ao tentarmos imaginar o impacto que os Silva Prado e a Sociedade Promotora tiveram na vida de milhares de pessoas - dentre elas, Ângelo Basso - e na realidade de

inúmeras regiões, como os municípios de São João da Boa vista, Espírito Santo do Pinhal, Andradadas, Poços de Caldas e etc. As estruturas demográficas e produtivas de todas essas localidades foram alteradas.

COLORINDO O PASSAPORTE DE 1888 E O CARIMBO DA SOCIEDADE PROMOTORA DE IMIGRAÇÃO

Para dar um colorido mais vivo ao ‘pedaço de papel velho’ – nosso passaporte de 1888 – seguem reproduzidas as fotos de Ângelo Basso e sua esposa, além da entrevista que fizemos com o bisneto Rogério Basso.



Ângelo Basso e a Esposa.

▮ **Rogério Basso:** *A única coisa que eu tenho é o conhecimento, que já a família veio passando para a gente. Nós começamos a fazer vinho aqui em 1902, a produção de vinho, mas a família veio para o Brasil no ano de 1888. Aí eles vieram de navio até Santos, eles vieram trabalhar em São João da Boa Vista durante dez anos, em fazenda de lavoura de café. Depois de dez anos já tinha algumas famílias, que já tinham vindo aqui pra região de Andradadas. E eles compraram propriedade aqui. A nossa família, que são os antepassados meu aí, eles vieram nessa mesma propriedade que nós estamos aqui hoje, e compraram essa chácara no ano de 1898, depois de dez anos que eles vieram para o Brasil. Desse ano de 1898, eles ficaram quatro anos trabalhando na chácara com o plantio de uva, mas já existia uns pés de uva quando eles adquiriram a propriedade, já tinha uns pé de uva. Só que eles esperaram passar esses quatro anos para poder dar a primeira safra, que foi em 1902.*

▮ **Entrevistador:** *Então eles já compraram a propriedade com parreira de uva formada?*

▮ **Rogério Basso:** *Muito pouca, muito pouca. Pouca uva.*

▮ **Entrevistador:** *Que uva?*

▮ **Rogério Basso:** *É sempre essa uva Jaques. Aqui em Andradadas é a predominância dela, é sempre uva Jaques, entendeu? Aí em 1902 eles fizeram o vinho, é, por infelicidade, o que veio, o patrono nosso, que veio de navio, que*

trouxe os filhos junto, no primeiro ano que ele fez vinho aqui, ele faleceu. Só que ele faleceu em 1902, se não me falha a memória, foi no mês de setembro.

▮ **Entrevistador:** *Qual é o nome desse primeiro patrono? Rogério Basso: Ângelo Basso.*

▮ **Entrevistador:** *Ângelo Basso, que é o desse passaporte de 1888?*

▮ **Rogério Basso:** *Que é o desse passaporte de 1888 que eu tenho.*

▮ **Entrevistador:** *Foi uma das primeiras levas então?*

▮ **Rogério Basso:** *É, ele trouxe três filhos com ele, a mulher, lógico, ele a mulher e mais três filhos.*

▮ **Entrevistador:** *Vapor Regina?*

▮ **Rogério Basso:** *No Vapor Regina, eles vieram (...) Ele teve a infelicidade de falecer no primeiro ano que ele fez vinho, e teve a felicidade de tomar o vinho que ele fez, o primeiro vinho. Porque ele fez o vinho em janeiro e ele faleceu, se eu não me engano, no mês de agosto, setembro, eu não me lembro agora o mês exato, mas ele chegou a tomar o vinho que ele fez. E no falecimento dele, aí o filho dele, que era o Francisco Basso, deu continuidade à produção de vinho.*

Em entrevista com Idelma Basso, tia de Rogério, fomos informados que Ângelo Basso chegou na Fazenda Paraíso de São João da Boa Vista, hoje de proprie-

dade de acionistas do Banco Itaú. Nas entrevistas que conseguimos fazer com descendentes de imigrantes de Andradas, aparecem várias outras fazendas de São João da Boa Vista como destino do imigrante italiano no Brasil: Paradô, Desterro, Pratinha, Mamonal, Santa Maria, Santa Helena, Refúgio e mais algumas.

Depois de desembarcados no Porto de Santos e temporariamente alojados na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, controlada por Martinho Prado no final do século XIX, parte dos italianos seguiram o caminho de ferro até a estação da Estrada de Ferro Mogiana em São João da Boa Vista, espalhando-se mais tarde pelas áreas vizinhas do Sul de Minas, como Andradas. Alguém, ou alguma família de São João da Boa Vista, estava canalizando esse fluxo de imigrantes. Dentre as fazendas paulistas lembradas pelos entrevistados, a mais citada é a Fazenda do Refúgio, do Coronel Ernesto de Oliveira, depois herdada por sua sobrinha, Dona Tita de Oliveira, juntamente com outras fazendas como a Pratinha. Isso nos fez suspeitar que a família Oliveira, de São João da Boa Vista, provavelmente havia desenvolvido relações políticas com Martinho Silva Prado, o que permitiu ao Coronel Ernesto obter, para São João, o acesso à disputada mão-de-obra italiana trazida por meio da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Partimos, então, em busca de descendentes da família do Coronel em São João da Boa Vista.



Foto da família Vicentin



Em cima esq para direita: Antero, Thereza, Ilino, Margarida.
Em baixo: Albina, João Maximiliano, Francesca Elisabetta
(a matriarca), Guerino. Todos com sobrenome Marcon.

Parte III

CARTAS DO DR. JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO



Continuamos refazendo nosso percurso de pesquisa, que aliás, por conta das entrevistas, se parece mais com o trabalho investigativo de um detetive do que o usual.

OS SILVA PRADO E OS OLIVEIRA, CAFÉ, FERROVIA E IMIGRAÇÃO

Nas partes anteriores, vimos que o carimbo da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, no verso do passaporte de Ângelo Basso, nos levou à figura de Martinho Silva Prado ‘homem forte da imigração’ entre os anos de 1880 e 1890. Vimos, também, que um texto de 1896, fazendo propaganda de Poços de Caldas, indicou a presença de Martinho na região.

Então, só nos faltava averiguar a suspeita de que Martinho Prado teve alguma relação ou contato com a família de Ernesto de Oliveira em São João da Boa Vista, um dos fazendeiros de café mais citados nas entrevistas feitas com os descendentes de imigrantes italianos de Andradas.

Tudo indicava Martinho da Silva Prado como canal político mais forte e provável para qualquer fazendeiro de café conseguir trazer para suas terras a mão-de-obra imigrante, majoritariamente italiana nessa época.

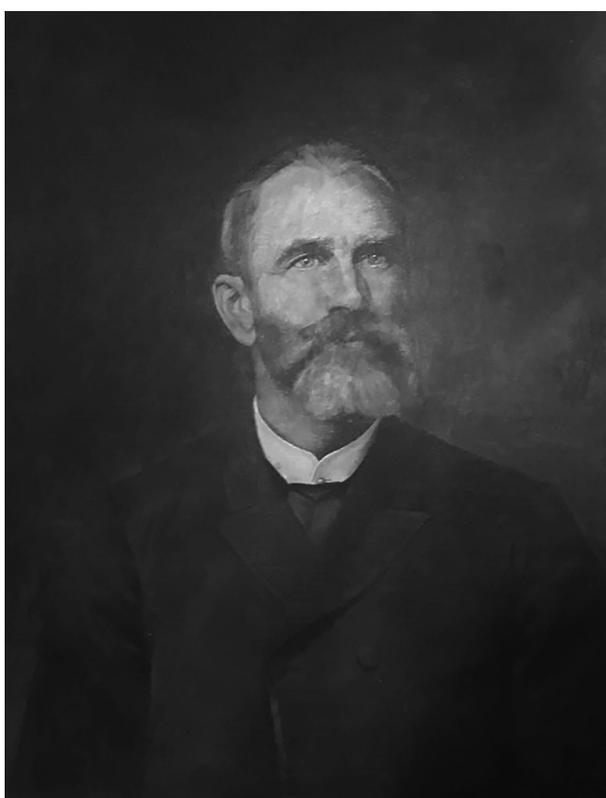
Para fazermos essa averiguação, Benedito Eduardo Casarotto (presidente do *Circolo Italiano di Andradas*) entrou em contato com um dos membros do *Circolo Italiano di São João da Boa Vista*, Fernando Betti – à época também vereador no município – com quem foi marcada uma conversa conjuntamente com o historiador responsável pela pesquisa. Betti nos indicou o contato de um dos descendentes da família Oliveira, que, provavelmente, teria as informações de que precisávamos. Tratava-se de Joaquim Cândido de Oliveira Neto, mais conhecido como Dr. Joaquim em São João da Boa Vista, proprietário do jornal *O Município*^[86].

Dr. Joaquim nos recebeu na sede do jornal no dia 2 de julho de 2018. Expusemos a suspeita de alguma relação de Martinho Silva Prado com o Coronel Ernesto de Oliveira, ou com algum membro de sua família. Precisávamos averiguar a presença de Martinho em São João da Boa Vista e suas possíveis relações com os Oliveira. Isso explicaria o considerável fluxo de imigrantes italianos direcionado para as fazendas de café do município, em especial para as propriedades da família Oliveira.

Para nossa sorte e surpresa, Dr. Joaquim informou-nos a existência de cartas trocadas entre Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira, seu bisavô, tratando da extensão de um ramal da Estrada de Ferro Mogiana de um ponto da linha tronco da Mogia-

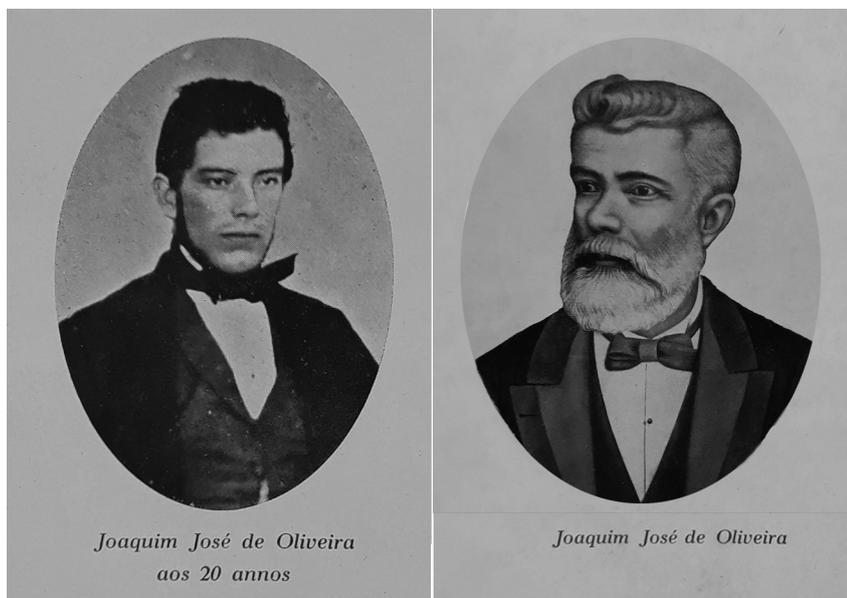
na, que descobrimos ser Aguaí, até São João da Boa Vista, e de São João até Poços de Caldas.

Remetente das cartas:



Fonte: foto do quadro de Martinho da Silva Prado Júnior existente no Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. Óleo sobre tela.

Destinatário das cartas:

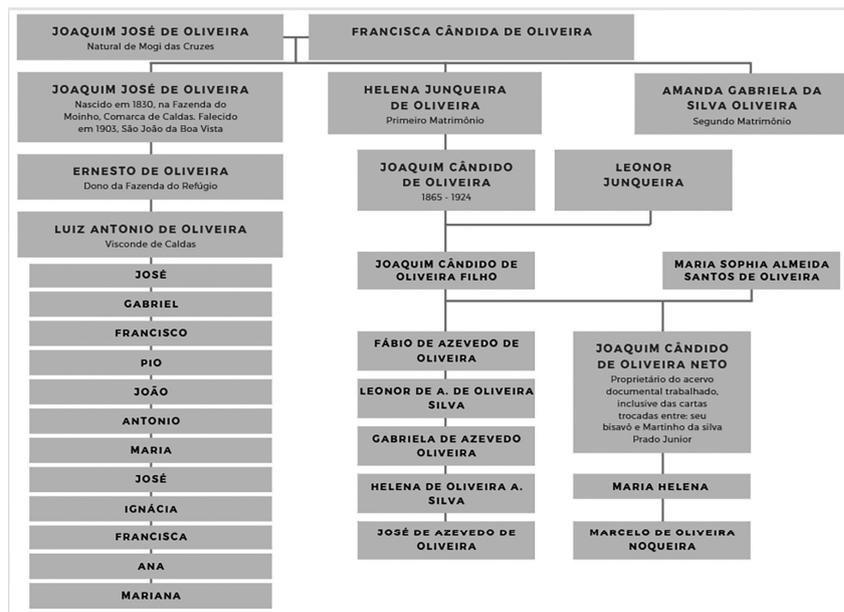


Fonte: gravuras publicadas em – Uma recordação de família, São Paulo: S.N, 1929. Acervo pessoal do Senhor Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto, proprietário do Jornal O Município, de São João da Boa Vista. Exemplar também existente no acervo do Museu Paulista, São Paulo-SP.

As cartas estavam em meio a uma grande quantidade de documentação do século XIX, a maioria manuscrita. Compõem seu arquivo pessoal, que está acondicionado no escritório do jornal. Fizemos uma triagem com leitura paleográfica dessa documentação durante a semana seguinte, digitalizando o material que o historiador julgou mais pertinente à pesquisa.

Parte do material era composto por publicações e papéis com dados genealógicos sobre a família Oli-

veira, que, complementado com informações dadas pelo Dr. Joaquim, revelou-nos que Ernesto de Oliveira, residente na Fazenda do Refúgio, era irmão de Joaquim José de Oliveira. Ernesto é tio bisavô de Dr. Joaquim^[87]. Ou seja, nossa suspeita se confirmara: os Oliveiras de São João da Boa Vista possuíam algum tipo de relação com os Silva Prado, uma das famílias mais poderosas de São Paulo, envolvida com café, ferrovias e imigração.



Arvore genealógica da família de Joaquim José de Oliveira, baseada em documentação genealógica do acervo pessoal do Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto.

Como mencionamos, quem recebeu as cartas de Martinho Silva Prado Júnior, que muitas vezes assinou com o apelido informal “Martinico”, foi Joaquim José de Oliveira, irmão do Coronel Ernesto Localizamos, ao todo, seis cartas, escritas entre os anos de 1882 e 1891.

O conteúdo de quatro delas, todas de 1882, mostrou-se revelador não só sobre a relação de íntima amizade entre remetente e destinatário, como sobre o contexto abolicionista, às vésperas da promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que acabou com a escravidão no Brasil.

É cansativo, porém relevante lembrar que Antônio Silva Prado, irmão de Martinho, esteve envolvido na sua formulação.

Como vimos na parte dois, desde a década de 1860 estava em processo de estruturação uma máquina burocrática, com logística para a importação de imigrantes europeus, pelos Silva Prado e pelos Souza Queiróz.

Esta máquina concretizou o que, hoje, os historiadores chamam de “política de embranquecimento da raça”, debatida no Legislativo do Império e embasada pelo caldo complexo das teorias racistas da época, que se manifestavam em propostas muitas vezes desencon-

tradas de aproveitamento ou não da mão-de-obra do negro liberto e de como deveria ser conduzida a importação de mão-de-obra europeia, caso fosse feita^[88].

As informações sobre a movimentação abolicionista surgem nas cartas de 1882, quando Martinho questiona se o banco aceitaria ou não escravos como base de garantia hipotecária para levantar o capital necessário ao empreendimento da extensão ferroviária até “as divisas de Minas”.

Esses trilhos de ferro, caminho do café e dos imigrantes, comporiam parte da Estrada de Ferro Mogiana.

A AMIZADE E A POLÍTICA:
MARTINHO SILVA PRADO E
JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA

Primeiramente apresentaremos os trechos de algumas das cartas, que demonstram o estreito grau de amizade entre Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira.

Sobre o fim da escravidão e a ferrovia falaremos depois.

Trecho de carta escrita anteriormente ao dia 2 de outubro de 1882:

Amigo S.or Joaquim José

Tantas preocupações têm me absorvido o tempo e a atenção, que até agora tenho deixado de escrever-lhe como era do meu dever, e havia prometido.

Não é que me tenha me esquecido dos agradabilíssimos dias que passamos juntos em São João, e que senti interromper creia. (...)

Aqui estou há 8 dias, muito contrariado por estar só e sem empregado, e cheio de saudades da família.

E no entanto, é ela a única responsável por este fato que se dá comigo e com todos que zelam dos reais interesses e pensam no futuro.

Ainda persisto no meu intento de ir até aí este ano^[89].

Carta escrita em 25 de outubro de 1886:

Amigo Joaq.im José

Saudade e felicidades, desejo-lhe de todo o coração.

O José Jacyntho, deve-me desde 15 de Agosto de 82, a quantia de 3:800\$000 a juros de 12 por cento, capitalizados semestralmente e só deve-me por conta 900\$00, cuja data ignoro, mas ele sabe, por ter-lhe passado recibo.

Por mais que peça o pagamento deste débito não posso conseguir, ficando sempre em promessas. Assim, peço-lhe que se entenda com ele a este respeito, não podendo mais esperar, e porque quero definitivamente liquidar.

É uma dívida de honra, tendo dado o dinheiro para livrar o genro da cadeia, e por minha vez tirando-o a prêmio. Já pagou outras dívidas mesmo aqui, deixando esta de lado.

Se ele quiser pagar-me já, faça a conta a 10%, capitalizados anualmente.

Não o cobro por capricho, compreende perfeitamente, mas porque se o não fizer perderei, ficando ele sempre em pior condição. Tento este meio amigável, se não anuir, serei forçado a liquidar judicialmente. Não dou dinheiro a prêmio porque não tenho, e para servir a um caso como esse, tão especial, quisera ser melhor atendido.

Para livrar coletores de cadeia, dei não só esse

dinheiro, como mais 2, e todos não me pagam. O mundo não se rege pelo coração, acabo de convencer-me.

Se tiver qualquer repugnância disto, diga-me com toda a franqueza, porque não quero incomodá-lo moralmente. Faço-o porque já uma vez se ofereceu para tal.

Não fui à inauguração porque me aborrecem as festas; mais hei de ir fazer uma visita especial aí a sua casa, e aos meus bons amigos. Recomendo-me a d. Anna, e como sempre creia na gratidão de s. Amigo m.to obrigado.

Martinico^[90].

Só estes exemplos já demonstram o grau de intimidade da amizade entre Martinho da Silva Prado Junior e Joaquim José de Oliveira. Martinho e Joaquim José também possuíam laços de afinidade política: ambos eram republicanos desde os últimos anos do Império e estavam ligados também pelo partido republicano.

Há algumas cartas que demonstram a amplitude da influência política de Joaquim José de Oliveira em São Paulo, tanto na época do Império, como na época da República. Na que segue, o presidente da Província

de São Paulo, Manuel Marcondes de Moura e Costa, pede-lhe apoio político.

Carta de 1882, escrita em papel timbrada da Presidência da Província de São Paulo:

Meu Am.g Joaq.im José

Comunico que no dia 7 do corr.e, assumi a administração de nossa Província.

Encarregando-me de tão difficil quão árdua tarefa bem em vista prestar alguns serviços a Província e ao partido liberal; e para que possa realizar meus intentos, faz-se mister você me coadjuve com seu prestigio e influência, fortalecendo-me ao mesmo tempo com seus judiciosos conselhos.

Aqui me encontrará sempre pronto p.a o serviço público e particular, desejoso de mostrar, no que sou deveras.

De G.ser (Deus Guarde o senhor).

(.....?) (Pa.....) e m.to grato.

M.el Marcondes de Moura e Co.ta

Em outras cartas, Martinho demonstra grande antipatia por este presidente de província, que chegou a se opor ao projeto da extensão da ferrovia de São João até Poços de Caldas. Manoel Marcondes de Moura e Costa ficou no cargo de presidente da província de São Paulo de 7 de janeiro a 10 de abril de 1882, tão curta gestão pode estar ligada as antipatias que produziu.

A carta que segue, escrita por Martinho, demonstra o prestígio de Joaquim José dentro do partido republicano, já no Brasil República.

Carta escrita em 22 de julho de 1891:

Amigo Joaq. im José

Em uma das vagas a deputação provincial vai ser contemplado o seu nome, aceito por todos sem discrepância. Eu não admito que você recuse, e exijo na tríplice qualidade de paulista, republicano e especialmente de amigo.

Qualifique como quiser o meu procedimento, importunação, abuso, etc., mas sujeite-se. É duro ouvir tal linguagem de parte de quem só tem motivos para obedecer-lhe e não ordenar. Assim o exigem as condições especiais do Estado, que carece do auxílio e consenso dos ho-

*mens bons e sobretudo de esclarecido critério.
Assim sabemos, e assim se fará.
Vivo em grande pesar pelo estado desanima-
dor de meu pai, e sem poder mover-me de São
Paulo. Recomendome a d. (.....?) e creia-me
sou amigo sincero e grato.*

Martinico.

Como mencionamos antes, Joaquim José foi de orientação política republicana desde a época do Império. A carta acima demonstra o espaço que ele assumiu na política do Brasil republicano, e que poderia ser melhor demonstrado com a reprodução de inúmeras cartas recebidas por ele do partido republicano e assinadas por personagens de grande peso na História da República Velha, inclusive presidentes.

Para este trabalho é importante perceber a grande influência política desse são-joanense na década de 1890, quando já não havia mais escravos e a “máquina de importação de imigrantes europeus” estava funcionando a todo o vapor em São Paulo.

Certamente foi ele o agente político que trouxe para São João o grande fluxo imigrante que suas lavouras necessitavam.

FERROVIA, ESCRAVOS E O HOMEM FORTE DA IMIGRAÇÃO ÀS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO

Ao mesmo tempo em que a montagem da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo estava sendo orquestrada por Martinho, conjuntamente com os Souza Queiroz, ele investia com seu irmão Antônio em ações da Estrada de Ferro Mogiana.

Exploraremos, aqui, a correspondência entre Joaquim José e Martinho Prado, que versa sobre construção de um ramal desta ferrovia de São João da Boa Vista até Poços de Caldas.

Achamos importante falar da ferrovia, porque ela e o cultivo do café, o então ouro verde, são elementos intimamente ligados à imigração italiana na área de estudo da pesquisa.

Por isso acreditamos que, para entender melhor a importância do conteúdo dessa correspondência, é necessário antes o conhecer contexto econômico em que a Mogiana foi construída e situá-la em meio a malha ferroviária paulista de que fazia parte.

Em São Paulo, a ferrovia que permitiu a expansão agrícola para o Oeste foi a Santos-Jundiaí, iniciada com a concessão feita em 1856 ao Barão de Mauá, ao Marquês de Monte Alegre e ao J. A. Pimenta Bueno

e inaugurada em 1867^[91]. Ela foi a primeira infraestrutura básica para mandar o café para fora do país e levar o imigrante para o interior.

Foram as ferrovias que tornaram viáveis as lavouras de café no Oeste Paulista, já que o transporte em lombos de mula pelas antigas picadas e rotas tropeiras era demorado, caro e inseguro, o que significava que boa parte do lucro, senão todo, perder-se-ia com o custo do transporte até o Porto de Santos^[92]. Ao longo do percurso dos tropeiros havia pousos, cujos donos lucravam com os tropeiros e suas mulas, vendendo-lhes os recursos que deviam ser reabastecidos para a continuidade da viagem. Tais recursos eram necessários tanto para eles quanto para suas mulas, no caso das mulas, destacamos o milho. Ou seja, havia um custo relativamente alto no transporte tropeiro.

Além disso, os caminhos eram ruins e difíceis de transitar na época das chuvas, e a carga poderia ser perdida no meio do caminho por inúmeros motivos. É possível imaginar a dificuldade de descer sacas e sacas de café pelas densas matas da íngreme Serra do Mar até o Porto de Santos, para não falar das travessias dos rios na época de chuva, do atoleiros e caminhos lamacentos, dentre outros obstáculos.

Essa situação mudou com a Santos-Jundiaí, e mudaria mais ainda na década de 1870, quando foram construídas no interior de São Paulo três ferrovias que

se conectavam com ela: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Mogiana e a Companhia Sorocabana.

A Paulista foi inaugurada em 1872; a Mogiana e a Sorocabana, em 1875. Após a inauguração dos primeiros trechos, elas foram sendo gradativamente expandidas, tanto na forma de linha tronco como na de ramais. As três ferrovias foram feitas em posições estratégicas, e canalizavam os fluxos de transporte de todo o interior paulista, com exceção do Vale do Paraíba, que conecta São Paulo ao Rio^[93]. Dessa forma, o imigrante poderia ser levado para praticamente todo o território do interior de São Paulo, inclusive para a zona de fronteira com Minas Gerais.

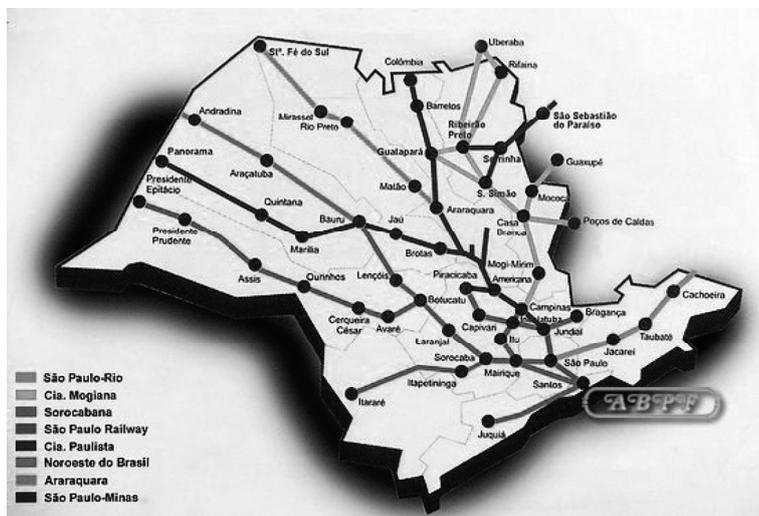


Ilustração feita pela ABPF (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – OSCIP). *História das Ferrovias Paulistas*^[94].

No caso da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, podemos retroagir seu início para o dia 1º de julho de 1872, no Paço da Câmara Municipal de Campinas.

Lá se reuniu uma assembleia geral dos acionistas da nova empresa, entre os quais destacavam-se a família Silva Prado, Antônio de Queiroz Teles e José, Estanislau do Amaral e José Manuel da Silva, o Barão de Tietê.

Todos grandes proprietários terras com café. No caso do Barão de Tietê, sua importância dava-se também pela empresa de seguros que presidia, a Companhia União Paulista.

O final da linha tronco da Mogiana, no século XIX, era na estação de Ribeirão Preto, inaugurada em 23 de novembro de 1883, justamente onde ficavam as mais ricas fazendas de café de Martinho da Silva Prado Júnior.

É fácil entender a extensão da linha férrea às ‘porteiros’ das fazendas de Martinho, se observamos a distribuição das ações da Companhia.

Em 1874, os 360 acionistas da Mogiana espalhavam-se pelas áreas entre São Paulo, Campinas e Mogi Mirim, a maioria composta de fazendeiros da área rural, ligados ao café. Segue abaixo uma lista com os nomes de alguns dos maiores acionistas:

FAMÍLIA SILVA PRADO		
Antônio Silva Prado - Barão de Iguape	620 ações	Total de 860 ações
Martinho Silva Prado Júnior	140 ações	
Antônio Silva Prado Júnior	100 ações	
OUTROS ACINISTA		
José Estanislau do Amaral - Barão de Indaiatuba	500 ações	
Antônio de Queiroz Telles	225 ações	
Barão do Tietê	200 ações	
José Egídio de Souza Aranha	150 ações	
João Quirino dos Santos	110 ações	
Antônio Manoel Peçanha	110 ações	

Fonte: SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930*, São Paulo: HUCITEC, 1986 – pp. 55-56

Além de serem grandes acionistas da Companhia Mogiana, os Silva Prado também tiveram investimentos e grande influência da Companhia Paulista, que foi construída em paralelo e de forma complementar à linha tronco da Mogiana: o irmão de Martinho, Antônio Silva Prado, foi dirigente da companhia entre 1892 e 1927^[95].

As duas juntas integravam-se, formando uma malha amplificada no interior de São Paulo e nas fronteiras com Minas.

Tendo claras estas informações, podemos passar para a análise das cartas que mostram o planejamento e a construção de um ramal da linha tronco da Mo-

giana, ligando São João da Boa Vista à Freguesia de Nossa da Saúde das Águas de Caldas, onde ficavam os poços das caldas, de águas quentes e sulfurosas, hoje o município de Poços de Caldas.

QUEM ESTEVE POR TRÁS DA CONSTRUÇÃO DO RAMAL DAS CALDAS

Como mencionamos anteriormente, a extensão de um ramal da linha tronco da Estrada de Ferro Mogiana, até o que hoje é Poços de Caldas, passando por São João da Boa Vista, é discutida por Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira em quatro cartas escritas no ano de 1882.

Tendo em vista a atuação dos Silva Prado na fundação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e na quantidade de ações que a família possuía, é claro e evidente o poder que Martinho possuía para fazer tal empreendimento.

Apresentaremos em sequência cronológica as discussões das cartas:

Carta de 1882:

Amigo S.or Joaquim José

Tantas preocupações têm me absorvido o tempo e a atenção, que até agora tenho deixado de escrever-lhe como era do meu dever, e havia prometido.

Não é que me tenha me esquecido dos agradabilíssimos dias que passamos juntos em São João, e que senti interromper creia.

É preciso ativar os negócios do João Thomaz (Nhonhô) afim de aproveitar o começo do Banco. Os diretores são meus amigos e conto obter o empréstimo, mas me informaram que era quase seguro recusarem garantia de escravos, em virtude da atividade dos abolicionistas, que ultimamente têm assumido a Relação em S. Paulo.

É preciso levantar já o mapa, e qualquer esclarecimento que precisar peça-me para S. Paulo, onde estarei em poucos dias. Compreendo a conveniência de fazer logo proposta, atendendo a enormidade de pretendentes aos empréstimos.

Aqui estou há 8 dias, muito contrariado por estar só e sem empregado, e cheio de saudades da família.

E no entanto, é ela a única responsável por

este fato que se dá comigo e com todos que zelam dos reais interesses e pensam no futuro. Ainda persisto no meu intento de ir até aí este ano.

Nessa primeira carta, o empréstimo referido é o necessário para a construção do ramal ferroviário da linha tronco da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro até Poços de Caldas, passando por São João no meio do caminho.

Apesar da Estrada de Ferro Mogiana não ser citada, a finalidade do empréstimo fica clara nas cartas subsequentes.

Quanto ao mapa a ser levantado, ele era necessário para a construção do ramal ferroviário pelos engenheiros da Companhia. Outra informação relevante é o contexto dos movimentos abolicionistas para o fim da escravidão.

Estes movimentos estavam adquirindo força suficiente para dar instabilidade ao escravo como base de garantia em transações hipotecárias de crédito.

Essa tensão abolicionista certamente acelerou o empenho da elite cafeeira paulista em promover a imigração.

O uso dos escravos na obtenção de empréstimo, por meio de hipotecas, foi muito comum desde a liberação geral das cobranças de juros, em 1838.

Dessa data até as vésperas da abolição, o escravo manteve-se como um bem de maior valor do que as terras, por isso muitas vezes foi preferido em relação àquelas como garantia para a obtenção de crédito.

A vinda do imigrante europeu seria muito em breve o desdobramento deste contexto histórico. Apresentemos a sequência das cartas:

Infelizmente malogrou-se a esperança de obter os 16 contos para a estrada às divisas de Minas. Depois de muitos dias sem decisão, apesar das informações do engenheiro, e do diretor das obras públicas, não anunciou a proposta, e ficou de resolver se podia gastar 5 ou 10 contos.

Consultou a este respeito a inspetoria de Obras, e até sair nada havia resolvido. Este fato deu-se dois dias antes de sair de S. Paulo, o que obstou a protestar contra a injustiça feita. Aguardo um regresso para discuti-lo patenteando a inépcia do Presidente, que é um inútil

(b.b.). Ao passo que se nega a fazer uma obra útil, pretende à custa da Província calçar uma rua da Capital, na qual deve despender mais de 100 contos.

Liquidarei contas com o homem pela imprensa e na Assembleia Provincial. Não chegam os dinheiros para distribuir-se no 4.º Distrito, afim de pagar-se os serviços eleitorais, e para dar ao Padre Reis França encômios na morte.

Creio que a principal causa do mal êxito desta pretensão, foi ser acolhida pelo Maneco Marcondes, a quem não perde o homem ocasião de contrariar; e isto diga-se para sua vergonha, (auxiliado?) pelo Reis, que é seu íntimo e daí cartas na administração.

Já vai extensa esta e por isso termino-a, pedindo-lhe que me mande procuração a fim de receber o conto de réis votado pela Assembleia para a Cadeia. Isto por parte da Câmara. Quero ver se me negam também.

Aliás, recomende-me à Ex.ma família, aos amigos, e creia que sou com sinceridade.

Seu amigo muito grato M. Prado Junior.

*Fazenda Albertina, Ribeirão Preto, 14 de 7bro.
de 1882*

O Maneco Marcondes mencionado na carta trata-se do Presidente da Província de São Paulo, que já citamos anteriormente, Manoel Marcondes de Moura e Costa.

A rivalidade de Martinho com ele fica bem clara nessa carta.

Martinho promete um acerto de contas político, que parece ter sido executado, pois na carta subsequente informa que conseguiu a aprovação da construção do ramal ferroviário da Mogiana, com o auxílio de seus aliados políticos, em especial do Barão de Parnahyba, que era seu primo.

De R. Preto escrevi-lhe uma carta participando-lhe o que houve em relação à estrada para os Poços. Chegando aqui verifiquei que estavam autorizados a gastar 16 contos e trezentos, pelo que se me informou na repartição das Obras Públicas. Assim minaram-se as contrariedades que sentira por não ter o Presidente aprovado as plantas do engenheiro Matta. Já

serve desde que se ande na contratação da linha férrea que passou na Câmara, mas que infelizmente ficará este ano parada no Senado. Me diz o Barão de Parnahyba, que assim que passar a lei, tratará de construir a linha dos Poços de preferência a tudo, sendo a bitola de 60 centímetros, como a estrada de São João D'El Rei.

Deus queira que assim aconteça em breve tempo. Tenho ardente desejo ver servida essa povoação por uma linha férrea como se ali residisse.

Mando também falar-lhe sobre o negócio do João Thomaz. Já deu andamento? Apresse tudo, para que seja a dar as primeiras aquinhoadas. Me disseram os diretores que aceitarão escravos, mas nunca avaliados por mais de um conto cada um.

Por aqui nada de novo, fizeram muito barulho com o fato de 49 escravos fugidos, que por fraqueza e imbecilidade do Presidente estiveram em contato com os abolicionistas por mais de 24 horas, recebendo nesse tempo os conselhos mais perversos e repugnantes.

Sem transgredir a lei, o decoro público, deviam

os escravos voltar ao poder de seu senhor, ficando aqui incomunicáveis. Assim porém não se fez, dando-lhes tempo para ouvirem de estudantes os seguintes conselhos: matem seus senhores, desonrem suas filhas, se as tiver etc. Foi preciso a intervenção de algumas pessoas, para que o presidente a custo os mandasse pôr incomunicáveis. Parece que neste país os governos e as posições só cabem por partilha aos insensatos e incapazes. Lembranças a seus manos, e Vigário, e recomendando-me a toda a família.

Seu amigo grato M. Prado Junior

S. Paulo 2 de 8bro 1882

Antônio de Queiroz Teles era natural de Campinas. Posteriormente, teve o título elevado para Visconde e, depois, Duque de Parnahyba. Era primo de Martinho por linha materna – sua mãe era Ana Joaquina do Prado Fonseca, Baronesa de Jundiáí.

Ele foi o presidente da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana de 1873 a 1886, e ocupou o cargo de Presidente da Província de São Paulo de 26 de abril a 16 de julho de 1886.

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, em cuja construção Martinho Prado esteve também envolvido, foi inaugurada enquanto Queiroz Teles governava a província.

Lembramos que, também em 1886, foi fundada a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, que teve a presidência ocupada por Martinho.

Portanto, parece ter sido um ano decisivo para imigração europeia em São Paulo, que posteriormente transbordaria para as regiões vizinhas do Sul de Minas.

A intensificação das atividades abolicionistas também ganha novo colorido na menção que Prado Júnior faz à fuga de 49 escravos.

Pelo que a carta indica, eram de propriedade do Governo da Província, ou alugados por ele, possivelmente usados na execução de obras públicas.

A militância de estudantes, provavelmente da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, junto aos escravos, resultou na fuga generalizada deles.

Esse trecho reforça a suspeita de que a efervescência abolicionista da década de 1880 provavelmente esteve relacionada à desvalorização dos escravos em relação à terra.

Eles foram aceitos como garantia hipotecária de empréstimo pelo banco com ressalvas, sendo estabelecido um teto para cada escravo: um conto de réis. O sistema escravista estava ruindo.

O trecho pode dar a impressão de Martinho ter sido contraditório com as tendências abolicionistas de sua família, mas é necessário não esquecer que ele estava inserido nesta sociedade e que a execução do empreendimento dependia de um levantamento de capital só conseguido, ao que parece, com o uso de escravos como base de garantia hipotecária, disponibilizados por alguém não mencionado nas cartas.

Enquanto a abolição não acontecia, a escravidão era uma realidade não só social, mas também econômica.

Nas cartas, Martinho demonstra especial preocupação com a violência incitada pelos estudantes contra os senhores brancos.

Certamente lhe era impossível não ser contraditório, principalmente em razão do lugar social que ocupava num ambiente ainda escravista, embora prestes a desmoronar.

O fato é que, apesar das atividades de sua família em prol da abolição da escravidão, ele era um homem prático e de negócios.

Na verdade, suspeitamos que a promoção da abolição e da imigração europeia tornaram-se mais uma das atividades lucrativas empreendidas pela família.

Vejamos a carta subsequente:

S. Paulo, 14 de 8bro 1882

Amigo S.orJoaq.m José

Parabéns! Mil parabéns! Está votada a lei concedendo garantia de juro para a construção da linha férrea a essa localidade. É um acontecimento, que na realidade me alegra e muito. Ontem chegou do Rio o Barão de Parnahyba, e me disse que apenas sancionada a lei dará princípio e andamento à causa, preferindo em 1º lugar esta estrada, e me afirmou que a fará passar pela povoação.

Ainda uma vez parabéns!

O Affonso Celso quis fazer oposição, mas o Jaguarary e Joaquim Delphino bateram o pé, tendo o primeiro dito em um discurso duras verdades àqueles que se opunham. Assim passou a lei, tendo para isso trabalhado imensamente o Ba-

*rão, que é digno de maiores encômios.
Lembro-lhe um passo justo e de bom efeito para
com ele, proponha na Câmara uma felicitação
a ele, que uma rua dessa localidade também
tome seu nome. Renderão um justo tributo aos
seus serviços, e obterão as suas graças para
que a estrada não se desvie da povoação.
Mando-lhe hoje os seus livros.
No dia 23 estarei na Estação das Caldas, onde
dormirei, se aí vier ter o meu Comp.e Chico Ri-
beiro, seguindo 24 para Casa Branca, isto é,
para R. Preto. Se quiser, venha a 24 à Estação,
iremos a esse dia à fazenda de um mano dor-
mir, ali passaremos o dia seguinte, seguindo à
tarde para S. Simão, onde pernoitaremos, e a
26 regressará a Caldas, onde chega o trem às
10 horas da manhã.*

O trecho “Está votada a lei concedendo garantia de juros para a construção da linha férrea a essa localidade” parece indicar que o capital levantado com hipoteca de escravos destinava-se a garantir eventuais sinistros durante a construção da estrada, mas isto ainda não está exatamente claro e necessita de averiguação.

Enfim, estava aprovada a construção de um ramal ferroviário saindo da linha tronco da Mogiana até São João e de São João até Poços de Caldas.

A carta também informa que, em 1882, havia uma estação da estrada de ferro chamada “Estação das Caldas”, que certamente deveria situar-se na linha tronco de onde sairia o ramal, já que sua construção nem havia começado e que a Estação de Poços de Caldas só foi inaugurada em 1886.

Investigando essa possibilidade, descobrimos que realmente houve uma estação chamada “Estação das Caldas”, na Povoação de Cascavel, que depois deu origem ao município de Aguaí/SP, hoje vizinho de São João da Boa Vista.

Portanto a “Estação das Caldas” da carta, local onde Matinho convida Joaquim José para encontra-lo no dia 23 de Outubro de 1882, ficava onde hoje é Aguaí.

Segue uma tabela que lista as estações abertas na linha ferroviária tronco, com a data de inauguração de cada uma:

Linha Tronco da Estrada de Ferro Mogiana		
No.	Nome das estações	Data de inauguração
1	Campinas	03/05/1875
2	Riza	01/06/1910
3	Guanabara	04/08/1894
4	Anhumas	12/10/1926
5	Pedro Américo	12/10/1926
6	Tanquinho	12/10/1926
7	Carlos Gomes	18/11/1929
8	Jaquariúna	15/12/1945
9	Guedes	15/12/1945
10	Cristiano Osório	01/01/1939
11	Posse de Ressaca	28/08/1875
12	Alfa	03/10/1915
13	Conselheiro Martim Francisco	06/12/1892
14	Tujucué	10/11/1911
15	Mogi-Mirim	27/08/1875
16	Mogi-Guaçu	14/01/1878
17	Ipê	19/08/1897
18	Estiva	10/08/1897
19	Urutuba	10/11/1911
20	Oriçanga	01/04/1901
21	Mato Sêco	14/01/1878
22	Astrapéia	05/07/1912
23	Aguai (Antiga povoação chamada Cascavel), onde ficava a antiga Estação das Caldas, que depois mudou de nome com a inauguração da Estação de Poços de Caldas em 1886.	As publicações que encontramos no site oficiais da Prefeitura de Aguai, e em outros canais especializados em ferrovias, dão a para a inauguração desta estação a data de 01/10/1886, mas Martinho da Silva Prado Junior cita esta estação já em funcionamento em uma de suas cartas, escrita à Joaquim José de Oliveira, de São João da Boa Vista, a data de 1882.
24	Engenheiro Mendes	14/01/1878

25	Orindiúva	01/07/1899
26	Miragaia	05/07/1912
27	Lagoa Branca	19/09/1891
28	Joaquim Libânio	02/02/1948
29	Casa Branca - Tronco	1951
30	Coronel Corrêa	02/12/1948
31	Baldeação	01/06/1913
32	Brejão	16/08/1882
33	Coronel José Egídio	25/09/1898
34	Tambaú	08/10/1887
35	Faveiro	01/10/1901
36	Córrego Fundo	16/08/1882
37	Santos Dumont	01/08/1898
38	Cerrado	31/12/1892
39	Sucuri (PT)	01/07/1899
40	São Simão (1)	16/08/1882
41	Bento Quirino	21/10/1902
42	Canaã	01/08/1888
43	Beta (PT)	01/04/1913
44	Tibiricá	15/06/1892
45	Cravinhos	23/11/1883
46	Buenópolis	12/12/1897
47	Bonfim Paulista	28/07/1882
48	Santa Teresa	15/11/1896
49	Ribeirão Preto	23/11/1883

Um mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, mostra que a primeira Estação das Caldas ficava nas imediações da povoação de Cascavel.



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: BR RJANRIO 4Y.0.MAR503. Data provável: entre 1882 e 1886.

Seguem alguns detalhes deste mapa, que é bastante ilustrativo a respeito:



Fonte: Detalhe do cabeçalho do Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: **BR RJANRIO 4Y.O.MAP.503**. Data provável: entre 1882 e 1886.

Obs.: Embora a descrição deste mapa, feita pelo Arquivo Nacional, o situe entre 1800 e 1889, ele muito provavelmente foi elaborado pela equipe técnica da Companhia Mogiana entre 1882 e 1886, porque nele o Ramal das Caldas está ainda tracejado, o que significa que ainda não havia sido concluído, ou seja, ainda era um projeto de construção a ser executado. Nos recortes que fizemos deste mapa é possível observar que já existe uma “E. Caldas” – Estação das Caldas, sobreposta ou ao lado de uma “E. Cascavel”.



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: BR RJANRIO 4Y.0.MAP.503. Data provável: entre 1882 e 1886.

No mapa, o ramal da Mogiana está pontilhado, o que significa que ainda era um projeto, e que sequer havia chegado até São João da Boa Vista, muito menos até Poços de Caldas. Sabendo que a estação de Poços de Caldas só foi inaugurada em 1886, podemos concluir que esse mapa foi feito provavelmente entre 1882 e 1886. Mais precisamente entre 1882 e 1883, porque, segundo as cartas de Martinho Prado, a data da aprovação da construção passou na Assembleia Provincial de São Paulo em 1882. Seguem ampliações de nossa área de interesse, juntamente com a legenda do mapa, o que permite observar visualmente a discussão referente às datas feita até aqui.



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro.

ro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: **BR RJANRIO 4Y.O.MAP.503**. Data provável: entre 1882 e 1886.



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: **BR RJANRIO 4Y.O.MAP.503**. Data provável: entre 1882 e 1886.

A legenda do mapa indica que a linha pontilhada é definida como “*em construção*”, e a linha formada

por pequenos 'x' ou cruzeiros significa o limite entre as províncias de São Paulo e Minas. O ponto preto e sólido significa "povoações", e o ponto preto com círculos concêntricos significa "vilas". No lugar do mapa em que está "E. Cascavel" e "E. Caldas", o ponto preto sólido está oculto pela linha preta, também sólida, que representa a linha tronco com suas estações, mal dando para percebê-la. Portanto, neste local – de onde sairia o ramal até Poços de Caldas, passando por São João da Boa Vista no meio do caminho – ficava a povoação de Cascavel, hoje Aguai. São João da Boa Vista já recebe marcação indicando "vila" (alcançou este status em 1859), assim como Caldas (tornou-se vila em 1839).

Poços de Caldas também é demarcada como uma povoação, mas, nessa época, o local, que se chamava Nossa Senhora da Saúde de Poços de Caldas, era uma freguesia da Vila de Caldas, criada pela Lei 2035 de 01/12/1873, da qual se desmembrou como município/vila independente apenas em 1888, junto com Andradadas (São Sebastião do Jaguari, que também foi uma freguesia de Caldas). Sendo mais exato, Poços de Caldas e Andradadas elevaram-se à condição de vila (município) exatamente no mesmo ano: Poços pela Lei 3659 e Andradadas pela Lei 3656, ambas promulgadas em 1888.

No mapa, a equipe técnica reconhece Poços de Caldas dentro do território mineiro, mas a divisa só seria demarcada definitivamente em 1936, no governo de Getúlio Vargas, havendo ainda disputas entre os

governos de São Paulo e Minas por essa área do Sul de Minas, onde situam-se Poços e Andradas. Como já vimos no início deste ensaio, em 1874 a povoação de São Sebastião do Jaguari já tinha notícia de que os trilhos da Mogiana seriam construídos próximos de sua freguesia.

Isto foi um dos motivos que levaram sua população a fazer um abaixo assinado, endereçado à Câmara da Vila de Mogi-Mirim, requerendo fazerem parte da província de São Paulo, desmembrando-se, dessa forma, da Vila de Caldas.

Os argumentos para tal, no abaixo-assinado, eram: maiores relações comerciais que mantinham com São Paulo, a grande distância de Ouro Preto, então capital da Província de Minas, e o fato de sentirem-se deserdados do Governo Mineiro, que não investia em caminhos e em melhorias na comunidade^[96]. A questão que fica é: por que não endereçaram esse abaixo assinado à Vila de São João da Boa Vista?

A INDEFINIÇÃO E A FLUIDEZ DAS FRONTEIRAS ENTRE MINAS E SÃO PAULO NA REGIÃO

Não há nenhum espanto no esforço de Joaquim José de Oliveira para levar a ferrovia até Poços de Caldas. Sua família tinha vários laços de família nas localidades que hoje são os municípios de Caldas e de

Poços de Caldas, inclusive com os Junqueira. Ao que parece, tanto os Oliveira de São João da Boa Vista, quanto os Oliveira de Andradas, são provenientes da família Oliveira de Caldas.

A mesma origem, muito provavelmente, também toca para os Oliveira de Poços de Caldas.

Relembramos que Andradas também compôs o território Vila de Caldas junto com Poços de Caldas, antes de 1888. E é digno de nota esta família ter sido elite rural nas três localidades, o que certamente daria um estudo interessante, à la Raimundo Faoro.

Para além da questão do parentesco que unia as três localidades mencionadas, e também da questão comercial, a divisa parecia não existir para eles. E de fato não existia mesmo, apesar de estar tracejada no mapa da Província de São Paulo elaborado pela equipe técnica da Companhia Mogiana.

Como já foi dito, a divisa foi afixada por lei só no governo de Getúlio Vargas^[97]. A indefinição era decorrente da longa briga de divisas entre Minas e São Paulo, que se arrastava desde o século XVIII nessa zona de fronteira. Tanto que, em 1896, o Governo de São Paulo demonstrava ainda interesse em integrar a região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas (que inclui Andradas) ao seu território: entre 1886 e 1904 o naturalista norte-americano Orville Derby esteve à frente do

trabalho da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, objetivando cartografar o território de São Paulo e suas divisas.

Tanto essa Comissão como o Serviço Mineralógico do Brasil foram fundados e dirigidos por Derby, que cedo vislumbrou os potenciais mineralógicos da região da Caldeira^[98].

O fato é que, quando Orville Derby chegou nessa zona de fronteira para fazer o levantamento cartográfico a serviço do Governo de São Paulo, constatou que não havia limites: eles ainda estavam indefinidos.

Apesar de isso ser um problema para o seu trabalho, era também uma oportunidade para São Paulo reclamar parte da região.

Essa possibilidade o levou a coligir documentação histórica que comprovasse os direitos paulistas sobre essa área do Sul de Minas^[99].

Em 1896, Derby publicou a documentação coligida, antecedida de um estudo histórico comprobatório desses direitos no periódico Documentos Interessantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo^[100].

O Governo de Minas, por sua vez, também publicou, no mesmo ano e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, um volume com documentação

que, pelo teor, rebatia os direitos que São Paulo pretendia sobre a região^[101].

Há, também, informações que apontam relações comerciais de Cascavel e São João com Poços, como motivação para a extensão do ramal até as águas quentes e sulfurosas dos ‘poços das caldas’.

Ao que parece, já na década de 1880 havia um fluxo de turismo que descia da ferrovia na povoação de Cascavel para ir em busca das curas milagrosas prometidas pelas águas da região.

Não é preciso dizer que o trânsito de visitantes favoreceu o desenvolvimento em Cascavel/Aguai, na Vila de São João e no povoado dos Poços das Caldas.

Todas estas questões fronteiriças, econômicas e de transporte, mostram como as histórias das cidades, tanto do lado paulista como do mineiro, se entrelaçam.

E é a razão pela qual não é absurdo o fato de imigrantes italianos, trazidos com capital paulista para o Brasil, terem ido parar nos territórios vizinhos do Sul de Minas.

O quadro 17 é mais um detalhe do mapa anteriormente discutido, e mostra as outras malhas ferroviárias que se conectavam com a Mogiana.

número de entrevistas indicando São João da Boa Vista como origem do imigrante que chegou a Andradas.

Como já dissemos, a entrevistas também indicam que as vindas por Espírito Santo do Pinhal são mais tardias. Concentram-se no século XX, porém ainda não fizemos tratamento estatístico dos dados disponíveis a respeito.

Este é o perfil da imigração italiana em Andradas que pudemos esboçar até o momento, embora em pesquisas futuras, ou mesmo na continuação desta, esse perfil possa ser alterado.

De qualquer forma, as informações conseguidas até aqui sustentam nossa hipótese inicial: a de que foi a família Oliveira, de São João da Boa Vista, a possuidora do capital político capaz de trazer para a região não só a ferrovia, mas também o fluxo de mão de obra italiana.

Obviamente, os ricos fazendeiros de café que surgiram em Espírito Santo do Pinhal também se beneficiaram dessa movimentação política protagonizada por Martinho da Silva Prado e Joaquim José de Oliveira, movimentação que também incluiu o Visconde de Parnahyba – nada mais, nada menos que o presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Por essas razões, acreditamos que podemos atribuir à família Oliveira, de São João da Boa Vista, o pio-

neirismo na obtenção da chave política que abriu as portas não só da extensão de ramais ferroviários, mas também para a entrada dos imigrantes em toda essa zona de fronteira de Andradas e Poços. Um argumento que indica esse pioneirismo é o fato de o ramal ferroviário de Espírito Santo do Pinhal ter sido concluído apenas em 1889, três anos depois da inauguração do ramal que passa por São João com destino a Poços de Caldas.

As políticas de subsídio financeiro do Governo do Estado de São Paulo para trazer mão-de-obra europeia, que a partir de 1886 passaram a ser orquestradas pela Sociedade Promotora de Imigração, foram transplantadas e adaptadas para a Primeira República, proclamada no ano de 1889, com o nome de Patronato da Agricultura do Estado de São Paulo, que continuou pagando a vinda de imigrantes para fazendeiros de café do Oeste Paulista até a Grande Crise de 1929.

Essa verba pública do Patronato, para trazer imigrantes, era gerida pela Secretaria da Agricultura deste Estado.

As imagens a seguir, mostram parte de um conjunto de documentos, que faziam parte da burocracia necessária para o imigrante ter sua passagem reembolsada pelo Governo de São Paulo, processo que dependia da intermediação do fazendeiro que os recebia em suas terras.

maço - 5
número - 38

N.º 18.619

Secretaria da Agricultura



Anno: 1926

Data 17 de Novembro **9**

Procedencia Capital **12**

Repartição

Interessado Ceotto Gustavo

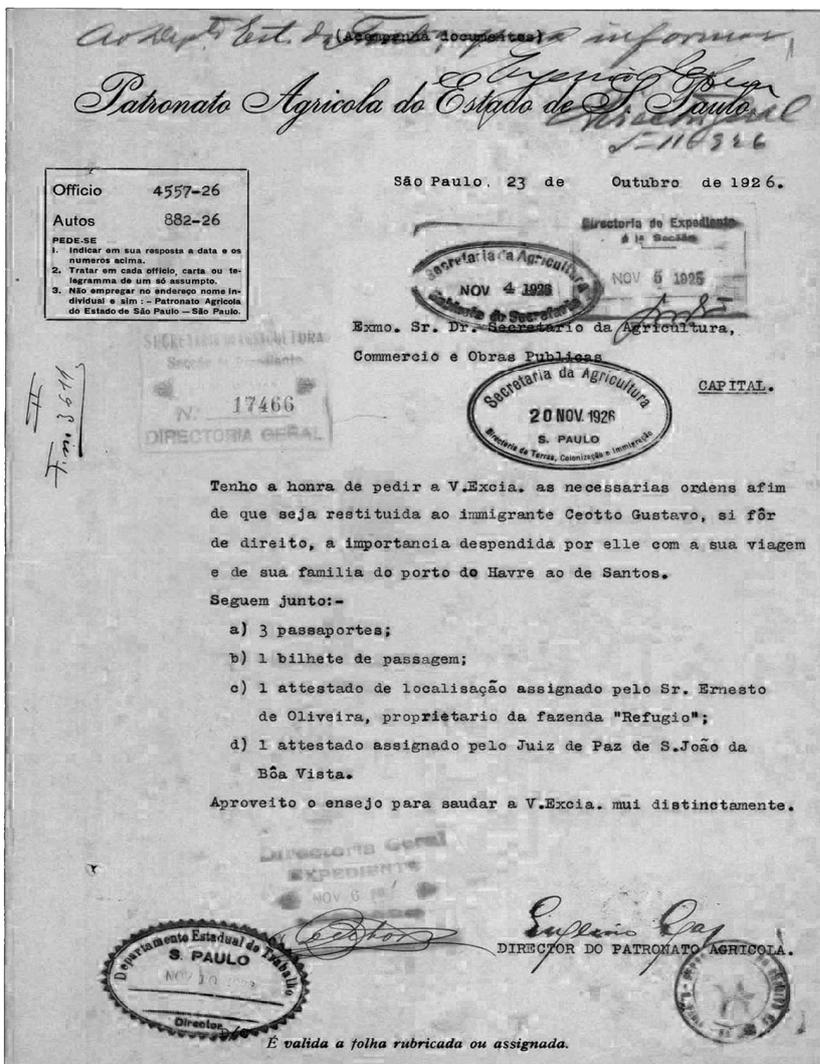
Assumpto Restituição de passagem

Fruitas

DIRECTORIA DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMMIGRAÇÃO
PROT. N.º 18.619

1926 - 25

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo - SP.
Número de referência no acervo: BR_SP_APESP_SACOP_REQ_
C07602_18619-1



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - São Paulo - SP. Número de referência no acervo: BR_SP_APESP_SACOP_REQ_C07602_18619-1

O processo inclui os passaportes italianos de Gustavo Ceotto, nascido em Susegana, Província de Treviso, de Guerrino Rosa, nascido em Este, na Província de Padova, e o de Filomena Perinot, natural de Conegliano, na Província de Treviso. A partir desse conjunto de documentos produzidos pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo no ano de 1926, podemos contar a história que se segue:

Gustavo Ceotto, 50 anos, recebeu o reembolso das passagens feito pela Secretaria da Agricultura em nome de todos. Ele era marido de Filomena Perinot, 46 anos, e primo de Guerrino Rosa, 43 anos. Os três, apesar de italianos e com passaporte italiano, estavam residindo em Vedwin, Província de Namur, na Bélgica.

Portanto, eram italianos emigrados para a Bélgica que estavam prestes a emigrar para o Brasil. Pegaram o navio a vapor com destino à Santos no Porto de Havre, noroeste da França, região da Normandia. E todos vieram com destino certo: a Fazenda do Refúgio, em São João da Boa Vista.

O processo para o ressarcimento de 1:890\$000 réis gastos em passagem inclui uma declaração da localização deles na Fazenda de Café do Refúgio, em São João da Boa Vista, escrita e assinada por seu proprietário, o Coronel Ernesto de Oliveira, irmão de Joaquim José de Oliveira, o nosso caro personagem destinatário das cartas escritas por Martinho da Silva Prado.

Esta história provavelmente é parecida com a história de muitas famílias italianas que vieram para São João da Boa Vista entre 1888 e 1950 e que foram parar em Andradas. Como exemplos, podemos citar os casos das famílias Sasserone e Rovaron, que vieram também da Fazenda do Refúgio.

Uma das entrevistas, feita com Vanda Bergamin e mais alguns parentes, informa que teria existido na área urbana de São João da Boa Vista uma espécie de pequena hospedaria, que abrigava os imigrantes desembarcados do trem. Ficava próxima da estação ferroviária de São João, e nela os imigrantes esperavam os fazendeiros irem buscá-los e levá-los para as respectivas fazendas. Ainda não conseguimos averiguar se realmente existiu tal “hospedaria”, ou espaço de permanência transitória do imigrante, mas caso sua existência seja comprovada, certamente demonstra um fluxo considerável de imigrantes entrando em São João.

Além disso, demonstra que as relações políticas dos Oliveira não se restringiram a beneficiar apenas a própria família, mas a fomentar a agricultura local, levando mão-de-obra imigrante a outros proprietários de terras da região.

A existência de uma infraestrutura desse tipo evidenciaria uma grande demanda por mão-de-obra e sua importância para o desenvolvimento da economia local.



Parte IV

DE SUBSTITUTO MAIS
BARATO DA MÃO DE OBRA
ES CRAVA A EMPREENDEDOR



Um dos recursos mais úteis quando se está escrevendo uma história desse tipo, é dar voz aos membros da comunidade. Por esta razão, começamos esta parte com as falas dos Senhor Eugênio de Oliveira Ansani e de sua filha, Elvira Ansani, entrevistados no dia 07/05/2018:

- ☞ **Pesquisador:** *A Dona Ana Sasseron estava falando da questão da divisão da cidade, que para cima da igreja era onde o pessoal italiano se estabeleceu, quando veio morar na cidade.*
- ☞ **Elvira Ansani:** *Foi mesmo.*
- ☞ **Pesquisador:** *E pra baixo da igreja, é o pessoal mais antigo, né, um pouco.*
- ☞ **Elvira Ansani:** *Olha!*
- ☞ **Pesquisador:** *E agora, pelo que eu estou vendo, onde é o Sete de Setembro^{102]} também tinha bastante italiano, né?*
- ☞ **Elvira Ansani:** *Tinha, porque eles começaram ali.*
- ☞ **Eugenio de Oliveira Ansani:** *A colônia italiana aqui é enorme. É coisa louca, viu! É por isso que Andradas cresceu muito, melhorou muito, cada um, cada família... até hoje tem muitas famílias que eles mesmos é quem cuidam das terras, não tem meeiro, os filhos, os netos, né? Os bisnetos.*

A fala de Eugênio de Oliveira Ansani é, de certa forma, corroborada por um artigo de jornal escrito no começo do século XX, que indica a expressividade da colônia italiana em Andradadas, se não em número, pelo menos em termos econômicos. Na primeira década do século XX, o jornalista brasileiro Fábio Pereira trabalhava para o jornal *A Defesa*, um dos jornais da cidade do Caracol – antigo nome de Andradadas. No dia 22 de julho de 1917, publicou um artigo intitulado *Honra ao Mérito*, em que apresenta a colônia italiana como trabalhadora, proprietária, empreendedora e rica, além de promotora de riqueza e prosperidade na localidade:

É, sem dúvida, predominante neste município, a colônia italiana. Em todos os ramos que constituem a nossa atividade coletiva e pública, tem a laboriosa colônia italiana, de Caracol, os seus representantes.

A nossa lavoura agrícola tem nesse elemento de progresso e de riqueza a causa única do seu aumento sempre crescente. O incremento que as nossas fazendas têm tomado ultimamente, produzindo resultados bastante compensadores aos seus felizes proprietários, é devido exclusivamente a essa laboriosa colônia que, procurando resultados satisfatórios aos seus esforços e às suas energias dispendidas, cultivando e valorizando imensamente essas propriedades agrícolas, permite aos seus proprietários resultados positivos, risonhos e benfazejos.

Essa pacata e preciosa colônia italiana, aqui domiciliada, conta no seu seio também muitos proprietários e fazendeiros, produzindo frutos salutares que são produtos dos seus esforços sobre humanos e da sua constância eficaz e produtiva no trabalho.

É também no comércio local vantajosamente representada. Enfim, em todos os ramos da nossa vida ativa ela tem seus representantes, e numerosos, que concorre para a nossa riqueza e para o progresso e adiantamento do lugar. Um elemento desta ordem, de valor significativo, o primeiro entre todos os outros, concorrendo poderosamente para o aumento e valorização de nossa lavoura e para a riqueza do município, merecem certas e determinadas considerações que correspondem aos esforços e ao valor positivo e real do seu peso nos destinos públicos administrativos desta terra.

Não é admissível que um elemento numeroso e precioso, como este, seja deixado à margem, quando o maior incremento da riqueza existente e que muito leva aos cofres públicos lhe é devido, permitindo-lhes regalias de direito e que podem ser exigidas, porque não é permitido, antes tornar-se censurável, que um elemento assim, seja acintosamente e por capricho de nacionalidade, afastado dos negócios públicos do lugar.

A riqueza agrícola de Caracol é fato e está, indubitavelmente nas mãos desse elemento trabalhador e progressista. É preciso, portanto que lhe também se imiscua nos negócios públicos do lugar, tomando parte na

administração pública, e orientando com a sua sábia e proveitosa economia os chefes que arbitrariamente dispõem disto como cousa própria, inconsciente e muitas vezes criminosamente.

É preciso que representantes seus sejam mandados à corporação administrativa municipal, onde pugnarão, de verdade, pelos direitos dos fracos, pelo interesse da lavoura e para salvaguarda dos seus próprios interesses, muitas vezes prejudicados.

É preciso que a colônia italiana, de Caracol, desperte de uma vez dessa letargia inconveniente, e se pronuncie logo, exigindo os seus inegáveis direitos de auxiliar na administração local [...]^[103].

Essas informações começaram a nos defrontar com a incômoda e insistente questão: quando e como os italianos e descendentes começaram a se tornar proprietários e empreendedores? A resposta pode ser encontrada em inúmeras histórias parecidas com a do italiano Ângelo Basso, desembarcado no Brasil em 1888, que apresentamos no começo deste ensaio. Histórias como aquelas narradas pelos descendentes de muitos outros italianos, que vieram para trabalhar nas lavouras de café das fazendas paulistas vizinhas, permaneceram unidos em famílias, trabalhando em média dez anos, um pouco mais ou um pouco menos, até conseguirem juntar o capital necessário para comprar

a sonhada terrinha. Muitos dos que vieram primeiro para São João da Boa Vista, e depois para Espírito Santo do Pinhal, encontraram terras com preço acessível e disponíveis para venda na antiga Vila Caracol.

Em uma pesquisa de mestrado defendida em 2009, há a transcrição de uma entrevista com o descendente de vênets Ricardo Sasseron, coletada em 2003^[104]. O Senhor Ricardinho, como era carinhosamente conhecido na cidade, aponta dívidas como motivo para os membros da antiga elite rural de Andradas terem vendido parceladamente suas terras aos imigrantes. Dívidas cuja origem ele não soube explicar na época, mas que seriam responsáveis por fraturar as grandes propriedades em milhares de minifúndios, muitos ainda hoje cultivados por mão de obra familiar:

- ▣ **Pesquisador:** *O senhor acha que a imigração teve relação com o fato de a região hoje ser de pequenas propriedades e sítios?*
- ▣ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Tem, tem muito! Aqui, principalmente aqui em Andradas, mas em São João da Boa Vista também. Porque os colonos que saía das fazendas, que não foi só no Refúgio que veio colono italiano, em outras: Pratinha, Retiro, Paradô e muitas fazenda, e... As principal era essas, porque, então eles viero, de perto que, ficaram sitiantes em São João da Boa Vista, em Santo Antônio do Jardim, aqui em Andradas, em Ibitiura, tudo italiano que foi comprando os pedacinho de terra, fazendo uma chacrinha, e por ali foro*

aumentano, trabalham com a família e aumentano a propriedade.

- ▮ **Pesquisador:** *No caso, eles compravam de quem?*
- ▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Geralmente de fazendeiro.*
- ▮ **Pesquisador:** *De fazendeiros, por aqui, por Andradas? As fazendas eram muito grandes?*
- ▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Tudo quase fazenda grande, né? O meu pai comprou do Capitão Cyrillo. O Capitão Cyrillo, tem a rua capitão Cyrillo, aqui, porque ele foi prefeito de Andradas. E ele tinha fazenda grande, meu pai e meu tio Beto, porque o meu pai veio junto com o meu tio Beto, que era primo irmão, e o André Stivainin que era..., vieram os três juntos para cá. Eles compraro do Capitão Cyrillo.*
- ▮ **Pesquisador:** *O Senhor não sabe se tinha mais outras fazendas?*
- ▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Tinha a do Alberto Bretas aqui que foi depois, isso mais pra diante, veio otros italiano, ou italiano daqui memo, que foro comprano. Tinha a dos Oliveira e dos Lobo, que os italiano foi entrano e foi comprano propriedade.*
- ▮ **Pesquisador:** *E, no caso, por que eles vendiam esse pedaços para os italianos?*
- ▮ **Sr. Ricardo Sasseron:** *Ah! Tudo eles tava endividado. Por que?... Eu num sei. E como? Tamém eu num sei, mas o sujeito tinha divida,*

então vendia um pedaço da fazenda. Como o italiano não tinha muito dinheiro, comprava a terra aos pedacinho. Como o fazendeiro sempre precisava de dinheiro, e tinha muita terra, ia vendendo os pedacinho, aos poquinho. E assim foi.



Capitão Cyrillo Alves dos Santos – Presidente de Câmara e agente executivo – imagem retirada do livro de João Moreira da Silva, publicado postumamente por sua filha Nilza Alves de Pontes Marques: MOREIRA DA SILVA, João. Caminhando de Samambaia à Andradadas. Campinas: Pontes Editores, 1996.

DÍVIDAS DA ELITE RURAL DA VILA CARACOL GERAN- DO VENDAS DE TERRAS AOS IMIGRANTES?

Para averiguarmos a hipótese de dívidas de fazendeiros locais como elemento promotor da oferta de terras para o imigrante, escolhemos o personagem citado por Ricardo Sasseron: o capitão Cyrillo Alves dos Santos, português que chegou pobre ao Brasil e fez fortuna tocando varas de porcos para vender no Rio de Janeiro, segundo Nilza Alves de Pontes Marques. Em pesquisa de doutorado concluída em 2015, levantamos várias hipotecas nos Cartórios de Notas de Caldas do 1º e 2º Ofício. Algumas delas registram o nome do capitão Cyrillo Alves dos Santos como uma das partes de contratos de transações de crédito, sendo a outra parte o capitalista Bernardo Jacintho da Veiga, juiz de Caldas e filho de um conselheiro do Império com o mesmo nome, que atuou politicamente durante o processo de Independência e durante o governo de D. Pedro I, a Regência e o início do governo de D. Pedro II^[105].

No total de todas as transações de compra, venda e hipoteca feitas no território da antiga vila de Caldas – que incluía Andradadas – que se encontram registrados em seus dois Cartórios de Notas, não encontramos escrituras de compra e venda do Capitão Cyrillo. Portanto, se as fez, foi por escrituras particulares não lavradas em cartório e não inscritas no Registro Geral

de Imóveis, que contava com poucos anos de funcionamento à época.

Na verdade, isso foi comum até a ocupação e valorização das terras ter se intensificado a ponto de exigir os registros dos contratos sobre imóveis no sistema cartorial, como forma de garantir a propriedade^[106]. Podemos afirmar, com relativa certeza, que o imigrante italiano teve importância nesse processo de valorização da propriedade imóvel em Andradas, porque dinamizou o mercado imobiliário, intensificando a procura por terras cultiváveis. Então, quais as transações imobiliárias do Capitão Cyrillo que nós encontramos?

A primeira trata-se de uma escritura de dívida hipotecária, um capital que tomou emprestado do Doutor Bernardo Jacintho da Veiga, por meio de um contrato de hipoteca lavrado em 21 de janeiro de 1887. O valor contabiliza 5:000\$000 réis – cinco contos de réis – e a garantia apresentada foi parte da fazenda Bela Cruz, que se transformou no bairro rural de mesmo nome existente hoje em Andradas^[107]. Para ter uma ideia vaga dos valores na época, contas de mil réis^[108] eram consideradas relativamente pequenas, mas contos de réis eram dívidas relativamente altas.

Tais noções de valor podem ser averiguadas na tese: *Xadrez Imobiliário: tabuleiro de terras, peças humanas e as novas regras do jogo*, onde foram feitas deflações dos preços das terras na libra esterlina inglesa,

moeda mais valiosa e estável da época^[109]. Segue uma descrição do imóvel hipotecado pelo Capitão Cyrillo:

Em outra escritura de 1887, mais 5:000\$000 contos de réis foram concedidos com a garantia da Fazenda Bela Cruz descritos somente como terras de culturas, a saber, um hectare equivale a 10.000 m² e um alqueire paulista, o menor deles, equivale a um pouco mais do dobro dessa medida: 2,42 hectares^[110].

Porém, o Capitão Cyrillo não era o único proprietário de parte dessas terras, parece que a unidade original da Fazenda Bela Cruz foi dividida entre vários proprietários entre 1887 e 1898 (provavelmente herdeiros por si mesmos ou por parte de suas esposas), porque outros, que não o Capitão Cyrillo, usaram partes dela como base de garantia hipotecárias para aquisição de empréstimos: Marcolino Alves da Silva e Urias José Ribeiro^[111].

Vejamos o caso de Marcolino Alves da Silva: em 1896, ele tomou emprestado, do mesmo Dr. Bernardo, 24:000\$000 (24 contos de réis), hipotecando entre 90 a 100 alqueires da mesma Fazenda Bela Cruz, com 40.000 pés de café, sendo 27.000 já formados e produzindo⁸⁶. Tanto Marcolino como Urias conseguiram quitar as suas dívidas:

Docu- mentos	Contrato de Crédito Original	Hipoteka 05/12/1894	Hipoteka 17/11/1896
	Escritura de Quitação	17/11/1896	26/11/1898
	Garantia	Sítio Bela Cruz na Vila Caracol, com casas cobertas de telhas, paiol, monjolo, tulhas, 20 alqueires de café e mais benfeitorias.	Sítio Bela Cruz com cerca de 100 alqueires de terras de culturas “entre altos e baixos”, mais 40.000 pés de café e benfeitorias.
Dados Gerais das HIPO- TECAS E QUITAÇÕES	Prazo	5 anos	2 anos
	Juros ao mês	1,40%	1,40%
	Crédito Original	27:000\$000	24:000\$000
	Quitação: Capital e Juros	31:616\$000	24:000\$001

Fontes: 1 - hipoteca da folha 97, Livro 12 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 05/12/1894 (devedor Urias José Ribeiro); 2 – hipoteca do verso da folha 35, Livro 13 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 17/11/1896 (devedor Marcolino Alves da Silva); 3 – Quitação do verso da folha 33, Livro 13, datada de 17/11/1896 (Urias José Ribeiro quita a sua dívida); 4 – Quitação da folha 55, Livro 10 do Cartório do 2º Ofício de Caldas (Marcolino Alves da Silva quita a dívida de 1896)^[112].

De qualquer forma, antes deles, em 1887 havia uma dívida do português Capitão Cyrillo, fazendeiro na freguesia de São Sebastião do Jaguari de Caldas, que ainda não havia se tornado vila.

Ao que parece, Cyrillo conseguiu quitar a dívida, já que não encontramos em Caldas execuções

judiciais dela no arquivo do Fórum, tampouco de transferência da propriedade para Bernardo Jacintho da Veiga nos cartórios. A quitação, feita de alguma forma, fica suposta.

Apesar de seu título não ter sido encontrado, a escritura pode muito bem ter sido feita informalmente – como um contrato de gaveta – ou ter sido lavrada no Cartório do Juiz de Paz de Caracol, cujo acervo infelizmente não sobreviveu – sabemos que ele existiu somente porque é citado nas escrituras dos cartórios de notas de Caldas^[113].

Seja como for, essas dívidas, tanto a de Cyrillo como dos outros, podem reforçar o estereótipo da elite luso-brasileira com o ranço da escravidão sobrevivendo mesmo depois da abolição: uma elite que considerava o trabalho manual como inferior, coisa de escravos, e que vivia de rendas, da exploração da mão-de-obra escrava, que era imprevidente, que não poupava e nem pensava no futuro, e que vivia sempre afundada em dívidas. Poderíamos resumir essa figura com uma imagem descrita por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*: aquele que quer colher os frutos sem ter plantado a árvore^[114].

Em parte isso pode até ser verdade, não negamos, porém, as operações feitas pelo Capitão Cyrillo após a dívida de 1887 mostram que ele foi um hábil jogador financeiro. Ainda mais se consideramos que ele

vivia num contexto de crise econômica e alta inflação, durante o começo do que podemos considerar como a estruturação de um sistema financeiro capitalista formal no Brasil (que inclui os bancos como os conhecemos hoje, que realizam operações de crédito):

Em 16 de Junho de 1891 esse capitalista (Bernardo Jacintho da Veiga) adquiriu do credor Capitão Cyrillo Alves dos Santos, morador na Vila Caracol^[115], o crédito hipotecário de 13 contos de réis, originado pela hipoteca passada pelo devedor Joaquim Roberto da Costa ao referido capitão no Cartório do Juiz de Paz da Vila Caracol meses antes, em 21 de abril do mesmo ano. Pelo direito a esse crédito Bernardo Jacintho da Veiga pagou 8:000\$000 réis, o que significa que se conseguisse receber a dívida teria um lucro de 5 contos de réis mais os juros, portanto, tratou-se de uma operação de cessão que permitia especulações^[116].

Em 1892 o Capitão Cyrillo Alves dos Santos da Vila Caracol transferiu outro crédito para Bernardo Jacinto da Veiga: 40:000\$000 réis que emprestou a Urias José Ribeiro e João Fernandes Negão para a aquisição de terras e materiais necessários para a construção de benfeitorias e plantações de cafezais: “Disseram mais os outorgados devedores que a dívida acima mencionada é proveniente de terras, casas, cafezais e benfeitorias, que muitos de seus construtos adquiriram do outorgado credor”. Esse contrato está descrito como

transferência de dívida e não como transferência de hipoteca e parece indicar que era uma dívida com título que dava direito de ação apenas pessoal e não real, ou seja, os imóveis não estavam hipotecados garantindo a dívida. O contrato previa o prazo de três anos com pagamentos feitos em três parcelas iguais e sem juros no caso de pagamento dentro do prazo, mas com juros de 1% ao mês correndo no caso da falta de pagamento pontual. A aquisição desse crédito parece mais uma ajuda para o Capitão Cyrillo receber, prestada por Veiga a um amigo, do que interesse no lucro de fato^[117].

Na região, entre os anos de 1880 e 1890, as transações de crédito em geral eram feitas com juros baixos em relação aos dos bancos de hoje, que chegam aos 13% ao mês. Podemos sustentar isso mesmo no caso das hipotecas passadas por capitalistas profissionais como Bernardo Jacintho da Veiga^[118].

Além disso, as análises do trecho acima revelam que Capitão Cyrillo, dentre outras atividades, vendia materiais de construção também a crédito, o que parece ser a origem da dívida de Joaquim Roberto da Costa para com ele, que depois foi ‘comprada’ por Bernardo Jacintho da Veiga – embora ‘comprada’ não seja o termo técnico adequado no Direito de hoje.

Essas informações já bastam para dar crédito à tradição oral de Ricardo Sasseron: de fato havia um contexto de endividamento dos proprietários de terras da Vila Caracol, justamente no momento em que os imigrantes estavam chegando. Mesmo averiguando que as dívidas foram quitadas nos casos mencionados, é fato que dinheiro em espécie era um bem centralizado nas mãos de poucos, e que sua obtenção via empréstimos a juros podia custar caro.

Mas o que, além do comportamento cultural da elite e da escassez do meio circulante, poderia estar contribuindo para os endividamentos? A resposta é uma crise econômica chamada Encilhamento, ocorrida entre 1889 e 1894, durante a chamada República da Espada.

É verdade que nossas pesquisas indicam que os italianos adquiriram terras principalmente na duas primeiras décadas do século XX, já que demoravam, em média, 10 a 15 anos para juntar o capital.

Porém, apesar de o Encilhamento ter acabado em 1894, a recuperação da economia não se processou do dia para noite. Portanto, a fragilização econômica dos fazendeiros locais pode ter se arrastado até as primeiras décadas do século XX.

Em outras palavras, é plausível que os efeitos da crise ainda se fizessem sentir, e que vender parcelada-

mente terras para os imigrantes tenha sido uma saída para se livrar de eventuais dívidas.

Essa crise, chamada de Encilhamento, foi uma bolha econômica – uma espécie de bolha de crédito – que ocorreu no Brasil entre o final da Monarquia e início da República, tendo como resultado uma alta inflação e a desvalorização da moeda. É por esse motivo que consideramos que o capitão Cyrillo demonstrou certa habilidade financeira, ao ‘vender’ dívidas a uma pessoa da Vila de Caldas, formada em Direito, que havia sido juiz e que tinha melhores condições de lidar com o débito, não só por seu status como por seus conhecimentos técnicos do Judiciário da época. Ele certamente percebeu a crise e achou melhor receber parte do capital do que o perder totalmente, por isso fez operações de cessão de dívida a Bernardo Jacinto da Veiga.

Mesmo assim, perspicácia e habilidade não parecem ter sido suficientes para resolver os problemas financeiros do Capitão Cyrillo durante e logo após a crise, pois o testemunho oral do Senhor Ricardo Sasseron informa que as terras de sua família foram compradas desse personagem luso-brasileiro.

Para verificar tal informação, seria necessário fazer um levantamento também nos Cartórios de Notas e no Registro Geral na Vila Caracol, instalados em 1918, já que nos de Caldas não encontramos nada a respeito.

Esse levantamento é necessário para estudar o que sobrou registrado das aquisições de imóveis pelos imigrantes italianos e seus descendentes. Aquisições que, ao que parece, aconteceram principalmente no começo do século XX, período em que muitas famílias já haviam juntado o capital necessário para comprar pequenas parcelas de terras.

Com relação aos casos de Marcolino Alves da Silva e Urias José Ribeiros, apesar de terem quitado suas dívidas, praticamente todas as partes da Fazenda Bela Cruz foram parar de alguma forma nas mãos de Bernardo Jacintho da Veiga, credor tanto deles quanto do Capitão Cyrillo no intervalo de tempo entre 1887-1898. Há uma hipótese para explicar o fato.

Voltando o foco para as transações hipotecárias do Doutor Bernardo nos Cartórios de Notas de Caldas, houve a disparidade de um número de hipotecas muito maior do que o número de quitações.

Essa disparidade pode ser explicada pela possibilidade de essas hipotecas terem sido quitadas nas localidades, nos Livros de Notas dos Juizes de Paz, como havia em São Sebastião do Jaguari (depois vila Caracol), ou em decorrência dos pagamentos terem sido feitos por meio de terras, camuflados com o nome “*compra, paga e quitação*” e “*compra e venda*”, frequentes nos Cartórios de Caldas.

A hipótese de que muitos dos pagamentos das dívidas foram feitos com terras nos veio à mente observando os bens imóveis arrolados no inventário de Bernardo Jacintho da Veiga, datado de 04/06/1900:

Distrito do Caracol:

Fazenda Bebedouro com terras, cafezais e benfeitorias, inclusive o café na árvore, sendo pela metade por se achar a fazenda a meia com Joaquim Branco. - 51:350\$000

Fazenda Bela Cruz, terras, cafezal e todas as benfeitorias, inclusive metade do café na árvore, por se achar a meia com Urias José Ribeiro. - 17:130\$000
Fazenda Bela Vista, em comum, terras de cafezal e benfeitorias e metade do fruto de café na árvore, por se achar a meia com João Porcino de Paiva. - 10:900\$000

Parte de terras da chácara do Coronel Oliveira em comum, tendo sido de Felicíssimo Nunes. - 800\$000.

Distrito de Santa Rita: uma parte de terras de 30 alqueires mais ou menos, que foi de João Lins de Deus - 1:105\$000^[119].

O texto do inventário revela que as relações de trabalho por contrato de ameia foram uma alternativa usada para substituir a relação de trabalho senhor/escravo. As entrevistas também revelam vários imigrantes e descendentes que começaram a trabalhar

como meeiros, nas terras tanto de locais como de outros imigrantes vindos em períodos anteriores e que já as haviam comprado propriedades. Um dos casos desse novo tipo de relação de trabalho, a figura do imigrante meeiro, encontra-se no testemunho oral de Antônio Giereta, cujo áudio está presente no site do *Cirolu Italiano di Andradas*.

O fato é que tanto as ricas terras com café da Fazenda Bela Cruz, como de outras propriedades na Vila Caracol, que foram herdadas pela filha do Doutor Bernardo, Iria da Veiga, acabaram caindo na mão de um italiano, José Vicente Torri, que se casou com ela. Uma história exótica como muitas coisas no Brasil: uma mulher finamente educada pelo pai, membro de uma importante família ligada ao Partido Moderado durante o Império, filha dele com uma índia. Quando adulta, Iria se casou com um imigrante italiano, que veio tentar a sorte na América. Além de ter recebido educação digna das mulheres da elite e de ser herdeira de uma rica fortuna, segundo a tradição oral, Iria da Veiga era muito bonita. Como Bernardo Jacintho da Veiga nunca se casou com a mãe de Iria, ele teve que adotar a própria filha por meio de uma escritura de perfilhação, para que ela pudesse receber a herança^[120].

Exotismo à parte, de fato, o relato de Ricardo Sasseron encontra fundamento documental: houve um endividamento da elite rural da região de Andra-

das entre o final do século XIX e o início do século XX, que pode ter favorecido as vendas parceladas das fazendas para os imigrantes, contribuindo para produzir a configuração minifundiária da zona rural do município na atualidade. Maiores informações sobre essas transações hipotecárias e outras formas de contratos de mútuo (empréstimo) podem ser encontradas no doutorado *Xadrez Imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Século XIX)*^[121].

A AQUISIÇÃO DE TERRAS PELOS IMIGRANTES: EXEMPLOS E CARACTERÍSTICAS

Em 2003, quando fizemos a entrevista com o Senhor Ricardo Sasseron, durante o processo de pesquisa e elaboração de uma dissertação de mestrado, finalizada e defendida no começo de 2009, não podíamos imaginar que ela se tornaria uma fonte extremamente útil para o projeto *História da Imigração Italiana em Andradas*. As considerações finais da dissertação, *Ocupação da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas-MG*^[122], mais esta entrevista, deram-nos o norte para começarmos a desenvolver o presente trabalho.

Na entrevista, nos trechos já transcritos na parte anterior, Ricardo Sasseron cita a figura italiano André Stivanin, que teria vindo para Andradas junto com seu pai e seu tio, todos italianos:

[...] meu pai e meu tio Beto, porque o meu pai veio junto com o meu tio Beto, que era primo irmão, e o André Stivainin que era..., vieram os três juntos para cá. Eles compraro do Capitão Cyrillo^[123].



Família Giuseppe Sasseron (Beppe) e Marta Zavanin Sasseron e crianças: Antônio Sasseron (Paeta), Elias Sasseron, Alberto Sasseron, João Sasseron (João Grande), Maria Zavanin (Maricota). Acervo pessoal de Ana Sasseron.

A fala permite duas possibilidades de interpretação, que não podemos mais averiguar com o entrevistado, por ele não se encontrar mais entre nós: 1 - André Stivanin veio junto com seus parentes em busca de terras para comprar em Andradas; 2 - André Stivanin acompanhou seus parentes e os auxiliou a encontrar terras para comprar em Andradas.



Documento fotográfico, que laços de amizade entre os Sasseron e a Stivanin, porém do lado feminino da família. Em geral um ajudava o outro a procurar terras.

Nas entrevistas sempre há informações de laços de solidariedade e amizade entre as famílias italianas, muitas vezes emigradas juntas para o Brasil.

Não são raros casos em que informações da tradição oral de uma família completam as de outra.

No caso, vemos nesta fala informações sobre laços de amizade entre a família Sasseron e a Stivanin.

Usaremos o caso dos Stivanin para continuar contando um pouco sobre os investimentos e aquisições de terras de Andradas pelos italianos – o que, de certa forma, já começamos com a apresentação da entrevista de Ricardo Sasseron.

No dia 05/05/2018, fomos à casa da família Stivanin, onde realizamos uma longa entrevista com Zenaide Stivanin Galhardo, que conhece detalhes da trajetória de seus ancestrais da Itália até a compra de terras e fixação em Andradas.

A riqueza de detalhes não só tem raízes na preservação da tradição oral familiar, como em inúmeros documentos de seus ancestrais ainda guardados, dentre os quais um diário de seu avô italiano, Giuseppe Stivanin, irmão de André Sitivanin, o mesmo que acompanhou o pai vêneto de Ricardo Sasseron até Andradas.

O diário encontra-se em excelente estado de conservação. Nele, Giuseppe Stivanin conta minuciosamente toda a sua trajetória, desde a saída da Itália até a primeira aquisição de terras na Vila Caracol.

Descreve, também, todos os empreendimentos que o fizeram prosperar na localidade. Praticamente todo ele está em italiano.



Giuseppe Stivanin e sua esposa, Ana Casarotto Stivanin

Seguem alguns trechos que julgamos bastante ilustrativos e esclarecedores da entrevista com Zenaide:

- ▮ **Pesquisador:** *Entendi, e o que você pode falar para nós sobre as origens destes quatro lados? Por que lado você quer começar? Stivanin?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *O que eu conheço mais é Stivanin.*
- ▮ **Pesquisador:** *O que você pode falar para nós sobre a origem deles? De que região eles vieram da Itália? Quando eles vieram? Como eles vieram? Por que eles vieram?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Então, eu acho que quem tomou a decisão mesmo de vir, foi*

Santo Stivanin, que era pai do meu avô Giuseppe Stivanin. Porque ele veio com a família, eram dois irmãos, Giuseppe e André, e duas irmãs, Catarina e Luiza. E ele veio com os três e o Giuseppe ficou para trás, porque ele estava servindo o Governo ou ele precisava servir o Governo, já que eles tinham a intenção de voltar, né?

▮ **Pesquisador:** *Servir o que? O Serviço Militar?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É, é, exatamente. Ele ficou dois anos lá na Itália, depois que ele veio.*

▮ **Pesquisador:** *De que região da Itália a família Stivanin é originária?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Eles são de Vêneto.*

▮ **Pesquisador:** *Do Vêneto?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Da Comuna de Torri di Quartessolo, de Vicenza.*

▮ **Pesquisador:** *De Vicenza... E você sabe mais ou menos a data que ele veio para cá, não?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Se meus avós, meus bisavós, vieram dois anos antes, então eles vieram em 1893. Porque o meu avô chegou aqui em janeiro de 1895. Chegou em São Paulo, a família, o irmão e o cunhado dele estavam esperando lá. Ele nem passou pela imigração...^[124]*

▮ **Pesquisador:** *Nossa, vocês têm essa memória da família bem viva ainda, né?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Nós temos porque o Nono escrevia tudo, o Nono Giuseppe Stivanin, ele escrevia tudo, desde que ele saiu*

de Gênova, ele foi anotando num diário a sensação que ele tinha, por onde eles passavam, se ele estava feliz, ele foi escrevendo, tudo em italiano e a gente traduziu.

- ▮ **Pesquisador:** *É um diário de viagem?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É um diário de viagem. E depois, na mesma caderneta, ele foi anotando desde o primeiro dia de serviço dele, tudo, onde que ele trabalhou, o que que ele fez, ele e o irmão Andrea, sabe, ele foi anotando tudo, o que eles ganhavam. E depois de dezesseis anos na Fazenda do Refúgio, ele comprou o Bairrinho.*
- ▮ **Pesquisador:** *E esse diário de viagem, ele existe ainda ou não?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *existe.*
- ▮ **Pesquisador:** *Vocês têm guardado?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *tem.*
- ▮ **Pesquisador:** *Olha!*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É uma preciosidade.*
- ▮ **Pesquisador:** *Que preciosidade, hein!*

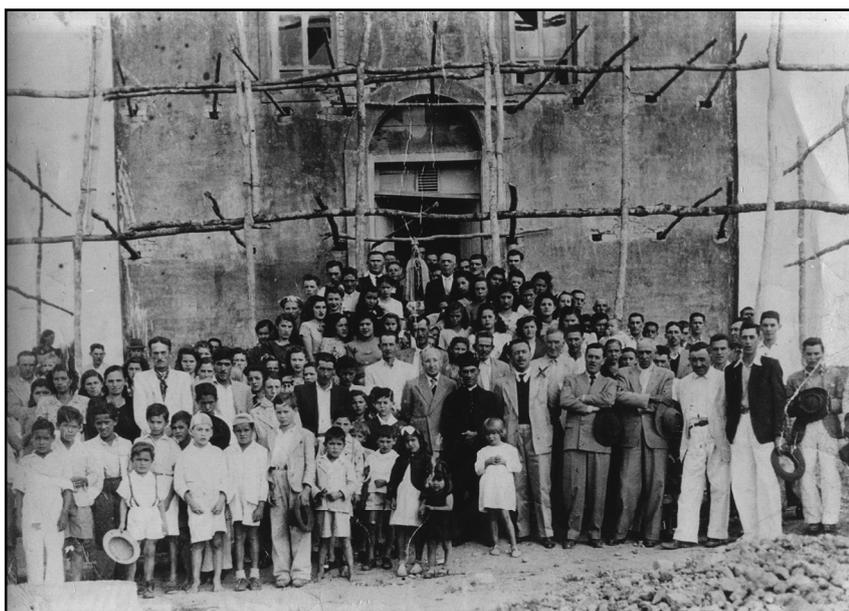
Escolhemos essa entrevista justamente pelo fato de Zenaide não só ser depositária da tradição oral familiar, como conhecer toda a documentação da família que sustenta essa tradição.

Os trechos que seguem são interessantes para mostrar as características dessa família, que veio com conhecimentos técnicos na área de construção civil, que foram muito bem aproveitados e encaixados numa

realidade brasileira carente de mão de obra especializada. Essas características ajudaram a família a ganhar o capital necessário para aquisição de terras, juntamente com o trabalho na lavoura:

- ▣ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Santo Stivanin é o nome do pai, casado com Maria Barsan. E depois... então, ele trouxe os filhos André, na língua italiana escreve Andrea, Catarina e Luiza. Agora, eu não sei se o André já veio casado, porque... mais para frente, ali no diário, o filho do André já trabalha com eles (refere-se ao diário de Giuseppe Stivanin, irmão de André). E eles eram pedreiros, na Itália. (Pesquisador: Ah! Eles eram pedreiros? - Comentário entre parênteses nosso.)*
- ▣ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É, eram pedreiros, muratore, está escrito no...*
- ▣ **Pesquisador:** *Mas eles eram pedreiros de construir casa mesmo ou eles eram aqueles uns que sabiam cortar pedra?*
- ▣ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Não, não, de construção. Tanto, que o meu avô, enquanto ele ficou na Itália, esses dois anos, ele fez curso de desenho arquitetônico. Ele tem o curso de... Diziam os meus tios, a gente não chegou a pegar... que esse pilares e os arcos da Igreja Matriz, que o Padre Mariano Garzo, que foi o construtor, ele ia lá no sítio para o meu avô explicar como que fazia, porque o meu avô já era doente, ele não podia vir para a cidade, então o meu avô ajudou na construção...*

- ▮ **Pesquisador:** *Então o seu avô ajudou a projetar a Igreja de Andradas hoje.*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É. A parte técnica, né? E de desenho também, porque ele tinha tudo guardado.*
- ▮ **Pesquisador:** *Pelo que a gente sabe, essa Igreja ai, teve mão da comunidade de imigrantes italianos toda, né?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Teve, porque foi feita em sistema de mutirão, né? Então... a mão de obra mais a capacidade de quem já tinha prática.*



Construção em mutirão da Igreja nova da Matriz pela comunidade italiana, na época do Pe. italiano Mariano Garzo. Fonte: foto do grupo “Amigos de Andradas.”

Neste outro trecho, além de informar as habilidades de construtores dos Stivanin, relata sobre os lugares onde começaram a trabalhar como tais e também os seus laços de parentesco com a família Sasseron:

- ▮ **Pesquisador:** *Ah! Que legal! Então muito do que está construído na Fazenda do Refúgio, quem fez foi o seu avô?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *O meu avô, eu digo, eles né, o André...*
- ▮ **Pesquisador:** *Eu digo muito, não tudo.*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Não tudo, não. Deixa eu te falar, o Ernesto de Oliveira, ele tinha quatro fazendas grandes e mais campos, muitos campos por aí, por essa divisa com Minas Gerais. Então tinha épocas que eles iam numa fazenda, fazer ou um encanamento, ou pintar uma casa, ou reformar, depois tinha época que eles iam para outro lugar. Então eles iam para as quatro fazendas grandes.*
- ▮ **Pesquisador:** *Era Pratinha, Refúgio, Desterro e a outra 126 eu esqueci o nome....*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Cachoeira! Cajoeira, porque o meu avô, no início ele escrevia 'cajoeira', depois que ele passou para o português.*
- ▮ **Pesquisador:** *Do lado dos Sasseron do Mamonal, a Fazenda Cachoeira fica lá do lado. Daquele Sasseron da Serra.*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É, que são parente nosso também, aquele Sasseron lá, que chama Daniel.*

Alguns outros trechos dão informações sobre o processo de aquisição de terras, bastante parecidas com as de outras entrevistas, mostrando, de certa forma, o que podemos chamar de uma espécie de padrão geral na busca e no investimento em terras. Os trechos que seguem descrevem a trajetória de Giuseppe Stivanin, desde a recepção que seu irmão Andrea e o cunhado lhes deram na cidade de São Paulo, até comprar suas terras em Andradadas:

- ▮ **Pesquisador:** *Então, de São Paulo eles pegaram o trem (Giuseppe e Andrea Stivanin, mais o cunhado - informação entre parênteses por nós encaixada a posteriori.), foram até Capinhas, e de Capinhas, provavelmente pegaram o ramal da Mogiana, que é a ferrovia que passa aqui por Espírito Santo do Pinhal e em São João da Boa Vista. E aí, ele ficou em São João da Boa Vista. Foi isso?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Eles ficaram uma semana em São Paulo. Eu acredito que nessa uma semana eles ficaram estudando a possibilidade de fazer alguma coisa em São Paulo. Mas, aí, depois de uma semana, como a família já estava aguardando eles aqui, eles vieram para a Fazenda do Refúgio, e já começaram a trabalhar como pedreiros. Eles foram aproveitados na Fazenda do Refúgio sempre trabalhando como pedreiros.*
- ▮ **Pesquisador:** *Então, eles não chegaram... você sabe se eles ficaram em algum lugar em São João, em alguma mini hospedaria em São João, esperando o Coronel? Ou se foram direto para a Fazenda?*

- ▣ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Foram direto para a fazenda, porque o meu avô fala no diário, que ele chegou na casa do pai e que a família estava aguardando ele com uma festa. Deve ser um jantar, alguma coisa assim, como todo mundo, né?*
- ▣ **Pesquisador:** *E ele então nunca chegou a trabalhar no café, sempre como construtor?*
- ▣ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Olha, eu acredito que quando não tinha serviço de construção, ele trabalhava no café também, porque, como que ele conseguia, né... e as irmãs, o resto da família trabalhava também, né?*
- ▣ **Pesquisador:** *Ele ficou quantos anos na Fazenda do Refúgio?*
- ▣ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Dezesseis anos.*
- ▣ **Pesquisador:** *Dezesseis anos e juntou um dinheirinho. Como ele ficou sabendo de terra aqui em Andradas? Como ele veio parar em Andradas? Você sabe?*
- ▣ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Porque o irmão dele, Andrea, comprou um pouco antes, uma ano antes, mais ou menos, comprou um sítio aqui. E antes do André, outros italianos que moravam na Fazenda do Refúgio, também compraram. Dizem, não sei se é verdade, que pela distância da cidade, você sabe quem veio primeiro. No caso nosso aqui, seria, então, os Trevisan, né? Depois teve o Campanari, depois teve os Stivanin, os Sasseron, os Campesi, os*

Batistão, os Zavanin, e depois os Stivanin, irmão, né, o José, que veio dois anos depois.

- ▮ **Pesquisador:** *Entendi. Então teve o irmão que comprou terras antes dele aqui. Você sabe como que eles ficaram sabendo dessas terras? Se algum fazendeiro em São João funcionou como corretor. Quem contou que tinha terra pra vender aqui em Andradas?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Os próprios italianos que moravam aqui na cidade. Eles tinham parentesco, então eles foram contando, então quando sabiam que tinha um sítio e a pessoa já tinha o dinheiro, eles vinham... o meu avô comprou o sítio pequeno, depois foi comprando em volta...*
- ▮ **Pesquisador:** *Então, o nome do sítio que o seu avô comprou é o...?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Bairrinho.*
- ▮ **Pesquisador:** *Bairrinho. Em que região de Andradas fica essa terra hoje?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Hoje? Na Serrinha.*
- ▮ **Pesquisador:** *Na Serrinha?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É. E a Santa Luzia, aqui, na Serrinha.*
- ▮ **Pesquisador:** *Em que época, mais ou menos, ele comprou? No começo do século XX?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *1911. Eles vie-*

ram em outubro de 1911, eles vieram pra cá. Com quatro filhos pequenos. Meu avô, novo ainda (o Giuseppe Stivanin - Comentário entre parênteses nosso.), né? Meu avô e minha vó e quatro crianças pequenas. E o meu pai, ele chegou aqui, e o meu pai nasceu logo depois.

As atividades produtivas desenvolvidas por esses vênets no Sítio Bairrinho também são características; podem mesmo ser apontadas como comuns na região.

Zenaide as descreve bem ao falar das reformas e restaurações que a sua família fez nas estruturas da propriedade de seu avô, Giuseppe Stivanin. É um poético exemplo de apropriação da história familiar por meio do contato com a cultura material – no caso, produzida pelos próprios ancestrais:

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Na verdade, nós começamos a conhecer bem mesmo o nosso avô, nossa avó e os tios também, os irmãos do meu pai, através dessa reforma, você entende? Porque aí, você foi ver, o moinho, tem a data quando ele construiu o moinho. Foi uma das primeiras coisas que ele fez quando ele chegou lá. Pra fazer o moinho ele fez o açude, teve que canalizar água, certinho, tudo, né?*

▮ **Pesquisador:** *Tinha que ter o fubá, né?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Tinha que ter o fubá! E ele fez o monjolo, né? Que o monjolo ajudava na criação dos porcos, essas coisas.*

E, depois então, ele começou a plantar, ele chegou e já plantou café e uva. Já tinha café lá...

▮ **Pesquisador:** *Isso que eu queria perguntar para você: que atividades esses Stivanin começaram a desenvolver em Andradas. Já tinha café lá e ele continuou tocando o café?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Já tinha café. E na Fazenda do Refúgio eles já trabalharam com café, tanto que o lavador de café da Fazenda do Refúgio, que foi o meu avô que fez, ele fez um igualzinho aqui no sítio.*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Já tinha café. E na Fazenda do Refúgio eles já trabalharam com café, tanto que o lavador de café da Fazenda do Refúgio, que foi o meu avô que fez, ele fez um igualzinho aqui no sítio.*





Sistemas de lavagem de café que Giuseppe Stivanin e seus parentes fizeram na Fazenda do Refúgio e que reproduziram em sua propriedade.

A sequência dessa entrevista mostra o ponto de inflexão, quando Giuseppe Stivanin transitou da agricultura tocada pela mão de obra familiar para uma escala produtiva maior, em que ele tornou-se o empregador de não familiares.

Não parou por aí: uma vez atingida a posição de produtor de café de médio porte, decidiu tornar-se o intermediário entre os produtores locais e os compradores de café no Porto de Santos:

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Seguindo o livro dele, no início ele não tinha meeiro, tinham as famílias que moravam lá e que ele pagava por dia. Então, hoje, fulano de tal: plantar uva, plantar café, limpar catingueiro, essas coisas tudo. Então, vai seguindo e vai vendo o que eles fizeram. Então, ele começou*

a plantar café. Quando ele começou a produzir mais café, ele achava que não estava certo o intermediário, que no caso era o nosso tio, Pedro Campesi, que tinha a máquina de café ali nos Campesi. Então o que que ele fez? Ele comprou e montou a máquina dele.

▮ **Pesquisador:** *De café...*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *De café. Ah... não foi muito tempo não, uns quinze anos depois que ele veio para Andradas....*

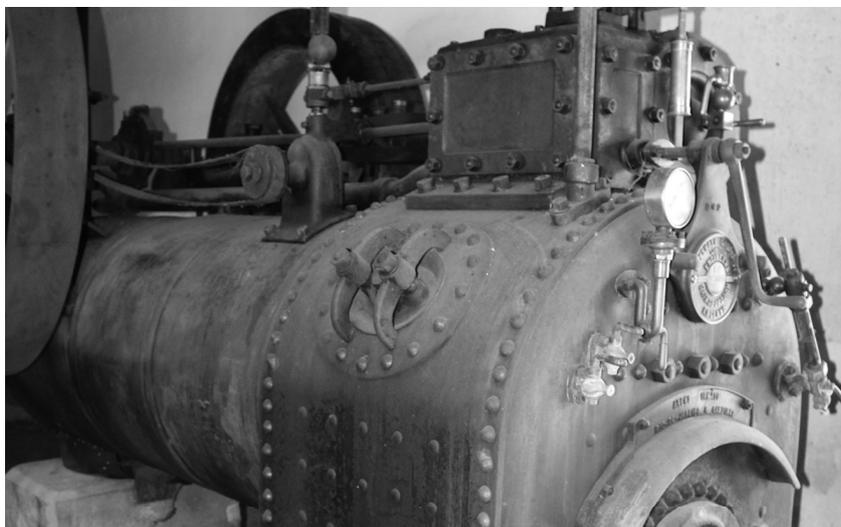
▮ **Pesquisador:** *Era máquina a vapor ainda?*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É! Tem lá a locomotiva. Ele comprou essa locomotiva numa fazenda perto de São João da Boa Vista...*

▮ **Pesquisador:** *Olha! Isso é legal de tirar foto! É uma raridade de máquina!*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É, raríssimo! Quem vai lá acha um fenômeno. E aí, diz que eles contrataram um carretão, com quinze juntas de bois e vieram andando, devagarzinho e com a locomotiva em cima do carretão. Diz que chamava a atenção, que o povo, assim, ia para a estada pra ver eles passar com aquele carretão, com o vapor em cima. Ai depois ele comprou a máquina de café em São Paulo, e a fábrica lá mandou técnico pra montar a máquina de café. Tem todos os documentos aí. Todos não! Tem muito documento, que indica os nomes das ruas...*

- ▮ **Pesquisador:** *Com essa máquina, ele passou a ser o intermediário, também.*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *É, aí ele começou a exportar... exportar não! Vendendo direto em Santos. Então, ele levava uma semana para ir até Santos e voltar de trem.*
- ▮ **Pesquisador:** *Então, ele usava a ferrovia de Espírito Santo do Pinhal?*
- ▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Exatamente. Aí ele começou mandando o café dele, depois ele começou mandando o dele o os dos meeiros, nessa época ele já tinha meeiro. Então ele comprava dos meeiros, limpava, mandava de carroça até Pinhal e depois, de lá...*



Locomotiva a vapor para mover máquina de beneficiar café, comprada de uma fazenda de São João da Boa Vista - Foto do Circolo Italiano di Andradas.



Locomotiva a vapor para mover máquina de beneficiar café, comprada de uma fazenda de São João da Boa Vista - Foto do *Circolo Italiano di Andradas*.

Nesse grau de desenvolvimento da empresa agrícola criada por Giuseppe e sua família, ele começou a necessitar terceirizar alguns serviços, como o do transporte do café, que mandaria para Santos até a Estação Ferroviária de Espírito Santo do Pinhal.

Suas atividades produtoras passaram a sustentar certo número de carroceiros, que lhe prestavam esse serviço de transporte:

▮ **Pesquisador:** *E esse transporte de carroça até Pinhal? Ele tinha as próprias carroças, ou ele contratava carroceiros, porque eu peguei entrevistas com outras famílias, em*

que há vários italianos que se dedicavam a atividade de carroceiros...

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *Não, ele contratava, contratava. Tem tudo anotado ali, quem eram os carroceiros... Eu conheci um, que morava em frete a minha casa, quando eu morava aqui na Eduardo Amaral, que ele puxou café com o meu avô. Ele mudou lá, ficou sabendo que eu era Stivanin, ele me chamou e me contou a história. Ai, ele disse, também, que na época os carroceiros comentavam entre eles, que no muro de pedra, lá, tinha um cofre onde o meu avô guardava dinheiro. Então, essa história corria entre os carroceiros que trabalhavam para o meu avô. (Risos) E eu falei que se tem mesmo, nós não sabemos, porque nunca ficamos sabendo. E se fosse verdadeiro ele teria falado para o meu pai, que morava junto com ele, né?*

▮ **Pesquisador:** *Então, esse serviço de transporte do café, que ele produzia, até a Estação Ferroviária de Espírito Santo do Pinhal, ele terceirizado para carroceiros aqui da região.*

▮ **Zenaide Stivanin Galhardo:** *E depois essas carroças vinham carregadas de produtos que vinham de Pinhal, aqui pro comércio da cidade. E pro meu avô, que eles traziam o açúcar, traziam as coisas, que ele precisava fazer o vinho...*

Em paralelo à produção de café, Giuseppe Sti-

vanin também manteve a produção de vinho. Na propriedade, ainda há a adega, ao lado da máquina de café que construiu, ambas extremamente bem preservadas e restauradas. Uma infraestrutura praticamente congelada no tempo, um museu a céu aberto. O vinho também era transportado pelos carroceiros até Espírito Santo do Pinhal, em cartolas de cem litros, que eram mandadas pela ferrovia para São Paulo, Jundiá, Amparo (perto de Pedreiras) e Rio Claro. Há vários testemunhos orais de imigrantes italianos não tão afortunados como Giuseppe Stivanin, que, dedicando-se à atividade de carroceiros, ganharam a vida ou complementaram a renda de seus pequenos sítios.



A profissão de carroceiro era regulamentada e exigia carteira de habilitação. Como a desse Brasileiro eram as carteiras de habilitação de muitos carroceiros italianos e descendentes. Acervo pessoal de Márcia Manzoli.

Muitas vezes, essa profissão era ensinada para os filhos. Por muitos anos estes personagens cruzaram as divisas de Minas e São Paulo em um vaivém de carroças, ora em Andradas, ora em Pinhal.

Carroças que, aos poucos, foram sendo substituídas por caminhões, principalmente depois que as ferrovias foram desmontadas pela política desenvolvimentista do Governo JK, nos anos de 1950.

A desativação e desmontagem da fabulosa malha ferroviária, que foi construída no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, não foi somente um capricho político de JK, após a crise de 29 e passado os anos de ouro do ciclo cafeeiro, as receitas das ferrovias começaram a ficar deficitárias em relação às despesas para sua manutenção, dando ensejo para o famoso slogan de desenvolvimento industrial brasileiro, os “50 anos em 5”, desmontar as ferrovias, construir uma malha de estradas asfaltadas e promover a indústria automobilística, de montagem em sua maioria.

Exemplo desses incansáveis carroceiros em estradas ora poeirentas, ora lamacentas, subsídios pelo caminhão e pelo asfalto, são recorrentes em vários testemunhos orais que coletamos em 2018, a saber de representantes das famílias Betella (Dona Júlia Betella Furlan, 98 anos), Ansani (entrevista com Eugênio An-

sani de Oliveira, 94 anos) e Bressanin (entrevista com Vivaldi Bressanin) e etc.

Vejamos o caso dos pais de Júlia Betella Furlan, que eram italianos de Brescia – ‘Bresser’, na fala dela – que vieram para o Brasil num navio a vapor chamado Candestrino.

José Betella saiu da Itália com dezoito anos e foi para Argentina antes de vir para o Brasil:

- ▮ **Dona Júlia:** *Eles foro morá lá nos Oliveira, nos antigo, lá...*
- ▮ **Pesquisador:** *Em São João da Boa Vista? As fazendas dos Oliveira em São João?*
- ▮ **Dona Júlia:** *Não, veio aqui em Andradas memo.*
- ▮ **Pesquisador:** *Eles vieram direto para Andradas?*
- ▮ **Dona Júlia:** *E chegô aqui, meu pai trabalhava na roça, né? Uns tempo, né? Não sei quanto tempo, eu num lembro. Aí, depois ele comprô uma carroça e ele comprô uma chacrinha aqui, que hoje é a Vila Betella. Mas era um pedaço até pequeno, né Luís, você conhece. E ele foi morar lá. E lá minha mãe teve quatorze filho, tudo na mema casa. E casaro e sairo de lá tudo casado [...] lá naquela chácara. E ele plantou parreira.*
- ▮ **Pesquisador:** *Ah! Parreira. Qual uva, você sabe, ou não?*

☞ **Dona Júlia:** *É, parreira. Eu vô chega lá, né? Eu comecei do começo pra depois eu alembrá, senão depois eu esqueço.*

☞ **Pesquisador:** *Está certo.*

☞ **Dona Júlia:** *Ai, depois lá da chacra, ele começô... os filho foro cresceno, trabalhava, tocava a chacrinha e meu pai comprô uma carroça. Ai, aqui num tinha caminhão. Então, vinha mercadoria pras venda, vinha tudo de Pinhar.*

☞ **Pesquisador:** *Ah! De Pinhal?*

☞ **Dona Júlia:** *É. O meu pai ia buscá cum a carroça, ai chovia muito aquela época, dava enchente e as veis num podia nem passá, porque num tinha ponte, era pinguela pra passá daqui pra Pinhar, naquela época. E ele trazia mercaduria nas venda aqui: o Berto Cassetari, tinha o João Nhola, o Berto Nhola, naquela época. Tinha, acho, que só quatro venda. O resto, não tinha nada aqui. Casa tamém muito poca. A igreja era de tábua. E tinha muito poca coisa.*

☞ **Pesquisador:** *Ele fazia, então, o trabalho de transporte.*

☞ **Dona Júlia:** *É. Ai ele fazia transporte de lá pra cá, de Pinhar pra cá. E depois ai, ele foi trabalhano, os filho trabalhano, ele comprou uma chacrinha lá perto da Sovis, lá da Igrejinha de Cipriana, lá, e plantô café, mas pedaço pequeno. E a chacrinha ali, ficamo ali. Cresceu tudo ali e já morreu todos. Só ficou*

eu de resto, eu sou a urtima. E ele, quando ele num podia mais trabalhá com a carroça, os filho que tocava o cafezinho, que tocava a parrera, ele vendia o vinho, né? Tinha a adeguinha dele lá, na casa, perto da casa, que tá lá até hoje a casa. Ele vendia o vinho pra... esqueci o nome... vendeu tamém pro Pagani, vendeu primeiro... até meio parente dos Basso, aí, esqueci o nome... E o Pagani começou a comprar o vinho dele [...].

▮ **Pesquisador:** *Então ele que abastecia todo o comércio de Andradas por carroça. E ele trazia essas mercadorias de onde? Do terminal ferroviário?*

▮ **Dona Júlia:** *É. E lá eles tinha um rancho, na saída de Pinhar, até pocos ano ainda tinha, que quando eu ia pra Pinhar eu via e falava: aí que meu pai durmia. Ai, quando chovia muito, não podia passar a carroça dentro do rio, com a mercaduria, então eles tirava a mercaduria de dentro da carroça, ponhava naquele rancho, que era próprio par eles, pros carrocero, e ai esperava a enchente abaxá, ai tocava a tropa, eles falava, né? Pra passá do lado de cá do rio, e ai eles passava na pinguela tuda a mercadoria, passava pro lado de cá, ponhava na carroça pra vim embora. As veis eles ficava lá uns par de dia parado, praque num podia atravessá o rio, né, até que não abaxasse. Não podia tocá os animar pelo rio, né?*

▮ **Pesquisador:** *É o Rio Jaguari?*

▮ **Dona Júlia:** *É o Rio Jaguari!*



Colheita de uva jacquez, cachos acondicionados em barris, também chamados de cartolas de 100 litros. Eram puxados por carroças. Acervo pessoal de Márcia Manzoli.

O caso do pai e da mãe de Dona Júlia é o mesmo de muitos outros imigrantes italianos, ele não sabia ler e escrever, como ela salienta na entrevista, ao mesmo tempo que ressalta o esforço no trabalho e a honestidade. No geral, parece-nos que foram melhor sucedidos financeiramente os italianos que vieram com algum tipo de instrução, como nos casos de Giuseppe Stivanin, de Modesto Stella e de Santi Borghese. Porém, tal afirmação não é uma regra. De qualquer forma há uma valorização prática do conhecimento nessa comunidade descendentes de imigrantes, bastante ligada a aquisição de terras e construção de um patrimônio, José Rovaron Sobrinho, por exemplo, sempre salientava a importância das “quatro contas”, para planejar

custos e gastos, ganhar dinheiro e não ser passado para trás. Esse era o conhecimento mais importante, na opinião dele. Voltando aos temas de transporte e comércio, durante muitos tempo, tanto os italianos e descendentes quanto os brasileiros da região de Andradadas, sonharam com uma estação de trem na Vila Caracol, como a que existia em São João da Boa Vista e em Espírito Santo do Pinhal. Apesar de a maioria dos imigrantes italianos dos primeiros tempos terem vindo das terras de São João, a estação ferroviária mais próxima e que passou a drenar a produção e abastecer comércio local foi a de Espírito Santo do Pinhal, terminada em 1889, três anos depois da de São João da Boa Vista, como já dissemos anteriormente.

Os moradores da localidade, brasileiros e italianos, imaginavam como uma estação ferroviária própria facilitaria a vida e faria a cidade prosperar ainda mais. Sonharam tanto que, cansados de sonhar, resolveram tentar fazer o sonho virar realidade.

IMIGRANTES, DESCENDENTES E BRASILEIROS UNINDO-SE E INVESTINDO EM FERROVIAS

No começo do século XX havia na Vila Caracol um jornal chamado *O Popular*. No dia 20 de junho de 1925, nele foi publicado o que, numa olhada rápida e apresada, parece um artigo estranho, trazendo o gerente-redator Tertuliano de Oliveira e o redator Nylo Alves como responsáveis pelo texto: “*Estrada de Ferro de Caracol*”.

Na verdade, tratava-se das atas de fundação e dos estatutos da recém-criada Companhia de Estradas de Ferro Caracol, com a informação do montante do capital social (“mil e quatrocentos e quarenta e um contos de réis do capital montante do prospecto”), do número de ações e apresentando a lista de acionistas com a respectiva participação de cada um.

O exemplar de que dispomos está bastante deteriorado, dificultando a leitura e a extração dos dados^[125].



Sentados: Santo Stivanin, Maria Vazan Stivanin, e em pé: Antonio Alves, Luisa Tonon, Andre Stivanin, Giuseppe Stivanin, Catarina Stivanin

Mesmo assim, ao que parece, a empresa foi criada no formato de sociedade anônima, de acordo com os ditames da legislação do final do século XIX, ainda em vigor na época.

Era uma época em que o desenvolvimento normativo/legal estava relativamente bem desenvolvido dentro de uma perspectiva capitalista financeira, que vinha sendo idealizada e discutida pela elite brasileira desde a época do Império, após a lei que promoveu a liberação geral da cobrança de juros, em 1838^[126].



Ata da Assembleia definitiva da Companhia de Estrada de Ferro Caracol

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco, convocados previamente pelo O Popular, desta Cidade de Caracol, em seu número de três de Maio do corrente ano, compareceram no Teatro Variedades, na rua Coronel Oliveira, os subscritores desta companhia, abaixo assinados [...]

Achando-se sobre a mesa os documentos legais re-

lativos à constituição desta sociedade, o Presidente mandou que eu fizesse a leitura de cada um deles. (...) foram todos estes documentos sujeitos a discussão, observando o Presidente que a disposição dos Estatutos não podiam ser modificadas na presente Assembleia e sim em qualquer outra assembleia extraordinária, que depois de organizada a presente sociedade fosse convocada para este fim a não ser que, na presente reunião qualquer modificação reunisse a unanimidade dos votos. Não havendo quem pedisse a palavra, foram os documentos submetidos à aprovação, havendo sido aprovados por unanimidade.

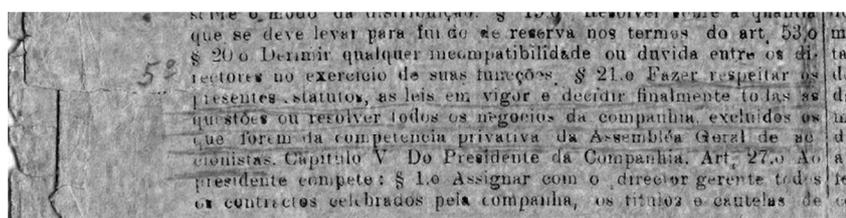
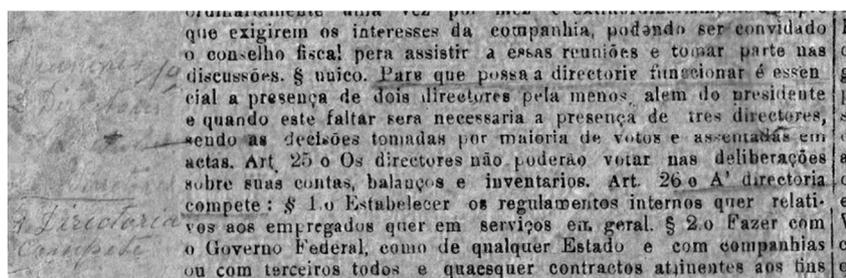
Diante dessa votação, o presidente ordenou que eu transcrevesse nesta ata os referidos estatutos e a dois recibos e declarou constituída a presente sociedade, congratulando-se com os presentes, pelo êxito alcançado pela iniciativa dos fundadores da presente companhia. O estatutos aprovados são os seguintes: [...]

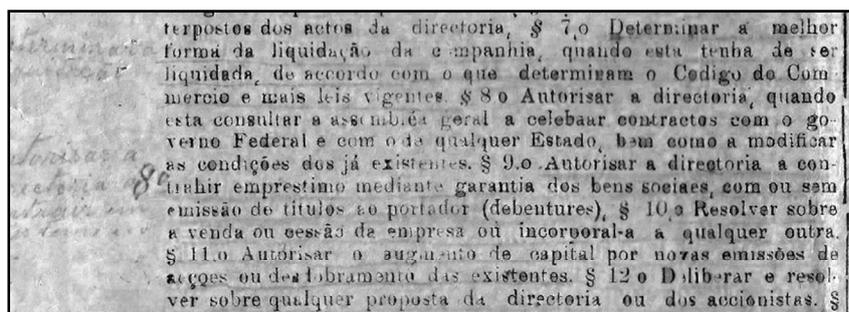
A publicação, tanto da ata de fundação como dos estatutos da Companhia Estrada de Ferro Caracol, foi feita para cumprir as determinações do §9º do Art. 26 dos mesmos:

§9º. Fazer o anúncio prévio do art.147 do decreto 434 de Julho de 1891 e a publicação pela imprensa do balanço, relatório e parecer do conselho fiscal até a véspera da Assembleia, e promover todas as publicações legais.

Portanto, essa publicação no jornal O Popular foi feita para cumprir uma determinação legal válida em escala nacional. O primeiro exemplar deste jornal que encontramos é do acervo particular da família Stivanin. Ele pertenceu a Giuseppe Stivanin, que tinha interesse na empresa, pois sua família havia investido em 125 ações dela.

É possível imaginar Giuseppe recebendo ansioso o jornal na fria manhã de 20 de junho de 1925, época das geadas, das festas juninas e dos terços nas roças, que sempre acabavam com muita comida. Giuseppe não só leu o jornal, como grifou as partes do texto que mais lhe interessaram, deixando anotações a lápis na margem esquerda. Elas estão quase apagadas hoje. Seguem três recortes como o exemplo.





Todos os trechos são referentes a mecanismos administrativos da empresa, o que, para uma pessoa de espírito empreendedor como Giuseppe Stivanin, era assunto de interesse, afinal vários nomes de sua família constam na lista de acionistas. Muito provavelmente, seu interesse também se deve ao fato de que uma estação ferroviária na cidade abaixaria os custos de transporte de suas produções de café e vinho e, por consequência, aumentaria os lucros do que produzia em sua propriedade.

Segue abaixo a lista dos acionistas da família Stivanin – lista que, por ora, foi possível levantar, em face das limitações impostas pelo estado de conservação do documento:

Santo Stivanin	25 ações
João Stivanin	25 ações
Júlio Stivanin	25 ações
Antônio Stivanin	25 ações
Ricardo Stivanin	25 ações
Total de ações	125 ações

Ao todo, com as limitações de leitura do jornal, contabilizamos 82 acionistas com sobrenomes luso-brasileiros, detendo 4.197 ações, e 68 acionistas com sobrenomes italianos, detendo 2.843 ações. Tais quantitativos foram retirados da referida lista de acionistas do jornal, que segue reproduzida no Anexo 3 ao final deste trabalho.



Brasileiros e italianos uniram-se na tentativa de construção da Estrada de Ferro Caracol. O patriarca da família Lanzani veio para Andradadas para ajudar na construção dessa ferrovia.

Numa entrevista feita em 23 de janeiro de 2019, Ermenegildo Lanzani e Maria Faustina Lanzani Trevisan, dão testemunhos sobre os preparativos para a execução da obra às vésperas da grande crise de 1929:

- ☞ **Ermenegildo Lanzani:** *A nossa família... o meu pai (Mario Lanzani - Informação entre parênteses nossa.) veio de Orzi Nuovi, Região da Lombardia, Província Bresser ou Bréscia, né? E ele veio para Andradas para acompanhar um engenheiro, que foi contratado para fazer a Ferrovia que ligaria Espírito Santo do Pinhal à Andradas.*
- ☞ **Entrevistador:** *Ferrovia do Caracol?*
- ☞ **Ermenegildo Lanzani:** *Ferrovia do Caracol. E como a obra não foi terminada, não aconteceu, né? Ele ficou na região e o engenheiro, que se chamava Otolino Valini, foi embora para o Rio de Janeiro.*
- ☞ **Maria Faustina Lanzani Trevisan:** *E o nosso pai adquiriu um propriedade aqui em Andradas e ficou por aqui mesmo.*
- ☞ **Entrevistador:** *Falando um pouco mais da Estrada de Ferro, se você tiver informação, né? Ela chegou a ser iniciada, tem alguns resquícios da estrada de ferro aqui, né?*
- ☞ **Ermenegildo Lanzani:** *Tem, inclusive, esses tempos pra traz, o Rufino, o Geraldo Rufino, eu falei pra ele que ele tinha uma chácara aqui embaixo, que tinha um valo assim, que eles falavam que era por onde ia passar a estrada de ferro, os dormentes.*
- ☞ **Entrevistador:** *Chega até aqui perto dos Stauti, por ali, não é?*
- ☞ **Ermenegildo Lanzani:** *Chegava aqui perto da Vila Betella aqui, é.*

- ▮ **Entrevistador:** *E você sabe as razões por que não teve andamento a estrada de ferro?*
- ▮ **Ermenegildo Lanzani:** *Não, quanto a isso eu não sei nada.*
- ▮ **Entrevistador:** *Porque isso foi próximo da grande depressão de 29, não é isso? Seu pai veio para o Brasil quando? Em que ano?*
- ▮ **Fala conjunta de Ermenegildo Lanzani e Maria Faustina Lanzani Trevisan:** *1923 a 1924.*
- ▮ **Ermenegildo Lanzani:** *A data precisa eu não sei.*
- ▮ **Entrevistador:** *Então quando ele veio, ele veio diretamente aqui para Andradas, para servir, então, os trabalhos da estrada de ferro.*
- ▮ **Ermenegildo Lanzani:** *Ele veio acompanhar esse engenheiro, porque ele estudou, lá Itália, agrimensura, quando ele veio para o Brasil.*
- ▮ **Entrevistador:** *E você sabe os motivos porque ele resolveu sair de lá? Foi por um bom emprego? Foi alguma outra razão para ele ter vindo para cá?*
- ▮ **Maria Faustina Lanzani Trevisan:** *Segundo eu soube, é porque ele começou a se envolver, lá, com política, e meu avô (Luigi Lanzani - Informação entre parênteses nossa.) preferiu então que ele sáisse. Foi naquele tempo lá dos fascistas. Então meu avô preferiu, gostou, que ele viesse para o Brasil, sáisse daquele meio lá. Ele tinha acabado de sair da Primeira Guerra e ia se envolver lá.*

Mário Lanzani participou da Primeira Guerra como voluntário, porque tinha só 17 anos à época.

As questões políticas com o fascismo não ficam muito claras nas lembranças dos entrevistados, mas foram o principal motivo que fizeram Lanzani vir para o Brasil, onde acabou se engajando na construção da Estrada de Ferro Caracol.

A intenção era vir à América e voltar quando a situação política estivesse menos tensa na Itália, mas ele voltou apenas para informar à família que ficaria de vez no Brasil.

Aqui, comprou partes de terras do Coronel Ernesto Barbosa, casou-se em 1939 com Quiora Faustina, desenvolveu inúmeras e diversificadas atividades, testou vários tipos de cultura, fazendo experiências até com o bicho da seda, prosperou e deixou descendência.

Outros parentes vieram na época da Segunda Guerra Mundial. Portanto, apesar da iniciativa da fundação da Companhia de Estrada de Ferro Caracol ter sido da elite luso-brasileira, em particular da família Oliveira de Andradas, ela também contou com o apoio maciço da comunidade de italianos e descendentes.

A diretoria foi composta por: Antônio Augusto de Oliveira como diretor-presidente, João Contin (este de família italiana), como diretor-gerente, Jorge Dias de

Oliveira como diretor técnico e, por fim, Adolpho Magalhães como diretor-vogal.

Esse era o engenheiro chefe, informado no jornal O Popular. O engenheiro citado como chefe por Ermenegildo Lanzani, Otolino Valini, provavelmente fazia parte da equipe técnica.

Como é possível notar, a elite local se aliou à colônia imigrante para tentar trazer um ramal da Estrada de Ferro Mogiana para Andradadas.

Porém, tanto brasileiros quanto italianos foram frustrados pela crise de 1929, que fez o sonho desaparecer e muitos ficarem no prejuízo. Os leitos para deitar os trilhos até foram abertos, mas a estrada de ferro não chegou a ser construída.

Por fim, terminamos este ensaio histórico e literário com as palavras do título desta parte do livro: De substitutos mais baratos da mão-de-obra escrava, os imigrantes italianos em Andradadas tornaram-se proprietários e empreendedores.

Transformaram o município numa região de pequenas propriedades, tocadas pela laboriosa mão-de-obra familiar do imigrante italiano, acostumado com a policultura e por vezes poupador ao extremo, chegando ao exagero nos casos pitorescos de algumas histórias.

Acreditamos ser possível afirmar que a imigração italiana, em Andradas, contribuiu com a construção de uma sociedade com maior distribuição fundiária e de renda, com menos pobreza e com maior qualidade de vida.

Os italianos chegaram, uniram-se aos locais e fizeram a prosperidade e riqueza da terra.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS



HONRA AO MÉRITO DO CIRCOLO ITALIANO DI ANDRADAS -MG E SEUS APOIADORES

Este livro foi possível graças a pessoas abnegadas que compõem a associação sem fins lucrativos *Circolo Italiano di Andradas - MG*, reativada no ano de 2020, com o apoio da então prefeita Margot Pioli.

Desde então, os membros da instituição formam um grupo coeso por laços de amizade e pela comum paixão pela História da Imigração Italiana, não só de Andradas, como de regiões vizinhas do Sul de Minas e das cidades paulistas que fazem divisa com o município, situadas no Oeste Paulista, outrora terra de barões do café e de colonos italianos.

Além da luta pela publicação desta obra, a abnegação do grupo manifesta-se no dispêndio de esforços em trabalhos voluntários e doações do próprio bolso, para dar continuidade aos trabalhos de pesquisa e montagem de um banco de dados sobre o assunto, destinados a permitir a descoberta de novas perspectivas sobre a grande jornada que foi o movimento migratório dos italianos para a cidade.

A fonte desses esforços não é outra senão o amor pelo conhecimento, pela história dos antepassados e pela identidade de brasileiros descendente de imigrantes italianos.

Há pouco o Circolo ficou responsável pela administração da Casa da Memória de Andradas. Tem trabalhado voluntariamente, na organização de documentos históricos, na construção de um ar-

quívoo físico e na digitalização de documentos disponibilizados publicamente no site <http://circoloitalianodiandradas.org>, em constante atualização.

Pelo fato de a imigração italiana em Andradadas interligar-se com a de São João da Boa Vista - SP, Espírito Santo do Pinhal - SP, Águas da Prata - SP e Poços de Caldas - MG, documentos coletados nessas localidades fazem parte do acervo digital.

O registro de entrevistas orais em gravações é outra frente de ação que busca preservar o que ainda resta da tradição oral sobre a “Grande Imigração” porque, infelizmente, muitos italianos e descendentes, que tinham a história de suas famílias viva na memória, já se foram.

Portanto, este livro foi gestado nesse ambiente proativo do *Circolo Italiano di Andradadas* e contou com a ajuda de seus membros para chegar às famílias ligadas ao fenômeno histórico da Grande Imigração.

Algumas das memórias de famílias de descendentes – dos filhos, netos e bisnetos de italianos – e documentos particulares, hoje são parte do livro, na forma de transcrições de entrevistas e ilustrações, graças ao auxílio do *Circolo Italiano di Andradadas*. Em outras palavras, o autor da presente obra só teve acesso a esse material, graças à ajuda desta instituição e das famílias que lhe abriram as portas de suas casas, recebendo-o carinhosamente, com mesas fartas de boa comida e café, onde, abancando-se, contaram-lhe suas histórias.

Quanto aos apoios institucionais, lembramos o dado ao *Circolo* pelo *Consulado Italiano em Minas Gerais*. A “*Ponte Entre Culturas*” deve ser lembrada por ter transformando a pesquisa que deu origem ao livro no IX Seminário de Imigração Italiana em Minas Gerais, e por ter financiado a primeira revisão e um ensaio de capa da obra, que foi reutilizada para a folha de rosto por Luiz Mota, artista plástico, diagramador e técnico especializado no tratamento de imagens, contratado pelo *Circolo*.

Quanto aos esforços de trabalho humano e financeiros, notem que a quase totalidade do apoio cultural foi feito pela iniciativa privada, o que demonstra o interesse da população pelo tema e seu engajamento nesta publicação.

O mérito das instituições e empresas que patrocinaram este livro, também é expresso nos créditos e logomarcas, que estão registrados na parte referente aos patrocinadores e parceiros.

Todos, e cada qual, merecem ter seus méritos reconhecidos.

Muito obrigado!





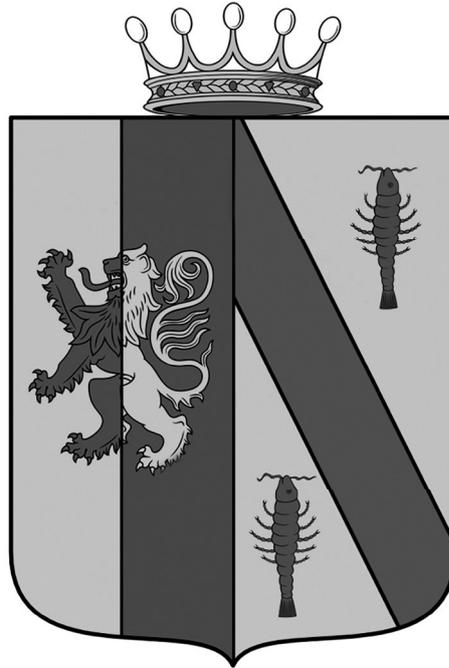
Família
BASSO

Comune de origem: Bolzano Vicentino

Província: Vicenza

Região de origem: Veneto





Família
BELLOTTO

Comune de origem: Colle Umberto

Província: Treviso

Região de origem: Veneto





Família
BUSATTO DE SALZANO

Comune de origem: Salzano

Província: Venezia

Região de origem: Veneto





Família
CARLIN

Comune de origem: Candiana

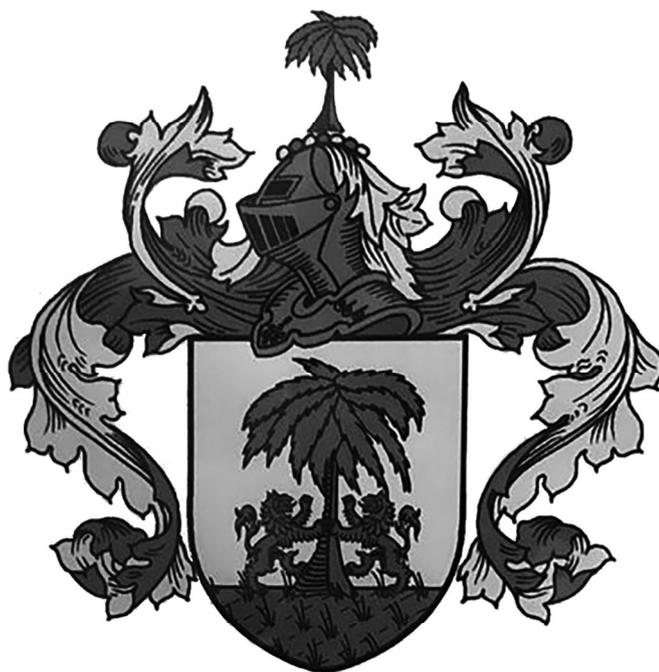
Província: Padova

Região de origem: Veneto



1





Família
CASAROTTO

Comune de origem: Fimon
Província: Vicenza
Região de origem: Veneto





Família
LOGATTO

Comune de origem:

Província: Campo Basso

Região de origem: Molise





Família
MARCON

Comune de origem: Morastica

Província: Vicenza

Região de origem: Veneto





Família
MOSCONI

Comune de origem: Careggine

Província: Lucca

Região de origem: Toscana





Família
MUTTERLE

Comune de origem: Longare

Província: Vicenza

Região de origem: Veneto





Família
ROVERAN

Comune de origem: Albettone

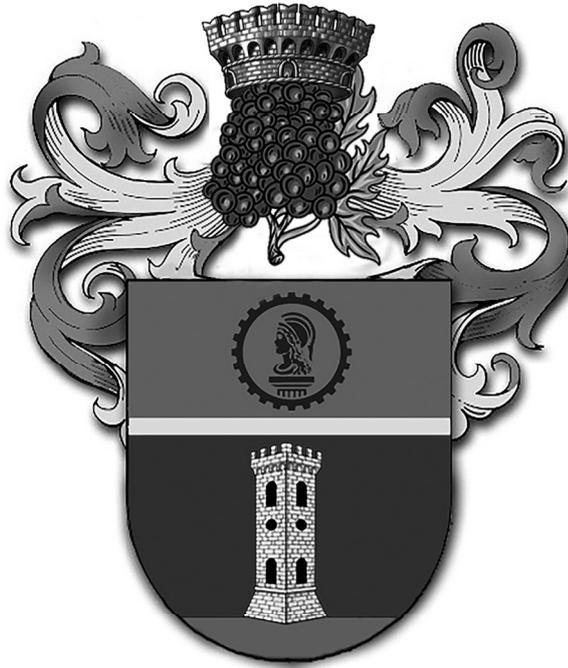
Província: Vicenza

Região de origem: Veneto

Alteração significativa
do sobrenome

no Brasil: Rovaron





Família
STIVANIN

Comune de origem: Torri di Quartesolo

Província: Vicenza

Região de origem: Veneto





Família

TONON

Comune de origem: Conegliano

Província: Treviso

Região de origem: Veneto





Família
TREVISAN

Comune de origem: Muzzana Del Turgnano

Província: Udine

Região de origem: Friuli-Venezia Giulia



ANEXO I

Lista de sobrenomes *Italianos do Circolo Italiano di Andradas*. – Nem todos os sobrenomes da lista tem a proveniência comprovada, por isso os campos ainda vazios. Podem ainda haver erros nas grafias de alguns sobrenomes.

ORIGEM DAS FAMÍLIA ITALIANAS DE ANDRADAS				
Siglas: "C" – significa "cerca de" ou "aproximadamente". São casos em que ainda não há certeza absoluta sobre a origem.				
Sobrenome	Província	Comune	Região	Abrasilei- ramento e Observações
Abacchioni				
Albergoni	C - Bergamo	Pignolo	Lombardia	
Alberti	Padova	Cadoneghe	Veneto	
Albiero	Vicenza	Montorso Vicentino	Veneto	
Albinelli				
Alborghetti	Brescia	Rovato	Lombardia	
Amorisi				
Andreoli	Verona	San Bonifácio	Veneto	
Angelo				
Annachini				
Anzani	Como	Mariano Comense	Lombardia	Ansani
Arezsci				
Arquã				
Baccheri				
Bailoni				
Baldassari				
Balzi				

Bandiera				
Banin	C - Treviso		Veneto	
Barbetto				
Barbieri	Vicenza	Moticello Conte Otto	Veneto	
Baroni	C - Caserta		Campania	
Barraldi	C - Modena/ Bologna		Emilia Romagna	
Barrati				
Barsanti	Lucca	Bagni di Lucca	Toscana	
Barsoni				
Baruchi				
Bassi	Rovigo	Ficarolo	Veneto	
Bassini				
Basso	Vicenza	Bolzano Vicentino	Veneto	
Battaglini				
Bellan	Treviso	Istrana	Veneto	
Belli	C - Lucca	C - San Donato	Toscana	
Bellingieri	Cremona	Ca" D" Andrea	Lombardia	
Bellini	Bergamo	Treviglio	Lombardia	
Bellotto	Treviso	Colle Umberto	Veneto	Beloto
Benassi	Lucca	Molazzana	Toscana	
Beneveni	C - Torino	C - Castagnole Piemonte	Lombardia	
Benzi	Rimini	Saludecio	Emilia Romagna	Bense
Bergamin	Rovigo	Contanina	Veneto	
Bergamini	Padova	Santa Giusti- na In Colle	Veneto	
Bernardini			Toscana	
Bernegossi				
Berti	C - Novara		Piemonte	
Berto				

Bertola	C - Veneza	C - Murano	Neneto	
Bertoli	Brescia	Lumezzane	Lombardia	
Besse	C - Americano			
Betella	Brescia	Castrezzato	Lombardia	Betela
Bettini				
Biagioni	Lucca	Castelnuovo di Garfagnana	Toscana	Biajone
Binatti				
Bonini				
Bordignon	C - Vicenza	C - Castelfranco	Veneto	
Borghese	Arezzo	Civitella in Val di Chiana	Toscana	Burguês
Bortolin	Treviso	Valdobbiane	Veneto	
Boveto				
Bovo	Verona	Sommacampagna	Veneto	
Braglia	Reggio Emilia	Arceto	Emilia Romagna	
Braglia				
Brandi				
Bressanin	Vicenza	Bolzano Vicentino	Veneto	
Brianezine	C - Veneza		Friuli-Venezia Giulia	
Bronchetti				
Burette				
Buritto				
Busatto	Veneza	Salzano	Veneto	
Buson	Padova	Monselice	Veneto	Sogra do Pedro Salvi
Bussi				
Buzatto	C - Treviso	C - San Lazzaro	Veneto	
Cabrini	Mantova	Curtatone	Lombardia	

Calantuano				
Calderaro	Potenza	San Costantino di Rivello	Basilicata	
Callegari				
Campanharo				Campanharo
Campas				
Campese	Vicenza	Montecchio Precalcino	Veneto	Campesi
Campi				
Cancherini	Lucca	Careggine	Toscana	
Capecci				
Carborelha				Carborelha
Carlin	Padova	Candiana	Veneto	
Carlotti				
Carradori	Rovigo	Porto Viro	Veneto	
Carrara				
Carrori				
Casagrande	Treviso	Vittorio Veneto	Veneto	
Casalla				
Casarotto	Vicenza	Fimon	Veneto	
Casciani				
Casella	Cremona	Annico	Lombardia	
Cassettari	Lucca	Careggine	Toscana	Cassetari
Catelli				
Cavagnolli				
Cavallari	C - Rovigo	C - Porto Tolle	Veneto	
Cavassini	C - Treviso	C - Vedelago	veneto	Cavasin
Celegatto	C - Novara	C - Borgolavezzaro	Piemonte	
Ceranei				
Cerasi				
Cezar				

Cezarini	C - Parma	C - Carmignano	Emilia Romagna	Cezarini
Cheregato				
Chiavari	Campobasso		Molise	Chavari
Chierato				
Chioetto	Vicenza (nato)	Sarmengo/Longare (Domiciliado)	Veneto	Chiodetto
Ciamiso				
Cicconi				
Cimini				
Cocciaguerra				
Cognolato	C - Padova	C - Ponta San Nicolò	Veneto	
Cogo	Vicenza	Bressanvido	Veneto	
Colissi				
Colobardini				
Colombi	Pavia	Canneto Pavese	Lombardia	
Conradi				Não Italiano
Constantin	Padova	Santa Margherita d'Adige	Veneto	Constantino
Contadini				
Conti	Lucca	Careggine	Toscana	
Contin	C - Padova	C - Villa Franca Padovana	Veneto	
Continuo				
Corbini				
Corsi	Lucca	Careggine	Toscana	
Corsolini	C - La Spezia	C - Massa Carrara	Toscana	Corsolini
Cremonese	Verona	Vigasio	Veneto	
Crespi				
Crocichia	Viterbo	Capranica	Lazio	
Dainezi	C - Rovigo	C - Pettorazza Grimani	Veneto	Dainese

Dal Col	Pordenone			Delcol
Dal Col	Udine	Bordano	Friuli-Vene- zia Giulia	Delcol
Dall Via	Vicenza	Valdastico	Veneto	Dellavia
Dalsotto				Dalzotto
Danetti	C - Napolis	C - Castillama- re di Stabia	Campânia	
Danezi	C - Verona	C - Roverè Veronese	Veneto	
D'Anuco				
De Checchi	Padova	Saonara	Veneto	Dechichi
De Piagi				
Dechirico				
Del' Silveri				
Delatesta				
Delegati	Mantova	Schivenoglia	Lombardia	
Delegati				
Delio				
Dell'Isolla				
Dellrpaule				
Del'Moro				
Delúcio	C - Milano	Rodano	Lombardia	
Desegiácomo				
Dettoni				
Diávera	C - Padova	C - Saletto	Veneto	Giavera
Dominichelli	Arezzo	Foiano Della Chiana	Toscana	
Donatelli				
Donati	Brescia	Lumezzane	Lombardia	
D'Pasquale				
D'Paula				
Dríngoli	C - Arezzo	Marciano della Chiana	Toscana	
Fabbris	Padova	Teolo	Veneto	

Facchieri				
Faccioli				
Faggion	Vicenza	Longare	Veneto	Faion
Falchi				
Falda	C - Vicenza		Veneto	
Fanin	Vicenza	Longari	Veneto	
Fantine				
Fava	C - Parma	C - Parma	Emilia Romagna	
Favaretto	Venezia	Salzano	Veneto	
Favilla	Lucca		Toscana	
Felize				
Fenólio	Cuneo	Bagnolo	Piemonte	Fegnólio
Ferlin	C - Treviso	C - Resana	Veneto	
Ferraracci	C - Isérnia	C - Frosolone	Molise	Fraraccio
Ferrari				
Ferrero				
Ferrete	C - Pescara	Citta Sant'Angelo	Abruzzo	
Filipetti	Bologna	Crevalcore	Emilia Romagna	
florenzano	Potenza	Rivello	Basilicata	Florenciano
Forte	C - Pistoia	C - Montale/Piteglio	Toscana	
Fossa	Mantova	Suzzara	Lombardia	
Franchi	Lucca	Careggine	Toscana	
Franchini	Brescia	Desenzano del garda	Lombardia	
Francischini	Vicenza		Veneto	
Friso	Padova	Padova	Veneto	Frizo
Fustinoni				
Galbiati	C - Monza	C - Vimercate	Lombardia	

Galhardo				Espanha- Portugal?
Gallo	C - Salerno	C - Casaleto Spartano	Campania	
garagnani	Bologna	Crevalcore	Emilia Romagna	Garanhani
Garbellini				
Garbi				
Garzo	Salerno	Laurito	Campania	
Gatari				
Genaro				
Genovesi				
Gerardini				
Gessoni	C - Modena		Emilia romagna	
Giacomini				
Giaconi				
Giaretta	Padova	San Pietro in Gu	Veneto	Giaretta
Giavara	Verona		Veneto	Giavera
Giglioti				
Gilli				
Giordan	Venezia	Santa Maria di Sala	Veneto	Giordano
Giordão				
Giorgi				
Giovanelli	C - Trento	C - Ischia	Veneto	
Gisanni				
Giusto	Venezia	Fossalta di Portogruaro	Veneto	
Gnola	Rimini	Santarcangelo di Romagna	Emilia Romagna	
Gramagnoli	Cremona	Annico	Lombardia	Gramagnolli
Gransi				
Grassi	Vicenza	Caldogno	Veneto	

Graziani	Lucca	Molazzana	Toscana	
Guido				
Helena	Potenza	Rivello	Basilicata	
Infante				
La Torre				
Landre				
Lanzani	Brescia	Orzinuovi	Lombardia	Giovanni Ma- rio Lanzani
Laurito				
Leforte				Sobrenome não Italiano
Leonardi	Lucca	Molazzana	Toscana	
Leoni				
Liparini	Ferrara	Cassana	Emilia Romagna	
Locatte				
Lodi				
Logatto	Campo Basso		Molise	
Longhi	C - Verona	C - Povegliano Veronese	Veneto	
Longo				
Lucarelli	Chieti	Cupello	Abruzzo	
Lupattini				
Lusvardi	Modena	Modena	Emilia Romagna	Luswarghi
Luvizaro				
Machioro				
Madona				
Magagnoto	C - Vicenza	C - Rosà	Veneto	Maganhoto
Magliano	Roma	Nettuno	Lazio	
Maina				
Mainetti	Rovigo	Porto Viro	Veneto	

Malatesta				
Maltempi	C - Brescia	C - Provaglio D'Iseo	Lombardia	
Mangnata				
Mangoni				
Maninente				
Mantovani				
Manzani				
Manzoli	Mantova	Magnacavallo	Lombardia	
Maragino				
Marco				
Marcon	Vicenza	Marostica	Veneto	
Marcucci	C - Lucca	C - Sant'Alessio	Toscana	Marussi (s)
Marino				
Mario				
Martello				
Marticceli				
Martinello	Padova	San Giorgio in Bosco	Veneto	Martinelli
Mascarelli	C - Vicenza	C - Molvena	Veneto	Mascarello
Massani				
Massoni				
Matarezi				
Matteazzi	Vicenza	Bressanvido	Veneto	Matheasi
Mazarini	C - L'Aquila	C - Pescara	Abruzzo	Mazzarini
Mechiati				
Mediatto				
Megali				
Menarbini	Verona	Vigasio	Veneto	
Mendo				
Menegon	C - Podenone	C - Tramon-ti di Sotto	Friuli-Vene-zia Giulia	Meneggon

Menin	Vicenza	Monticello Conte Otto	Veneto	
Menossi	Reggio Emilia	Arceto	Emilia Romagna	
Miante	Padova	Santa Margherita di A'dige	Veneto	
Micheletto	Venezia	Salzano	Veneto	Micheleto
Milan	Vicenza	Bressanvido	Veneto	
Miolo	C - Vicenza	C - Camisano	Veneto	Miollo
Módena				
Mogognatti				
Mônicos				
Montagnole	Viterbo	Grotte di Castro	Lazio	
Monteforte	C - Pisa	C - Riparbella	Toscana	Monte Forti
Moreto	Rovigo	Porto Viro	Veneto	
Moscardini	Lucca	Castelnuovo di Garfagnana	Toscana	
Mosconi	Lucca	Careggine	Toscana	
Mussolin	Vicenza	Longare	Veneto	
Mutterle	Vicenza	Longare	Veneto	Muterle
Neroni	C - Ascoli Piceno	C - Acquaviva Picena	Marche	
Nogara	C - Lecco	C - Monticello Brianza	Lombardia	
Novonese				
Orcini				
Orsi	Lucca	Castiglione di Garfagnana	Toscana	
Orsoli				
Ortenzi				
Paganu				
Paizani				
Pan	Padova	Cittadella	Veneto	

Pancine				
Panetto	Vicenza	Longare	Veneto	Panetta
Panseri	Bergamo		Lombardia	
Papini				
Pappaiotti				
Pardiglio				Partilho
Parisi				
Parmezani				
Parmigiani				
Paro	Treviso	Ponte di Piave	Veneto	
Pascona				
Pasinato	Padova	Cittadella	Veneto	
Pasini				
Pasquini	Pescara	Cittá Sant' Angelo	Abruzzo	
Passarelli	C - Ca- tanzano	C - Tiriolo	Calabria	
Passi				
Pastre	Treviso	Codognè	Veneto	
Patrizzi	Viterbo	Grotte di Castro	Lazio	
Pavanello				
Pazzinato	C - Treviso/ Padova		Veneto	
Pegoraro	Padova	Cittadella	Veneto	
Pelissaro				
Pelladino				
Pelsciolla				
Perinot	Treviso	Colle Umberto	Veneto	Perinoto
Perozzi	Arezzo	Arezzo	Toscana	Mãe do Pedro Salvi
Pértille				
Pessoto				
Phylippetti				

Piacentinni	C - Lucca	C - Barga	Toscana	
Piagentini	C - Lucca	C - Chiozza	Toscana	
Piana	Genova		Liguria	
Piantoni				
Picciotti				
Pierotti				
Pigatto				
Pioli	Lucca	Castiglione di Garfagnana	Toscana	
Pitarello	Vicenza	Longare	Veneto	
Pizzi				
Polici				
Polielli				
Pradella				
Previato	C - Fro- sinome	C - Sant ^o Apollinare	Lácio	
Proseque				
Puccinelli	C - Lucca	C - Camariore	Toscana	
Quagliarello				
Ragazzo	C - Messina	C - San Stefano di Camastra	Sicilia	
Ranzani	C - Torino		Piemonte	
Rigoni	Mantova	Poggio Rusco	Lombardia	
Risso	Genova		Liguria	1862- 1 ^o Imigrante Italiano de Andradas
Rizzardi	C - Rovigo	C - Crespino	Veneto	
Rizzotto	Vicenza	Caldogno	Veneto	Rizzatto
Rocci				
Roggiero				
Romagnoli				

Roman	Belluno	Quero	Veneto	
Romani				
Roncaretti				
Ronzano	Vicenza	Lusiana	Veneto	Ranzani
Rosa	C - Torino		Piemonte	
Rossetto	Vicenza		Veneto	Rosseti
Rossi	Lucca	Villa Collemantina	Toscana	
Rotelli				
Roveran	Vicenza	Albettone	Veneto	Rovaron
Saber	Sandriago	Vicenza	Veneto	
Sacarelli				
Salvetti	Lucca	Careggine	Toscana	
Salvi	Arezzo	Arezzo	Toscana	
Sant'Angelo	Caserta	Caserta	Campania	
Santiciolli	Arezzo	Arezzo	Toscana	
Santiniollo				
Santolia				
Santori	Verona	Vigasio	Veneto	Santoro
Sarmento				
Savachelli				
Sbragi	Arezzo	Castiglion Fiorentino	Toscana	
Scanavacche	Rovigo		Veneto	Scanavachi
Scarabel				
Scarpa	Trento	Fornace	Trentino Alto Edige	
Secco	C - Treviso	C - Cavasagra di Vedelago	Veneto	
Selegatto	Padova		Veneto	
Seranei				
Serello				
Sertorio				

Sette	Padova		Veneto	
Sibilla	Napole	Nola	Campania	
Simeão	C - Castelo Branco	C - Alcains	Portugal	
Simionato	venezia	Santa Maria di Sala	Veneto	
Simone				
Soriati	Padova		Veneto	
Sotero				
Spensi				
Speranza	Treviso		Veneto	
Spinelli				
Spini	Bergamo		Emilia Romagna	
Sproviere	Calabria		Calabria	
Stábile				
Stanghini				
Stella	Vicenza	Asiago	Veneto	
Stersi				
Stivali	Lucca	Vila Collemantina	Toscana	
Stivanin	Vicenza	Torre di Quartesollo	Veneto	
Taddei	Lucca	Villa Collemantina	Toscana	Taddey
Taglieri				
Tamburini	Brescia	Lumezzane	Lombardia	
Tassi				
Tavolari				
Tescioni				
Tessarini				
Testa				
Timporini				
Tittato	C - Treviso	C - CastelFranco	Veneto	Titotto
Toffoli	Treviso	Cordignano	Veneto	
Tognato	Vicenza	Bolzano Vicentino	Veneto	

Tognion	Padova	Teolo	Veneto	
Tognolo	Vicenza	Vicenza	Veneto	
Tonelli	C - Pistoia	C - Montecatini Treno	Toscana	
Tonetto	Treviso	Seraglia della Battaglia	Veneto	Toniette
Tonon	Treviso	Conegliano	Veneto	
Topa	Reggio Calabria	Palmi	Calabria	
Torado				
Toretto				
Tormina				
Torre	Salerno	Sapri	Campania	Torres
Trate				
Travassos				
Trento	Vicenza	Cartigliano	Veneto	
Tressoldi				
Trevisan	Udine	Muzzana Del Turgnano	Friuli-Venezia Giulia	São famílias diferentes
Trevisan	Vicenza	Bressanvido	Veneto	
Trielli	Lucca		Toscana	
Trocchi				
Turatti	Rovigo	Porto Viro	Veneto	
Turbiani				
Turganti	Mantova	Mantova	Lombardia	
Valentini				
Vanzella	Treviso	Conegliano	Veneto	
Ventelino				
Venturelli	Lucca	Molazzana	Toscana	São famílias diferente
Venturelli	Lucca	Pescaglia	Toscana	
Veroneze	C - Padova	C - Piovega	Veneto	Veronezi
Victali				

Visentin	Padova	San Pietro in Gú	Veneto	Vicentin
Zanatta	Treviso		Veneto	
Zanni	Reggio Emilia	Rubiera	Emilia Romagna	Zani
Zarbellon				
Zavagnin	Vicenza	Vicenza	Veneto	
Zazzeron	Vicenza	Bresanvido	Veneto	Sasseron
Zerbetto	Padova	Monsélice	Veneto	
Zille	Treviso	Valdobbiadene	Veneto	
Zorfenetti				
Zucarelli	C - Con-senza	C - Mongrassano	Cicilia	
Zuchirato				
Zuim	Padova	Cadoneghe	Veneto	
Sette	Padova		Veneto	



ANEXO II

Transcrição de fontes manuscritas - Cartas escritas por Matinho Silva Prado Junior e Manoel Marcondes de Moura (Presidente de Província de São Paulo) ao São-joanense Joaquim José de Oliveira – Acervo pessoal do Doutor Joaquim de Oliveira Neto, acondicionado na sede de seu Jornal “O Município”, em São Joao da Boa Vista-SP.

Obs.: Os trechos das cartas que não conseguimos decifrar durante a leitura paleográfica estão indicados com a seguinte notação: (.....?).

CARTA - 1

Amigo S.or Joaquim José

Tantas preocupações têm me absorvido o tempo e a atenção, que até agora tenho deixado de escrever-lhe como era do meu dever, e havia prometido.

Não é que me tenha me esquecido dos agradabilíssimos dias que passamos juntos em São João, e que senti interromper creia.

É preciso ativar os negócios do João Thomaz (Nhonhô) afim de aproveitar o começo do Banco. Os diretores são meus amigos e conto obter o empréstimo, mas me informaram que era quase seguro recusarem garantia de escravos, em virtude

da atividade dos abolicionistas, que ultimamente têm assumido a Relação em S. Paulo.

É preciso levantar já o mapa, e qualquer esclarecimento que precisar peça-me para S. Paulo, onde estarei em poucos dias. Compreendo a conveniência de fazer logo proposta, atendendo a enormidade de pretendentes aos empréstimos.

Aqui estou a 8 dias, muito contrariado por estar só e sem empregado, e cheio de saudades da família.

E no entanto, é ela a única responsável por este fato que se dá comigo e com todos que zelam dos reais interesses e pensam no futuro.

Ainda persisto no meu intendo de ir até ai este ano.

Obs.: Assinada por Martinho Prado no envelope externo e sem data. A caligrafia também confirma a autoria – sem data e local.

CARTA - 2

Infelizmente malogrou-se a esperança de obter os 16 contos para a estrada às divisas de Minas. Depois de muitos dias sem decisão, apesar das informações do engenheiro, e do diretor das obras públicas, não (anunciou?) a proposta, e ficou de resolver se podia gastar 5 ou 10 contos.

Consultou a este respeito a inspetoria de Obras, e até sair

nada havia resolvido. Este fato deu-se dois dias antes de sair de S. Paulo, o que obstou a protestar contra a injustiça feita. Aguardo um regresso para discuti-lo patenteando a inépcia do Presidente, que é um inútil (b. b.). Ao passo que nega-se a fazer uma obra útil, pretende à custa da Província calçar uma rua da Capital, na qual deve despende mais de 100 contos.

Liquidarei contas com o homem pela imprensa e na Assembleia Provincial. Não chegam os dinheiros para distribuir-se no 4.º Distrito, afim de pagar-se os serviços eleitorais, e para dar ao Padre Reis França (comel-os) na morte.

Creio que a principal causa do mal êxito desta pretensão, foi ser acolhida pelo Maneco Marcondes, a quem não perde o homem ocasião de contrariar; e isto diga-se para sua vergonha, (auxiliado?) pelo Reis, que é seu íntimo e daí cartas na administração. Já vai extensa esta e por isso termino-a, pedindo-lhe que me mande procuração a fim de receber o conto de réis votado pela Assembleia para a Cadeia. Isto por parte da Câmara. Quero ver se me negam também.

Aliás, recomende-me à Ex.ma família, aos amigos, e creia que sou com sinceridade.

Seu amigo muito grato M. Prado Junior (Martinho Prado Junior)

Fazenda Albertina, Ribeirão Preto, 14 de setembro de 1882

CARTA - 3

Amigo S.^{or} Joaquim

De R. Preto escrevi-lhe uma carta participando-lhe o que houve em relação à estrada para os Poços. Chegando aqui verifiquei que estavam autorizados a gastar 16 contos e trezentos, pelo que se me informou na repartição das Obras Públicas. Assim minaram-se a contrariedade que sentira por não ter o Presidente aprovado as plantas do engenheiro Matta. Já serve desde que se ande na contratação da linha férrea que passou na Câmara, mas que infelizmente ficará este ano parada no Senado.

Me diz o Barão de Phanahyba, que assim que passar a lei tratar-a de construir a linha dos Poços de preferência a tudo, sendo a bitola de 60 centímetros, como a estrada de São João D'El Rei.

Deus queira que assim aconteça em breve tempo. Tenho ardente desejo ver servida essa povoação por uma linha férrea como se ali residisse.

Mando também falar-lhe sobre o negócio do João Thomaz. Já deu andamento? Aprese tudo, para que seja a dar as primeiras aquinhoadas. Me disseram os diretores que aceitarão escravos, mas nunca avaliados por mais de um conto cada um. Por aqui nada de novo, fizeram muito barulho com o fato

de 49 escravos fugidos, que por fraqueza e imbecilidade do Presidente estiveram em contato com os abolicionistas por mais de 24 horas, recebendo nesse tempo os conselhos mais perversos e repugnantes.

Sem transgredir a lei, o decoro público, deviam os escravos voltar ao poder de seu senhor, ficando aqui incomunicáveis. Assim porém não se fez, dando-lhes tempo para ouvirem de estudantes os seguintes conselhos: matem seus senhores, desonrem suas filhas, se as tiver etc. Foi preciso a intervenção de algumas pessoas, para que o presidente a custo os mandasse os por incomunicáveis. Parece que neste país os governos e as posições só cabem por partilha aos insensatos e incapazes. Lembranças a seus manos, e Vigário, e recomendo-me a toda a família.

Seu amigo grato

M. Prado Junior

S. Paulo 2 de outubro de 1882

CARTA - 4

S. Paulo, 14 de 8bro 1882

Amigo S.or Joaq.m José

Parabéns! Mil parabéns! Está votada a lei concedendo garantia de juros para a construção da linha férrea a essa localidade. É um acontecimento, que na realidade me alegra e muito. Ontem chegou do Rio o Barão de Parnahyba, e me disse que apenas sancionada a lei dará princípio e andamento a causa, preferindo em 1º lugar esta estrada, e me afirmou que a fará passar pela povoação.

Ainda uma vez parabéns!

O Affonso Celso quis fazer oposição, mas o Jaguary e Joaquim Delphino bateram o pé, tendo o primeiro dito em um discurso duras verdades aqueles que se opunham. Assim passou a lei, tendo para isso trabalhado imensamente o Barão, que é digno de maiores encômios.

Lembro-lhe um passo justo e de bom efeito para com ele, proponha na Câmara uma felicitação a ele, que um rua dessa localidade também tome seu nome. Renderão um justo tributo aos seus serviços, e obterão as suas graças para que a estrada não se desvie da povoação.

Mando-lhe hoje os seus livros.

No dia 23 estarei na Estação das Caldas, onde dormirei, se aí vier ter o meu Comp.e Chico Ribeiro, seguindo 24 para Casa Branca, isto é, para R. Preto. Se quiser, venha a 24ª Estação, iremos a esse dia a fazenda de um mano dormir, ali passa-

remos o dia seguinte, seguindo a tarde para S. Simão onde pernoitaremos e a 26 regressará a Caldas, onde chega o trem às 10 horas da manhã.

CARTA - 5

Política - 1891

São Paulo, 22 de Julho de 1891

Amigo Joaq^{im} José

Em uma das vagas a deputação provincial vai ser contemplado o seu nome, aceito por todos sem discrepância. Ei não admito que você recuse, e exijo na tríplice qualidade de paulista, republicano e especialmente de amigo.

Qualifique como quiser o meu procedimento, importunação, abuso, etc., mas sujeite-se. É duro ouvir tal linguagem de parte de quem só tem motivos para obedecer-lhe e não ordenar. Assim o exigem as condições especiais do Estado, que carece do auxílio e consenso dos homes bom e sobretudo de esclarecido critério. Assim sabemos, e assim se fará.

Vivo em grande pesar pelo estado desanimador de meu pai, e

*sem poder mover-me de São Paulo. Recomendo-me a d. (.....?)
e creia-me sou amigo sincero e grato.*

Martinico.

CARTA - 6

Amigo joaq.im José

Saudade e felicidades, desejo-lhe de todo o coração.

O José Jacyntho, deve-me desde 15 de Agosto de 82, a quantia de 3:800\$000 a juros de 12 por cento, capitalizados semestralmente e só deve-me por conta 900\$00, cuja data ignoro, mas ele sabe, por ter-lhe passado recibo.

Por mais que peça o pagamento deste débito não posso conseguir, ficando sempre em promessas. Assim, peço-lhe que se entenda com ele a este respeito, não podendo mais esperar, e porque quero definitivamente liquidar.

É uma dívida de honra, tendo dado o dinheiro para livrar o genro da cadeia, e por minha vez tirando-o a prêmio.

Já pagou outras dívidas mesmo aqui, deixando esta de lado.

Se ele quiser pagar-me já faça a conta a 10%, capitalizados anualmente. Não o cobro por capricho, compreende perfeitamente, mas porque se o não fizer perdeirei, ficando ele sempre em pior condição. Tendo este meio amigável, se não anuir, serei forçado a liquidar judicialmente. Não dou dinheiro a prêmio (por quem?) não tenho, e para servir a um caso como esse, tão especial, quiser ser melhor atendido.

Para livrar coletores de cadeia, dei não só esse dinheiro, como mais 2, e todos não me pagam. O mundo não se rege pelo coração, acabo de convencer-me.

Se tiver qualquer repugnância disto, diga-me com toda a franqueza, porque não quero incomodá-lo moralmente. Faço-o porque já uma vez se ofereceu para tal.

Não fui a inauguração porque me aborrecem as festas; mais hei de ir fazer uma visita especial aí a sua casa, e aos meus bons amigos.

Recomendo-me a d. Anna, e como sempre creia na gratidão de s. Amigo m.to obrigado.

Martinico.

CARTA - 7

Carta Presidente de Província 1882 – Papel timbrado do Gabinete da Presidência da Província de São Paulo.

Meu Am.^{go} Joaq.^{im} José

Comunico que no dia 7 do corr.^o, assumi a administração de nossa Província.

Encarregando-me de tão difícil quão árdua tarefa bem em vista prestar alguns serviços a Província e ao partido liberal; e para que possa realizar meus intentos, faz-se mister você me coadjuve com seu prestígio e influência, fortalecendo-me ao mesmo tempo com seus judiciosos conselhos.

Aqui me encontrará sempre pronto para o serviço público e particular, deseioso de mostrar, no que sou deveras.

De G.ser (Deus Guarde o senhor)

(.....?) (Pa.....) e m.to grato.

M.^{el} Marcodes de Moura (sigla?).

ANEXO III

Abaixo, segue a lista de todos os acionistas da Companhia da Estrada de Ferro Caracol, com os respectivos números de ações de cada acionista, transcrita do exemplar do jornal O Popular encontrado na casa da família Stivain:

NOME COMPLETO	NO. AÇÕES
Alcino Bretas de Oliveira	50
Jorge dias de Oliveira	63
Antônio Augusto de Oliveira	288
Octavio Teixeira Barbosa	288
João Contin	63
Adolpho Pio de Magalhães	138
Anthero Ferraz	150
Raphael Daniel	50
Mário Bueno de Oliveira	25
Antenor E. Sataut	15
Antônio Alves dos Santos	25
Jorge Francisco de Carvalho	25
João Nicanor de Andrade	15
João Cândido de Oliveira	50
Lourenço O. da Costa	100
João Ventura da Silva	25
José Miranda	10
Fernando Fossa	25
Achile Geraldi	10
Modesto Procópio Valentin Stella	20
João Maria Trevisan	50
Antônio Campese	50

Alfredo Innocencio Risso	50
Virissimo Ramos da Silva	50
André Pontilo	10
Domingos Contin	25
Aurélio Contin	25
Eugênio Ansani	25
Francisco Basso	100
Santo Vanzela	25
Vitório Manzoli	10
Luiz Augusto de Mello	15
Santo Stivainin	25
João Stivainin	25
Júlio Stivanin	25
Antônio Stivainin	25
Luiz Campese	100
Ricardo Stivainin	25
José Muterle	10
Luiz Sasseron	150
Michele Tognato	25
Francisco Trevisan	75
Augusto Marcondes O. Santos	10
Ovídeo Fava	25
Guerino Marcon	38
Messias gomes Correia	50
Ilino Marcon	37
Vicente Dias	25
Barros Oliva & C.a Ltda.	125
Erico Busato	25
Anthero Marcon	37
João Maximiliano Marcon	38
José Hygino P. da Silva	25
Manoel Antônio Meira	10

Pe. Antônio d'Almeida	10
Nicolau Calderaro	25
José de Castro Leite	10
Francisco Nogueira dos Santos	25
Hildebrando Venturelli	25
João Fernandes Ramos	10
Vital Ribeiro P. Luz	10
Tertuliano de Oliveira	20
Carlos Augusto Ribeiro	15
Oswaldo de Andrade	30
Arthur Risso	10
Arioswaldo de Andrade	10
Antônio Pereira Caldas	100
João Antônio Ferras	15
José Antônio Ferraz	15
José Antônio Peçanha	100
Antônio Afonso Peçanha	100
João Luiz de Almeida	25
????????????????	25
Felisberto Ribeiro	50
Luiz Benassi & Filho	50
Modesto Stella	5
Valentim Stella	5
Antônio Stella	5
Anna Marcondes Staut	50
João Nhola	10
Francisco P. Caldas Mesquita	50
Dr. Oscar de Oliveira	50
José F. Assis Gonçalves	10
João de Magalhães Teixeira	25
Antônio Troche	15
João Eusébio Ribeiro	50

João Mosconi	200
Esmeralda da silva Athanzio	25
Ângelo dal Soto	10
Georgio lobo	100
Justino Orsoli	25
Braz Landri	25
Lindolpho Henrique de Oliveira	10
Gemma Gorini	10
Marcolino Alves da Silva	250
Manoel Garcia	50
Domingos Maria Athanzio	10
José Sasseron	100
Monici & Graziani	25
João Baptista Trevisan	100
Joaquim de Souza Bastos	10
José Pereira	50
Garibaldi Monteiro & Filho	150
Alipio Lobo	25
Adriano Fernandes Lobo	50
João Henrique Villela	250
(..iario) de Magalhães Lobo	25
Henrique Graziani	275
Raymundo Duarte Junior	100
Lourenço Trielli	100
Antônio Luiz de Almeida	25
Dr. Edmundo Venturelli	25
Antônio Luiz A. Primo	25
Paschcal Baratti	25
Antônio Lozano Herrera	25
Francisco Bertoli & Irmão	10
Vitorio Martinello	25
Pedro Campese	100

Joaquim Gonçalves	100
João Baptista de L. Novaes	50
Horácio Leite de Souza	50
Ângelo Carretero	25
Joaquim Villas Boas	25
Gaspar Pereira da Silva	20
Carolina da Costa Flores	25
Idu Ormastroni	25
José Ormastroni	25
Luiz Benassi & Irmão	25
Estulano Ribeiro	25
Joaquim Ignácio do Lago	25
Antônio Francisco Romão	25
Mendo Antônio	50
Ziliottlo Sara	25
José Menabini	25
Sebastião Baptista Romão	25
Arnaldo Pereira	25
Egydio Pinto	25
Leonardo Alves dos santos	20
Joaquim Alves dos Santos	20
Manoel Alves dos Santos	20
Miguel Tognato	25
Antônio Trevisan	100
Manoel Diogo Gonçalves	25
Luiz Diogo Gonçalves	50
Luiz Secco	25
Joaquim Antônio Gonçalves	50
José Loures Filho	10
Leonildo Conti	25
Silvio de Andrade	10
Antenor Risso	50



FONTES IMPRESSAS

ARCHIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Documentos Interessantes: divisas de S. Paulo e Minas. São Paulo: Archiuivo Público do Estado de São Paulo, V. XI, 1896.

ARCHIVO PUBLICO MINEIRO. Revista do Archivo Publico Mineiro. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Município de Caracol.

IN: Chorographia Mineira. Imprensa oficial de Minas Gerais. Bello Horizonte, 1900 – p.151. Cópias desse material existem na Câmara Municipal de Andradas.

Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas câmaras e competente histórico coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

LEMOS, Pedro Sanches. Chorographia Mineira – Município De Poços De Caldas. In: ARCHIVO PUBLICO MINEIRO. Revista do Archivo Publico Mineiro. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896.



PERIÓDICOS – JORNAIS

PREREIRA, Fábio. *Honra ao mérito*. Jornal A Defeza. Ano I – No 7 – Caracol, 22 de julho de 1917.

OLIVEIRA, Tertuliano & ALVES, Nylo (redator). *Estrada de Ferro Caracol*. Jornal o Popular – Ano IV, Nº.337, 20 de junho de 1925.



DOCUMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documentos necessários para ressarcir os gastos com passagens de imigrantes italianos com destino a Fazenda do Refúgio, do Coronel Ernesto de Oliveira - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documento da Secretaria da Agricultura – Diretoria de Terras, Colonização e Imigração e ligado ao Patronato Agrícola do Estado de São Paulo. Número de referência no acervo:

BR_SP_APESP_SACOP_

REQ_C07602_18619-1



MAPA

Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo:

BR RJANRIO 4Y.0.MAP.503. Data provável: entre 1882 e 1886.



REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CAMPOLI, Frederico. Camponeses de engenho e arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Belo Horizonte: manuscritos, 2013.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Entre a Locomotiva e o Fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas (1870 – 1918). Juiz de Fora: 2009.. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

FRANCO, Bernardo de Souza. Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema Bancário. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c.1984. (Original publicado em 1848).

GIROLETTI, Domingos Antônio. A Modernização Capitalista em Minas Gerais - A formação do operariado industrial e de uma nova cosmovisão. Rio de Janeiro: 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional - PPGAS/UFRJ.

GIROLETTI, Domingos Antônio. Participação dos Imigrantes Italianos no Desenvolvimento de Minas Gerais. In: Roberto Radünz e Vania Beatriz Merlotti Herédia. (Org.). Imigração e Sociedade, Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil. Ied. Caxias do Sul: EDUCS, 2015, v. 1, p. 328-385.

GIROLETTI, Domingos Antônio. Industrialização de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, 1988.

GRIZENDI, Lucimar Therezinha. Fazenda Ou Cidade: O Destino Dos Imigrantes Italianos Na Zona Da Mata Mineira, Juiz De Fora, No Período Oitocentista. Site Ponte Entre Culturas – Trabalhos do IX Seminário de Imigração Italiana em Minas Gerais. 2019. Disponível em: < http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/2019/fazenda_ou_cidade_o_destino_dos_imigrantes_italianos_na_zona_da_mata_mineira_juiz_de_fora_no_per%C3%ADodo_oitocentista.pdf>.

GROSSELLI, Renzo M. Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas: parte v sao paulo 1875-1914. Imprenta Trento : Provincia Autonoma di Trento, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2. Ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, c1992.

LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Cultura, 1977

MARQUES, Nilza Alves de Pontes. Os Estrangeiros na construção de Andradadas. Andradadas-MG: Caseli & Ribeiro Grafica e Editora LTDA, 1995.

MARTINS, Roberto Borges. “Se Deus quiser, semana que vem... ou na outra...” – Terra, trabalho e liberdade. Artigo Publicado nos Anais do XI Congresso de História Econômica, Vitória – ES, 2015.

MATTOON Jr., R. H. The Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1869-1900: a local railway enterprise in São Paulo, Brazil. New York, 1971. Tese (Doutoramento em História). Yale University.

MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1974.

NICOLI, Sandra. I/Emigração em Itueta e Santa Rita do Ituetto – A chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália. Governador Valadares: 2014. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE).

PRADO, Nazareth. Antônio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1929.

_____. Centenário do Conselheiro Antônio Prado. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1946.

PROST, Antoine. Doze lições obre a História [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 – pp.106-107.

____. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930. São Paulo: HUCITEC, 1986.

ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo: 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Iverson Poletto dos. A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895). São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Abílio Aurélio da. Indicador de São Paulo administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 1983.

SILVA, Ligia Osorio. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em História Econômica).

ZAMBONI, Maria Célia. A Mogiana e o café: Contribuições para a História da Estrada de Ferro Mogiana. Franca, 1993. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Unesp.

ZANELLA, André; SIQUEIRA, Maria Juray T.; LHULLIER, Louise A.; MOLON, Susana I. (organizadores). Psicologia e Práticas Sociais. SciELO – Centro Edelstein, 1 de janeiro de 2008.



NOTAS

- 1 Consul da Itália em Belo Horizonte
- 2 Profa. Titular -DH/FFLCH/USP; Profa. Emérita – FFLCH/USP; e-mail: ra-
glezer@usp.br.
- 3 <http://circoloitalianodiandradas.org/>
- 4 BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico. 56ª Ed. São Paulo: Parábola
Editorial, 2015.
- 5 FREITAS, Sonia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos.
São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002;
BOSI, Ecéa. Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos. São Paulo:
Companhia das Letras, 1994.
- 6 OLIVEIRA NETO, Joaquim Cândido. São Paulo e a Vontade Nacional. São
Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. (Tese de Doutorado defendida
pelo Departamento DER Direito do Estado, da Faculdade de Direito).
- 7 MARQUES, Nilza Alves de Pontes. Os Estrangeiros na construção de An-
dradas. Caseli & Ribeiro Gráfica e Editora LTDA, 1995
- 8 Realizado em setembro de 2019, no município de Andradadas, pela Ponte En-
tre Culturas em parceria com o Consulado Italiano em Minas Gerais, com
o Circolo Italiano di Andradadas e com a Prefetira municipal di Andradadas.
- 9 Nome e nacionalidade italiana averiguáveis no Livro No 5 de Casamento da
Igreja Matriz da Vila de Caldas, no ano de 1859. - Pesquisa feita por Priscila
Risso.
- 10 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica
de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII -XX), São Paulo, 2009 – capítulo III.
Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 11 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira
Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo: 2009.
Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 12 Documento do Arquivo da antiga Biblioteca Municipal de Andradadas e que
hoje integra parte do acervo da Casa da Memória. Este documento tem
uma peculiaridade em relação às escrituras dos Cartórios de Caldas-MG, e

um trecho final do documento indica que não se tratava de uma escritura pública: "... e çe neste papel faltar alguma clareza ou clauzula constituinte pedimos a Justiça de S. M. J. (Sua Majestade) que lhes dê todo e inteiro vigor como se fosse escriptura pública...". Como este documento, encontramos somente mais dois no referido arquivo, um de 1854 e outro de 1893. (Inserções entre parênteses nossas). Grifo nosso.

- 13 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo, 2009 – pg.192
- 14 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo, 2009.
- 15 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo, 2009 – pg.192 – Capítulo V, subitem 5.6 – Dimensão das propriedades e preços, infraestrutura e produção.
- 16 Nome que era dado ao território de uma vila, como era chamado distrito municipal na época.
- 17 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços -XX). São Paulo, 2009.
- 18 Seu casamento com uma brasileira, na Vila de Caldas/MG, foi feito nos anos de 1850, veremos isso adiante.
- 19 Dos anos 80' do século XIX aos anos 20' do século XX. As datas do chamado período da grande imigração variam um pouco de acordos com os historiadores especialistas no assunto. No geral esse intervalo que indicamos é bem aceito.
- 20 Certidão levantada pela descendente Priscila Risso, componente de seu acervo pessoal. O assento de batismo original pode ser consultado no Livro de Batismos No 5, verso da folha 21.
- 21 LENHARO, Alcir. As tropas da moderação o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2. Ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, c1992.
- 22 Biblioteca do IBGE - Censos Históricos, disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>>.
- 23 ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Município de Caracol. IN: Chorogra-

- phia Mineira. Imprensa oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1900 – p.151. Cópias desse material existem na Câmara Municipal de Andradas.
- 24 SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- 25 ROVARON, Carlos Eduardo. Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc.XIX), São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 26 INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Ministério da Educação e da Cultura. Falas do Trono: desde 1823 até o ano de 1889, acompanhada dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária. Prefácio de Pedro Calmon. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1977.
- 27 o termo que substitui essa ideia no texto do documento é “...população ociosa e inútil”.
- 28 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas, 2009 ..., op. Cit. – pp. 207-208.
- 29 GROSSELLI, Renzo M. Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas: parte v São Paulo 1875-1914. Imprenta Trento: Província Autonoma di Trento, 1991
- 30 CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Entre a Locomotiva e o Fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870 – 1918). Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: 2009. P. 122.
- 31 CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Entre a Locomotiva e o Fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870 – 1918). Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: 2009. P. 122.
- 32 CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Entre a Locomotiva e o Fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870 – 1918). Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: 2009. P. 122.
- 33 Era um instrumento diplomático, uma carta convite, escrita pelos imigrantes já instalados no Brasil para os que ainda estavam na Itália, convidando-os para vieram ao Brasil diretamente para as suas casas, isso cortava os gastos do Governo com as hospedarias e hospedagens. Começaram a ser usadas principalmente a partir de 1911.
- 34 Decreto nº 9.081, de 3 de Novembro de 1911. Grifo nosso.
- 35 Sobre as diferenças entre emoção e afetividade, dentro da área da Psicologia, destacamos aqui as contribuições de Roberto Sales, psicólogo em Varginha/MG. Em suas palavras: “sujeito se refere à subjetividade de uma

pessoa em sua singularidade da relação com o inconsciente. Cérebro é a anatomia, neurofisiologia. A afetividade se refere a todos os tipos de sentimento, assim o ódio é um tipo de afetividade". Um dos embasamentos teóricos usados por Roberto Sales é Maurice Halbwachs. Entretanto, nós estamos trabalhando aqui mais com a etimologia latina das palavras do que com as discriminações técnicas da área da Psicologia.

- 36 ZANELLA, André; SIQUEIRA, Maria Juray T.; LHULLIER, Louise A.; MOLON, Susana I. (organizadores). *Psicologia e Práticas Sociais*. SciELO – Centro Edelstein, 1 de janeiro de 2008.
- 37 PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História* [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 – pp.106-107.
- 38 UDAETA, Rosa Guadalupe. *Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado).
- 39 Os dados e argumentos que sustentam que a maior parte das famílias de imigrantes italianos de Andradas-MG vieram de São João-SP, serão trabalhados no capítulo subsequente.
- 40 UDAETA, Rosa Guadalupe. *Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado), [s.l.: s.n., s.d.]. – p. 49.
- 41 Ibid. – pp. 58-59.
- 42 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)*, São Paulo, 2015. Essa discussão permeia toda a tese, mas uma síntese pode ser encontrada nas considerações finais.
- 43 Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, também conhecida como Lei Eusébio de Queirós; Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco; Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei n.º 3.270, foi promulgada em 28 de setembro de 1885.
- 44 Fábrica agrícola é uma expressão muito utilizada na documentação manuscrita para se referir as fazendas produtoras de qualquer tipo de produto agrícola comercializado, ou seja, não unicamente destinado a subsistência, mas também ao mercado.
- 45 SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996 - pp.99-105.

- 46 Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara temporária é de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas câmaras e competente histórico coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.
- 47 MARTINS, Roberto Borges. “Se Deus quiser, semana que vem... ou na outra...” – Terra, trabalho e liberdade, p. 35.
- 48 ROVARON, Carlos Eduardo. Xadrez imobiliário:... Op. Cit. Essa discussão permeia toda a tese, mas uma síntese pode ser encontrada nas considerações finais.
- 49 Entrevista com representantes das famílias Basso e Stivanin encontram-se no site do Circolo Italiano di Andradas. A entrevista com o representante da família Sasseron encontra-se em ROVARON, Carlos Eduardo. A Ocupação da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas..., Op. Cit. A informação sobre a família Rovaron foi dada pelo pai do autor destes ensaio e precisa de averiguação cartorial.
- 50 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX), São Paulo, 2009. – vide capítulo final.
- 51 UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado) – p. 37.
- 52 LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Cultura 79, 1977 – p.200.
- 53 LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Cultura 79, 1977 - p.204
- 54 LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Cultura 79, 1977 - p.212.
- 55 ROVARON, Carlos Eduardo. Xadrez imobiliário:... Op. Cit.
- 56 FRANCO, Bernardo de Souza. Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema Bancário. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c.1984. (original publicado em 1848) – p.113. Grifos nossos.
- 57 “Contudo, e ainda reconhecendo que a escravatura traz consigo muitos outros inconvenientes, não podem negar os seus mais declarados adversários, que só come ela se poderiam nortear essas florestas incultas, distantes entre si e dos mercados, e manter a grande cultura que faz a riqueza do

- Império, e com especialidade a desta província” - FRANCO, Bernardo de Souza. Os Bancos do Brasil:... Op. Cit. - p.112
- 58 Sobre a atuação dos Silva Prado nos ramais da Estrada de Ferro Mogiana, trataremos mais detalhadamente no próximo capítulo.
- 59 UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado) - p. 65
- 60 GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora - p.66
- 61 Sobre a sociedade promotora de Juiz de Fora vide: GRIZENDI, Lucimar Therezinha. Fazenda Ou Cidade: O Destino Dos Imigrantes Italianos Na Zona Da Mata Mineira, Juiz De Fora, No Período Oitocentista. Site Ponte Entre Culturas - Trabalhos do IX Seminário de Imigração Italiana em Minas Gerais. 2019. Disponível em: <http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/2019/fazenda_ou_cidade_o_destino_dos_imigrantes_italianos_na_zona_da_mata_mineira_juiz_de_fora_no_per%3%ADodo_oitocentista.pdf>. Outra referência de trata dessa Sociedade Promotora de Imigração é: GIROLETTI, Domingos Antônio. Industrialização de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, 1988: “Em 1887, cafeicultores empresários industriais organizaram a Sociedade Promotora de Imigração em Minas Gerais, com um capital de 400 de réis, tendo por objetivo a introdução e o estabelecimento de imigrantes na Província” - pp.66-67.
- 62 ASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Entre a Locomotiva e o Fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas (1870 - 1918). Juiz de Fora: 2009.. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora
- 63 Sobre as diferenças entre trabalho laboral, intelectual e artístico, nos baseamos na obra: ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- 64 algumas diferenças entre a imigração em minas e a do Sul do País, podem ser encontradas em: CAMPOLI, Frederico. Camponeses de engenho e arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Belo Horizonte: manuscritos, 2013. Já, sobre a industrialização em Minas, com ênfase no caso de Belo Horizonte-MG e Juiz de Fora-MG, vide: A Modernização Capitalista em Minas Gerais - A formação do operariado industrial e de uma nova cosmovisão. Rio de Janeiro: 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional - PPGAS/UFRJ. _____. Participação dos Imigrantes Italianos no Desenvolvimento de Minas Gerais. In: Roberto

- Radünz e Vania Beatriz Merlotti Herédia. (Org.). *Imigração e Sociedade, Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil*. Ied.Caxias do Sul: EDUCS, 2015, v. 1, p. 328-385.
- 65 A esse respeito, às obras citadas na toda anterior, somam-se: GIROLETTI, Domingos Antônio. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, 1988
- 66 UDAETA, Rosa Guadalupe. *Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Departamento de História Econômica
- 67 NICOLI, Sandra. *I/Emigração Em Itueta E Santa Rita Do Itueto – A Chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália*. Dissertação (Mestrado em História). Governador Valadares, 2014. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão Integrada do Território.
- 68 Referência documental: Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo. Número de referência no acervo: BR_SP_APESP_SACOP_REQ_C07602_18619-1. Documento discutido no subitem deste capítulo intitulado Financiamentos do Governo Paulista para a vinda do imigrante europeu e desdobramentos.
- 69 Leitura paleográfica e tradução auxiliadas por Giusi Zamana.
- 70 UDAETA, Rosa Guadalupe. *Nem Brás, nem Flores...* Op.cit. – p.69
- 71 LEMOS, Pedro Sanches. *Chorographia Mineira – Município de Poços de Caldas*. In: ARCHIVO PUBLICO MINEIRO. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896. – páginas 199 à 205.
- 72 A família Oliveira espalhou-se de Caldas para Poços de Caldas, Andradas e São João da Boa vista, sempre mantendo seu status de elite. Os casamentos entre as famílias Junqueira e Oliveira podem ser percebidos nos sobrenomes dos proprietários das melhores terras de Poços de Caldas, parentes do Major Joaquim Bernardo da Costa Junqueira presentes em seu enterro, foram citados por Pedro Sancho Lemos em sua monografia de 1896: “A 7 de maio de 1876 faleceu na sua fazenda do Barreiro, o major Joaquim Bernardo da Costa Junqueira, prestimoso cidadão, que cedeu ao governo de Minas, no dia 6 de novembro de 1872, gratuitamente, as fontes termas de Poços de

Caldas e os 92 hectares de oito décimos de terra, que constituem o patrimônio desta vila; os membros de sua família, que acompanharam o honrado velho nesta doação foram os seguintes: capitão José Bernardes da Costa Junqueira e sua mulher d. Anna Flausina da Costa, o Capitão, José Osório de Oliveira e sua mulher d. Anna Cândida de Oliveira Junqueira, Agostinho José da Costa Junqueira e sua mulher d. Isaura Claudina Affonso Junqueira, e Joaquim Candido da Costa Junqueira e sua mulher d. Maria Luiza de Oliveira; representou o governo de Minas, naquele dia, o advogado procurador fiscal da Tesouraria Provincial Antônio Luiz Maria Soares de Albergaria. O major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira morreu com 83 anos de idade, chorado pelos seus e respeitado por todos quantos o conheceram, tão severos eram os seu princípios e tão imaculado era o seu caráter”. - LEMOS, Pedro Sanches. Chorographia Mineira – Município De Poços De Caldas. In: ARQUIVO PUBLICO MINEIRO. Revista do ArchivoPublico Mineiro. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896. Grifos nossos – pp.217-218.

- 73 UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores:... Op. Cit. - pp.55-56
- 74 Ibid. p.67
- 75 UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores:... Op. Cit. - p.70
- 76 Ibid. - pp.12-13
- 77 LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Cultura, 1977 – p.204.
- 78 Em 1886, “Os outros fazendeiros, que testemunharam e assinaram a ata de escrituração da Promotora foram: O Conde de Itu, o Conde de Três Rios, Visconde do Pinhal, Barão de Tatuí, Barão de Melo de Oliveira, Barão de Piracicaba, Augusto de Souza Queiroz, Joaquim da Cunha Bueno, Jorge Tibiriçá, Antônio Paes de Barros, Benedito Augusto Vieira Barbosa, Augusto Cencinato de Almeida Lima, Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, Luiz de Souza Queiroz, Francisco Aguiar Paes de Barros” - BIANCO, Maria Eliana Basile. A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895). São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p.44. “A segunda integralização em 22 de janeiro de 1888 demonstra que foram os sócios incluídos e declarava sem efeito a integralização anterior [...] e a lista foi completada com os seguintes sócios: Marques de Itu, Marquês de Trez Rios, Conde do Pinhal, Barão de Tatuí, Barão de Melo e Oliveira, Barão de Piracicaba, Barão de Lessa, Barão de Castro Lima, Barão de Resende, Barão de Piraptingui,

Doutor Nicolau de Souza Queiroz, Doutor Rafael Aguiar Paes de Barros, Doutor Augusto de Souza Queiroz, Doutor José de Souza Queiroz, Doutor Elias Antônio Pacheco Chaves, Doutor Martinho Prado Junior, Doutor Antônio Cincinato de A. Lima, Doutor Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, Doutor Francisco Aguiar de Barros, Doutor Rodrigo Lobato M. Machado, Doutor José Luiz d'Almeida Nogueira, Doutor Manoel Joaquim Albuquerque Lins, Doutor Manoel Batista Cruz Tamandaré, Doutor Paulo de Sousa Queirós, Doutor José Alves de Cerqueira César, Doutor João Ribeiro de Almeida Neto, Doutor Delfino Pinheiro Ulhôa Cintra, Doutor Joaquim Lopes Chaves, Doutor João Tobias d'Aguiar Castro, Doutor Jorge Tibiriçá Bento Francisco de Paula Souza, Conselheiro Antônio Moreira de Barros, Comendador Antônio Manoel Alves, Coronel Antônio Leme da Fonseca, Coronel Rafael Tobias de Oliveira, Joaquim da Cunha Barreiro, Benedito Antônio Vieira Barbosa, Luiz de Sousa Queiroz, Antônio de Sousa Queiroz, João Antônio Vieira Barbosa, Francisco da Cunha Bento, Adolfo Júlio d'Aguiar Melchert, Carlos de Sousa Queiroz, Lucas Monteiro de Barros, Frederico de Sousa Queiroz, Francisco Antônio de Sousa Queiroz Neto, Comendador Geraldo Ribeiro de Isidoro Resende, Comendador Justiniano de Melo Oliveira” - SANTOS, Iverson Poletto dos. A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895). São Paulo, 20007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - pp.1213. Ambos os trechos foram utilizados e citados por Udaeta, em sua dissertação de mestrado já referenciada em notas anteriores, nas páginas 66 e 67 de seu trabalho.

- 79 UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores:... Op. Cit. – p.67
- 80 UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores:... Op. Cit. – p.67
- 81 As informações podem ser conferidas nos trabalhos da filha de Antônio Prado, Nazareth Prado e nos demais indicados: PRADO, Nazareth. Antônio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1929. _____. Centenário do Conselheiro Antônio Prado. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1946. LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Cultura, 1977. Biografia de Antônio Silva Prado, disponível no site do Senado Federal. UDAETA, Rosa Guadalupe. Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado). SILVA, Abílio Aurélio da. Indicador de São Paulo administrativo, judicial, industrial,

- profissional e comercial para o ano de 1878. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 1983.
- 82 Udaeta, ao explicar seu levantamento documental e a organização do material, informa muitas das atuações políticas dos Prado: “Por exemplo: o documento nomeado ‘1877_12_01-1’ corresponde ao Ofício de Antônio Silva Prado, Inspetor Especial de Terras e Colonização em São Paulo, 1 de dezembro de 1877”. UDAETA, Rosa Guadalupe. *Nem Brás, nem Flores:...* Op. Cit - p.18
- 83 UDAETA, Rosa Guadalupe. *Nem Brás, nem Flores:...* Op. Cit. - p.66
- 84 MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias:...* 1974 - p. 63
- 85 Esta informação foi obtida com visita ao local, que ainda existe em Jundiá-SP.
- 86 O Dr. Joaquim de Oliveira Neto, além de ter dedicado sua vida ao jornalismo, em São João da Boa Vista-SP, é advogado, mestre e doutor em Direito do Estado pela USP. A referência de sua tese de doutoramento é: OLIVEIRA NETO, Joaquim Cândido. *São Paulo e a Vontade Nacional*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. (Tese de Doutorado defendida pelo Departamento DER Direito do Estado, da Faculdade de Direito).
- 87 Uma recordação de família, São Paulo: S.N, 1929. Acervo pessoal do Senhor Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto, proprietário do Jornal O Município, de São João da Boa Vista. Um exemplar também existe no acervo do Museu Paulista, São Paulo e a pesquisa de seu registro pode ser feita no sistema Dedalus-USP, pela internet - p.6
- 88 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- 89 Esta carta está sem data, mas, após análise do desenvolvimento e sequência dos conteúdos das quatro, com certeza afirmamos que ela é a primeira, portanto anterior a 2 de outubro de 1882, que é a data da segunda.
- 90 Acervo Pessoal do Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto. Grifos nossos.
- 91 SAES, Flavio Azevedo Marques de, *As ferrovias de São Paulo: 1870-1940*, São Paulo Brasília: Hucitec INL, 1981 - pp.22-23.
- 92 Ibid. pp.33-34.
- 93 SAES, Flavio Azevedo Marques de, *As ferrovias de São Paulo: 1870-1940...* Op. Cit. - p.23.

- 94 Disponível em « <http://www.abpfs.com.br/ferrovias/ferrovias19.htm>». Consultado em 02/01/2019.
- 95 ZAMBONI, Maria Célia. A Mogiana e o café. Contribuições para a História da Estrada de Ferro Mogiana. Dissertação de Mestrado, Unesp. Franca, 1993 - p. 127; MATTOON Jr., R. H. The Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1869-1900: a local railway enterprise in São Paulo, Brazil. Tese de Doutorado, Yale University. New York, 1971 - p. 176-177.
- 96 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo: 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 97 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo: 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 98 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo: 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 99 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX). São Paulo: 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 100 DOCUMENTOS Interessantes: divisas de S. Paulo e Minas. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, V. XI, 1896.
- 101 ARCHIVO PUBLICO MINEIRO. Revista do Archivo Publico Mineiro. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896.
- 102 Sete de Setembro é um bairro urbano de Andradas.
- 103 PEREIRA, Fábio. Honra ao mérito. Jornal A Defeza. Ano I – No 7 – Caracol, 22 de julho de 1917.
- 104 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX), São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. – pg.207

- 105 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)*, São Paulo, 2015.
- 106 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário:...* Op. Cit.
- 107 Escritura do Cartório de Notas do 1º. Ofício de Caldas, livro 8, folha 21, lavrada em 21/01/19887.
- 108 Real era a moeda da época, o mesmo nome da nossa hoje, porém réis e forma plural que se encontra na documentação do século XIX. O plural de nosso real de hoje é reais.
- 109 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)*, São Paulo, 2015.
- 110 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)*, São Paulo, 2015 – p.467. (Versão não corrigida – CAPES USP)
- 111 Vide escrituras: 1- hipoteca da pagina 97, Livro 12 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 05/12/1894(devedor Urias José Ribeiro); 2 – hipoteca do verso da folha 35, Livro 13 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 17/11/1896 (devedor Marcolino Alves da Silva); 3 – Quitação do verso da folha 33, Livro 13, datada de 17/11/1896 (Urias José Ribeiro quita a sua dívida); 4 – Quitação da folha 55, Livro 10 do Cartório do 2º Ofício de Caldas (Marcolino Alves da Silva quita a dívida de 1896). 86 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário:...* Op. Cit. – p. 468. (Versão não corrigida – CAPES USP)
- 112 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)*, São Paulo, 2015. Essa discussão permeia toda a tese, mas uma síntese pode ser encontrada nas considerações finais.
- 113 Sabemos que ele existiu por referências a ele existentes em escrituras dos Cartórios de Notas de Caldas.
- 114 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- 115 Nessa época a região de Andradás já havia se emancipado da vila de Caldas, tornando-se município independente com este nome.
- 116 ROVARON, Carlos Eduardo. *Xadrez imobiliário:...* Op. Cit. – Grifo e observação entre parênteses nossos. - p.470. (Versão não corrigida, CAPES-USP).

- 117 ROVARON, Carlos Eduardo. Xadrez imobiliário:... Op. Cit. - p.472. (Versão não corrigida, CAPES-USP).
- 118 ROVARON, Carlos Eduardo. Xadrez imobiliário:... Op. Cit. – Vide o exemplo de caso de Bernardo Jacintho da Veiga ao final da tese. (Versão não corrigida, CAPESUSP).
- 119 Apud.: ROVARON. Carlos Eduardo. Xadrez Imobiliário:..., 2015 – p.478. Documento consultado – Arquivo do Fórum de Caldas: Inventário dos Bens de Bernardo Jacintho da Veiga – No. Protocolo 308. Maço 9 – 04/06/1900 – verso da folha 17. Grifos nossos.
- 120 Essa escritura encontra-se no Cartório de Notas do 2º Ofício de Caldas.
- 121 ROVARON. Carlos Eduardo. Xadrez Imobiliário:..., 2015, Op.cit.
- 122 ROVARON, Carlos Eduardo. Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX), São Paulo, 2009.
- 123 Ibid. - veja a parte final da dissertação.
- 124 Em geral a palavra “Imigração”, nos testemunhos orais de Andradas, significa a Hospedaria de Imigrantes do Brás, em São Paulo.
- 125 Acervo particular de Zenaide Stivanin.
- 126 ROVARON, Carlos Eduardo. Xadrez imobiliário:... Op. Cit.



*Este livro foi impresso em 2020.
O papel do miolo é Lux Cream 70 gm/m²
e o papel da capa é Supreme 250 gm/m².*